

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CLÁUDIO GABRIEL SOARES ARAÚJO**

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO  
TURISMO NA CIDADE DE SÃO BORJA/RS**

**São Borja, RS**

**2020**

**CLÁUDIO GABRIEL SOARES ARAÚJO**

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO  
TURISMO NA CIDADE DE SÃO BORJA/RS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Carmen Regina Dorneles Nogueira

**São Borja, RS**

**2020**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A663a Araújo, Cláudio Gabriel Soares

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS  
AO TURISMO NA CIDADE DE SÃO BORJA/RS / Cláudio Gabriel Soares Araújo.  
185 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

"Orientação: Carmen Regina Dorneles Nogueira".

1. Acessibilidade. 2. Identidade Cultural. 3. Políticas Públicas. 4. Tecnologia  
da Informação e Comunicação. 5. Turismo. I. Título.

**CLÁUDIO GABRIEL SOARES ARAÚJO**

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO  
TURISMO NA CIDADE DE SÃO BORJA/RS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

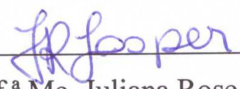
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de maio de 2020.

Banca examinadora:



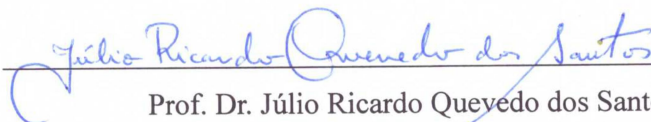
---

Prof.ª Dr.ª Fátima Regina Zan  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA



---

Prof.ª Me. Juliana Rose Jasper  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA



---

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



---

Prof. Dr. Muriel Pinto  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Dedico este trabalho a meus pais Antônio Prates e Nelza Mariza, minha esposa Kellem Paula e meus filhos Ana Paula, Ane Gabriele e Alexandre. Por muitas vezes cúmplices de minhas escolhas, testemunhos de minhas tristezas e coautores de minha própria existência.

## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> Dr. Carmen Regina Dorneles Nogueira, responsável pelo meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas tendo aceitado meu projeto de pesquisa e por fazer dele instrumento de meu crescimento intelectual e humano. Por mostrar minhas fraquezas e os caminhos através dos quais encontraria minhas fortalezas. Por me incentivar e por acreditar em minha capacidade de crescer e superar os desafios fazendo-me alcançar cada objetivo, um a um, linha sobre linha, dando um passo de cada vez.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, que apresentou a primeira disciplina do curso denominada Estado e História das Políticas Públicas no Brasil, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Quintanilha Gomes que apresentou Teoria e Análise de Políticas Públicas I, ao Prof. Dr. Augusto Clemente que desenvolveu a disciplina de Avaliação de Políticas Públicas II, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lisiane Sabedra Ceolin, que apresentou a disciplina de disciplina de Direito Constitucional e Administrativo, ao Prof. Dr. Muriel Pinto que nos fez conhecer a realidade dos municípios da região durante a disciplina de Análise Socioeconômica da Região Fronteira do Rio Grande do Sul. E, por fim agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Regina Zan do Instituto Federal Farroupilha – campus Santo Ângelo – que sempre esteve presente contribuindo com meus escritos e me incentivando em divulgá-los e a Prof.<sup>a</sup> Me. Juliana Rose Jasper que muitas orientações prestadas durante a Banca de Qualificação do Projeto realizada em setembro de 2019.

Agradeço ao amigo Thiago Depoi Stoll, Bacharel em Sistemas da Informação, por haver transformado uma ideia em um aplicativo *mobile*. Assim como, agradeço aos colegas de curso que contribuíram na minha caminhada, dividindo seus conhecimentos multidisciplinares que muito contribuíram para o entendimento de questões a que não tínhamos conhecimento prévio. Que nossos e vossos objetivos possam ser alcançados mesmo que depois de muito empenho e dedicação!

E ela disse a seu marido: Eis que tenho observado que este que sempre passa por nós é um santo homem de Deus.

Façamos-lhe, pois, um pequeno quarto junto ao muro, e ali lhe ponhamos uma cama, uma mesa, uma cadeira e um candeeiro; e há de ser que, vindo a nós, para ali se recolherá.

E sucedeu que um dia ele chegou ali, e recolheu-se aquele quarto, e se deitou.

Bíblia Sagrada, II Reis 4:9-11.

## RESUMO

De acordo com o IBGE (2010), estima-se que aproximadamente 8,34% da população brasileira presente, pelo menos, um tipo de deficiência severa. Podemos assim considerar que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida precisam de recursos de acessibilidade para exercer seus plenos direitos, sendo incluídas na sociedade de acordo com os princípios contidos na Constituição Federal (CF) e demais diplomas legais vigentes no país. Esses direitos se apresentam como um parâmetro de qualidade a ser seguido pela administração pública ao ofertar produtos e serviços que promovam a integração social, inclusão social e inclusão educacional às pessoas com deficiência. Com o objetivo de avaliar os recursos de acessibilidade disponíveis à pessoa com deficiência – em especial as pessoas com mobilidade reduzida – nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental seguida de uma pesquisa de campo, através da observação participante se obteve conhecimento da realidade local. Essa pesquisa proporcionou o conhecimento dos espaços públicos destinados ao turismo, sua origem, importância, identidade e capacidade de atrair visitantes. Através da pesquisa documental se buscou nas leis, decretos, estatutos e normas, uma melhor compreensão dos direitos e deveres da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, assim como se identificou quais os recursos de acessibilidade seriam necessários à sua mobilidade e segurança enquanto cidadãos plenos de direitos. Como forma de contribuir com o desenvolvimento do turismo local foi elaborado um Relatório Técnico indicando quais recursos de acessibilidade podem ser implementados nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja. Também foi produzido um aplicativo *mobile* para informar sobre os recursos de acessibilidade existentes nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade. Estes produtos também contribuirão para a divulgação da História e do Patrimônio Cultural de São Borja. A avaliação da acessibilidade, nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, revelou a necessidade de se realizar investimentos na promoção desses recursos, nas vias públicas, praças, parques, museus e nas fontes missionárias da cidade. Os investimentos na promoção de recursos de acessibilidade na infraestrutura turística do município contribuirão para integração e inclusão social e para a inclusão educacional das pessoas com deficiência.

Palavras-Chave: Acessibilidade; Políticas Públicas; Turismo; Tecnologia da Informação e Comunicação.



## ABSTRACT

According to the IBGE (2010), it is estimated that approximately 8.34% of the Brazilian population has at least one type of severe disability. We can therefore consider that people with disabilities and reduced mobility need accessibility resources to exercise their full rights, being included in society in accordance with the principles contained in the Federal Constitution and other laws in force in the country. These rights are presented as a quality parameter to be followed by the public administration when offering products and services that promote social integration, social inclusion and educational inclusion to people with disabilities. In order to evaluate the accessibility resources available to people with disabilities - especially people with reduced mobility - in public spaces for tourism in the city of São Borja, a bibliographical and documentary research was carried out, followed by a field research, through participant observation if knowledge of the local reality was obtained. This research provided the knowledge of public spaces for tourism, their origin, importance, identity and ability to attract visitors. Through documentary research, laws, decrees, statutes and norms were sought to better understand the rights and duties of persons with disabilities or reduced mobility, as well as to identify which accessibility features would be necessary for their mobility and safety while full citizens of rights. As a way to contribute to the development of local tourism, a Technical Report was prepared indicating which accessibility resources can be implemented in public spaces for tourism in the city of São Borja. A mobile application was also produced to inform about the current accessibility situation in public spaces for tourism in the city. These products will also contribute to the dissemination of the history and cultural heritage of São Borja. The evaluation of accessibility in public spaces for tourism in the city of São Borja revealed the need to make investments in the promotion of these resources, in public roads, in missionary sources, in museums, in squares and parks of the city. Investments in the promotion of accessibility resources in the tourism infrastructure of the municipality will contribute to social integration and inclusion and educational inclusion of people with disabilities.

Keywords: Accessibility; Information and communication technology; Public policy; Tourism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Análise de Políticas Públicas no <i>Policy Cycle</i> .....	30
Figura 2 – Secretarias Municipais do município de São Borja .....	78
Figura 3 – Organograma Funcional da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de São Borja .....	79
Figura 4 – Praça XV de Novembro .....	96
Figura 5 – Mausoléu de Getúlio Vargas .....	97
Figura 6 – Praça Deputado Marcírio Goulart Loureiro .....	98
Figura 7 – Parque Esportivo General Vargas .....	99
Figura 8 – Pórtico em Pedra Gres (arenito) .....	100
Figura 9 – Prédio da Estação Férrea .....	101
Figura 10 – Monumento a Resistência de São Borja .....	102
Figura 11 – Praça Assis Brasil .....	103
Figura 12 – Museu Municipal Apparício Silva Rillo .....	106
Figura 13 – Museu Municipal Apparício Silva Rillo – espaço interno .....	107
Figura 14 – Pintura Primitiva: Nossa Senhora do Socorro .....	107
Figura 15 – Imagem Missioneira: Santo Antônio de Pádua .....	108
Figura 16 – Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto .....	109
Figura 17 – Sala Histórica Leocádia das Chagas .....	110
Figura 18 – Museu Casa de Getúlio Vargas .....	111
Figura 19 – Exposições e painéis .....	112
Figura 20 – Memorial João Goulart .....	113
Figura 21 – Museu Ergológico da Estância .....	114
Figura 22 – Acervo do Museu Ergológico da Estância .....	115
Figura 23 – Jardins do Museu Ergológico da Estância .....	115
Figura 24 – Cruz Missioneira no acesso à Ponte Internacional .....	118
Figura 25 – Fonte de São Miguel das Missões .....	119
Figura 26 – Fonte de Santa Ana, Misiones – Argentina .....	120
Figura 27 – Fonte de Santa Ana, Misiones – Argentina .....	120
Figura 28 – Fonte de São Pedro .....	122
Figura 29 – Fonte de São João Batista .....	123
Figura 30 – Metodologia da Pesquisa .....	126
Figura 31 – Rampa, pisos táteis e faixas de segurança na Praça XV de Novembro .....	129

Figura 32 – Sinalização na Praça XV de Novembro .....	129
Figura 33 – Rampa e faixa de segurança na Praça Deputado Maurício Goulart Loureiro .....	130
Figura 34 – Rampa e faixa de segurança no Parque Esportivo General Vargas .....	131
Figura 35 – Piso de grama na Praça Manoel do Nascimento Vargas .....	132
Figura 36 – Vagas para estacionamento junto a passeio rebaixado .....	134
Figura 37 – Sanitários acessíveis no Museu Getúlio Vargas .....	139
Figura 38 – Rampa de acesso à entrada principal do Memorial João Goulart .....	140
Figura 39 – Rampa de acesso ao Museu Municipal Apparício Silva Rillo .....	141
Figura 40 – Sinalização frente ao Museu Casa de Getúlio Vargas .....	142
Figura 41 – Vista parcial do jardim e fachada do Museu Ergológico da Estância .....	142
Figura 42 – Vista parcial da Praça Capitão Lago “Herói da Resistência de São Borja” .....	143
Figura 43 – Altura dos corrimãos em rampas e escadas – exemplos .....	145
Figura 44 – Áreas de transferência para bacia sanitária .....	147
Figura 45 – Identidade visual “Tur Acessível São Borja” .....	153
Figura 46 – QRCode do aplicativo .....	153
Figura 47 – Protótipos de média fidelidade .....	154
Figura 48 – Sequência de telas do aplicativo – Turismo Acessível .....	155
Figura 49 – Sequência de telas do aplicativo – Localização de Ponto Turístico .....	155
Figura 50 – Sequência de telas do aplicativo – Pesquisa e Informações .....	156

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As fases do <i>Policy Cycle</i> .....	35
Quadro 2 – Ordenamentos Jurídicos Internacionais .....	40
Quadro 3 – Ordenamentos Federais sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. ....	42
Quadro 4 – Ordenamentos Federais que instituem, regulamentam e promovem direitos às pessoas com deficiência. ....	43
Quadro 5 – Parâmetros técnicos estabelecidos pela ABNT – NBR. ....	44
Quadro 6 – Cartas Patrimoniais (Parte I) .....	63
Quadro 7 – Cartas Patrimoniais (Parte II) .....	64
Quadro 8 – Sistema Nacional de Turismo.....	74
Quadro 9 – Secretarias do MTUR .....	74
Quadro 10 – Ordenamentos Estaduais: Patrimônio Cultural .....	94
Quadro 11 – Ordenamentos Municipais: Patrimônio Cultural .....	94
Quadro 12 – Acessos a edificação .....	133
Quadro 13 – Avaliação dos Sanitários .....	135
Quadro 14 – Sinalização de equipamentos e tratamento de desníveis .....	136
Quadro 15 – Estacionamento, Mobiliário e Comunicação .....	137
Quadro 16 – Avaliação dos acessos externos e internos dos museus de São Borja .....	144
Quadro 17 – Avaliação dos sanitários dos museus de São Borja .....	146
Quadro 18 – Sinalização de equipamentos e tratamento de desníveis .....	148
Quadro 19 – Estacionamento, mobiliário e comunicação .....	149
Quadro 20 – Avaliação dos acessos externos e internos as Fontes Missioneiras .....	150

## LISTA DE ABREVIATURAS

abr. abril

ago. – agosto

art. – artigo

dez. – dezembro

ed. – edição

etc. – e outros (as)

fev. – fevereiro

f. – folha

§ – inciso

jan. – janeiro

jul. – julho

jun. – junho

mai. – maio

mar. – março

n. – número

nov. novembro

out. – outubro

p. – página

set. – setembro

v. – volume

## LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAM – Centro de Atendimentos Múltiplos  
CAT – Centro de Atendimento ao Turista  
CB – Comitês Brasileiros  
CDPD – Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência  
CE – Comissões de Estudo  
CF – Constituição Federal  
CIAM – Conselho Internacional de Arquitetura Moderna  
CJ – Consultoria Jurídica  
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo  
COREDE-FO – Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste  
CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento  
COVID-19 – Corona Vírus Doença-2019  
DF – Distrito Federal  
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos  
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo – Instituto Brasileiro de Turismo  
FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários estaduais e dirigentes de Turismo  
GAB – Gabinete do Prefeito  
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus  
ICAHM - *International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management*  
ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais  
ICOM – Conselho Internacional de Museus  
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios  
IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições  
IPHAE/RS – Instituto de Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado do Rio Grande do Sul  
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional  
MAPRO - Fundação Museu Mariano Procópio  
MTUR – Ministério do Turismo  
NBR – Norma Brasileira  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OMT – Organização Mundial do Turismo

ONGs - Organização Não governamental

ONS – Organismos de Normalização Setorial

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPs – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDF – Portable Document Format

PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional de Turismo

PPA – Plano Plurianual de Ação

PPGPP – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas

RE – Recurso Extraordinário

SAI – Símbolo Internacional de Acessibilidade

SDH/PR - Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República

SAD – Secretaria Municipal de Administração

2º R.C. MEC. – 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada

SMF – Secretaria Municipal da Fazenda

SMPOP – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SMAMA – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMTCEL - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

SMIESUST – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito

SINATUR – Sistema Nacional de Turismo

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio ambiente

SISTUR – Sistema Brasileiro de Turismo

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICs – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNEP – Organizações das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UML – *Unified Modeling Language*

TPS – Telefone Público Acessível

USA - *United State of America*

Web – *World Wide Web*

WCED – *World Commission Environment and Development*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS LEIS PROMOVEDO A ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 A Política Pública .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 A análise e avaliação de Políticas públicas .....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 Os ordenamentos jurídicos que antecederam o surgimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência .....</b>	<b>36</b>
<b>1.3.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....</b>	<b>37</b>
<b>1.3.2 Notas sobre a incorporação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no ordenamento jurídico brasileiro e seus efeitos .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3.3 O Estatuto da Pessoa com Deficiência .....</b>	<b>45</b>
<b>2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TURISMO, HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>57</b>
<b>2.1 A preservação da História e Patrimônio Cultural através das Cartas Patrimoniais .....</b>	<b>58</b>
<b>2.2 A administração pública do turismo no Brasil .....</b>	<b>65</b>
<b>2.2.1 A administração pública do turismo em São Borja .....</b>	<b>77</b>
<b>2.3 O planejamento e a hospitalidade no turismo .....</b>	<b>81</b>
<b>2.4 O espaço público e a identidade cultural de São Borja .....</b>	<b>87</b>
<b>2.5 As praças e parques de São Borja .....</b>	<b>95</b>
<b>2.5.1 Praça XV de Novembro .....</b>	<b>96</b>
<b>2.5.2 Praça Deputado Marcílio Goulart Loureiro .....</b>	<b>97</b>
<b>2.5.3 Parque Esportivo General Vargas .....</b>	<b>98</b>
<b>2.5.4 Praça Manuel do Nascimento Vargas .....</b>	<b>100</b>
<b>2.5.5 Praça Assis Brasil .....</b>	<b>103</b>



<b>2.6 Os museus de São Borja .....</b>	<b>103</b>
<b>2.6.1 Museu Apparício Silva Rillo .....</b>	<b>105</b>
<b>2.6.2 Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto .....</b>	<b>109</b>
<b>2.6.3 Museu Casa de Getúlio Vargas.....</b>	<b>110</b>
<b>2.6.4 Memorial João Goulart .....</b>	<b>113</b>
<b>2.6.5 Museu Ergológico da Estância .....</b>	<b>113</b>
<b>2.7 A Cruz Missioneira .....</b>	<b>116</b>
<b>2.8 As Fontes Missioneiras .....</b>	<b>118</b>
<b>3.8.1 A Fonte de São Pedro .....</b>	<b>121</b>
<b>2.8.2 A Fonte de São João Batista .....</b>	<b>122</b>
<b>2.9 Tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação no Turismo .....</b>	<b>124</b>
<b>3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>125</b>
<b>3.1 Relatório Técnico – “Tur Acessível São Borja” .....</b>	<b>128</b>
<b>3.1.1 Avaliação da acessibilidade nas praças e parques de São Borja .....</b>	<b>128</b>
<b>3.1.2 Avaliação da acessibilidade nos museus de São Borja .....</b>	<b>138</b>
<b>3.1.3 Avaliação da acessibilidade nas Fontes Missioneiras de São Borja .....</b>	<b>150</b>
<b>3.2 Acessibilidade e Tecnologia: Aplicativo Mobile “Tur Acessível São Borja” .....</b>	<b>151</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>175</b>
1: <i>E-mail</i> à Prefeitura de São Borja .....	175
2: Questionário: Acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja .....	176
3: Definições .....	177
<b>ANEXOS .....</b>	<b>181</b>
Anexo 1: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo	

Ministério do Turismo .....	181
Anexo 2: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo .....	182
Anexo 3: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo .....	183
Anexo 4: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo .....	184
Anexo 5: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo .....	185

## INTRODUÇÃO

A cidade de São Borja está localizada na Região Administrativa do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste (COREDE-FO) do Estado do Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento histórico e cultural é favorecido pela sua localização geográfica na fronteira com a Argentina cujo desenvolvimento econômico é baseado na agricultura e na pecuária. Não menos importante é considerar que o município de São Borja está localizado na região histórica das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul sendo a cidade considerada primeira dos “Sete Povos das Missões”, e recebeu seu nome missioneiro em homenagem ao Jesuíta Francisco de Borja. Sua origem e desenvolvimento potencializam São Borja e região para o desenvolvimento do turismo histórico cultural.

A Região das Missões é caracterizada por ser detentora de uma grande heterogeneidade cultural devido a sua colonização. Em meados de 1900, várias etnias europeias (italianos, poloneses, portugueses, espanhóis, alemães, letos, suíços, etc...) acabaram por ocupar tal território, na busca de estabelecerem-se socioeconomicamente e, assim, alterando de forma significativa a região e as suas relações históricas, sociais e culturais. (WBATUBA. et al., 2017, p. 63).

Nas últimas décadas, o turismo vem sendo valorizado cada vez mais, através de atividades econômicas capazes de gerar riquezas e promover distribuição de renda. Acredita-se no potencial do turismo local e regional, e na necessidade de serem ofertados produtos sustentáveis, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, voltado à preservação dos recursos naturais e desenvolvimento de formas inclusivas de turismo.

De acordo com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2011), os princípios gerais a serem seguidos são: o respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas e a independência das pessoas; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade desses indivíduos; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e o direito, das crianças com deficiência de preservar sua identidade. Assim, a pesquisa se justifica na necessidade de cumprir as leis atuais que concedem direitos e deveres às pessoas com deficiência e na condição de mobilidade reduzida, promovendo a inclusão social a elas. Entre as pessoas com mobilidade reduzida incluem-se todas as pessoas com as mais diversas

formas de incapacidade ou mobilidade reduzida permanente ou temporária, idosos, gestantes, famílias com crianças e obesos.

Durante a avaliação da acessibilidade dos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja observou-se a necessidade de compreender o espaço público dentro do espaço urbano até se chegar à singularidade de cada lugar. Os espaços públicos constituem um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo local, pois valorizam a identidade local e preservam o Patrimônio Cultural material e imaterial, tornando-se atrativos turísticos da cidade passivos de comporem a oferta turística local e regional. A qualidade da oferta turística impacta diretamente no desenvolvimento da atividade a nível local e regional.

A implementação de recursos de acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja possibilitará a oferta turística um diferencial capaz de tornar-se atrativo às pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida. Entre essas pessoas podemos destacar idosos, crianças, gestantes, obesos em diferentes graus, pessoas temporariamente imobilizadas devido a acidentes entre outros.

A partir da escolha desses espaços públicos, percebeu-se a identidade cultural pode ser representada pela escrita, pintura, desenho, fotografia, monumentos, estátuas e artefatos existentes em cada lugar. Realizou-se avaliação do passeio público, cuja arborização, sinalizações de trânsito e de localização de pontos turísticos, aumenta a capacidade de organização, e estimulam a participação dos visitantes e daqueles que trabalham ou desfrutam os atrativos turísticos.

A mobilidade urbana tem importância essencial na inclusão das pessoas com deficiência, pois ela favorece que as pessoas acessem os lugares enquanto que a acessibilidade permite o pleno alcance dos espaços públicos e privados da cidade. De acordo com o inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 12.587 de 2012, a Mobilidade Urbana é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano, ou seja, está relacionado com as condições das vias de acesso e as possibilidades de circulação.

A política Nacional de Mobilidade é instrumento da política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo: a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município contribuindo para o acesso universal (inclusão social) à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. (BRASIL, 2012)

Contudo, é necessário considerar a importância e o desafio representado pela mobilidade urbana e acessibilidade na cidade de São Borja em sua condição de “Cidade Histórica” cujas características refletem a cultura não somente do presente, mas também de um passado formado por mais de três séculos de história. Nos centros históricos, muitas vezes, as ruas são estreitas e isso reflete como esse espaço atendia aos desejos e às necessidades de seus usuários nos séculos passados, quando o meio de transporte exigia pouco espaço, o número de pessoas era menor, o uso do solo era diferenciado, bem como as distâncias a serem percorridas eram menores. (RIBEIRO, 2014)

A rua como elemento de ligação tanto entre os espaços públicos amplos e diversos ligando-os entre si, quanto aos valores e à cultura da sociedade, o que contribui para o acesso aos locais destinados ao lazer, à recreação, ao comércio, aos serviços e à administração pública. A praça, por sua vez, expõe artefatos que contam a história do lugar, e de seus personagens.

As ruas e as praças de São Borja apresentam a identidade cultural que é formadora da sociedade local, sua importância é considerável, na construção do relacionamento das pessoas. A mobilidade urbana deve valorizar o espaço urbano, proporcionar um deslocamento fácil interligando os elementos que contam a história do lugar revelando o Patrimônio Cultural material e imaterial da cidade de São Borja.

Os passeios e os espaços públicos devem oferecer mobilidade e serviços acessíveis. As ruas, calçadas e a sinalização de trânsito devem contribuir para o melhor atendimento e promovem inclusão social, removendo barreiras arquitetônicas que impedem as pessoas com deficiência, desfrutarem do convívio, da prática do turismo, da mobilidade, da autonomia e da segurança, de forma digna.

O processo metodológico apresenta três etapas distintas: Planejamento ou Projeto, Procedimento Metodológico e Publicação/Elaboração. A classificação da pesquisa quanto aos meios é bibliográfica e documental, seguida de pesquisa de campo através da observação participante. Quanto aos fins, é classificada como exploratória e descritiva.

A presente Dissertação está dividida em quatro capítulos que tratam sobre a avaliação da acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja. O estudo é realizado com base na Política Pública, na legislação vigente e nos aspectos históricos, patrimoniais e culturais dos espaços públicos avaliados. Os capítulos estão destacados pelos seguintes títulos: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS LEIS PROMOVEDORAS DA ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TURISMO, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS e CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O capítulo 1 apresenta-se a partir de uma investigação teórica sobre a política pública que a apontou como organizadora da vida em sociedade e mantenedora do equilíbrio social assim como reafirmou o papel do Estado nessa organização. As políticas públicas destinadas à resolução de questões e demandas da sociedade são estudadas através do ciclo de políticas públicas onde se buscou o entendimento sobre análise e avaliação de políticas públicas, fatores necessários para a criação, verificação, recondução e extinção de tais políticas.

O estudo discute as responsabilidades do Estado frente ao cumprimento dos ordenamentos jurídicos que regimentam a vida humana em sociedade. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, aceita pelo Estado brasileiro através da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estado assume, em sua CF de 1988, o dever de promover a igualdade social entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, abrindo um caminho fértil para o surgimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei n. 13.146/2015.

O Capítulo 2 apresenta a responsabilidade da administração pública em preservar a História e o patrimônio cultural existente na cidade que se apresenta hoje como oferta do turismo local. A discussão sobre a preservação da História e do Patrimônio Cultural, em nível internacional, se dá através das Cartas Patrimoniais apresentadas como fonte de conceitos e orientações para uniformizar as práticas para a conservação dos bens culturais. Destacam-se as perdas do patrimônio cultural deixado pelos jesuítas e pelos povos originários devido ao desenvolvimento da nova cidade sobre a redução jesuítica fundada em 1682.

A pesquisa aponta a necessidade de se valorizar a História e patrimônio cultural, promover a hospitalidade da cidade e a acessibilidade dos espaços públicos destinados ao turismo. O estudo aponta a necessidade da realização de um planejamento do turismo, conforme defendido por autores como Beni, Bissoli, Buriol e Trigo. O Sistema de Turismo conforme apresentado por Beni, baseado na teoria de sistemas, considera a demanda e o mercado no qual as cidades estão inseridas e, por isso, se faz necessário que as cidades invistam na infraestrutura com intuito de acolher diferentes públicos à procura de novas experiências.

O Turismo compreendido como um fenômeno social faz da História um campo fértil de estudos e utiliza os elementos presentes no lugar para se inventar. Aborda o planejamento do turismo e a necessidade de apresentar uma cidade hospitaleira advindos dos elementos urbanísticos, paisagísticos, naturais e pelo trato das pessoas da cidade com seus visitantes.

O estudo afirma que a identidade cultural é um elemento indissociável dos artefatos contidos nas praças, parques, museus, na cruz e nas fontes missioneiras de São Borja, elementos materiais do patrimônio cultural local que dão vida ao patrimônio imaterial, que desenvolve

crenças e festejos, práticas e manifestações culturais. A preservação da identidade cultural está relacionada à preservação da História e patrimônio cultural local.

O capítulo 3 é apresentada a metodologia da pesquisa e os resultados alcançados. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de estudos em livros e artigos científicos já publicados, enquanto a pesquisa documental estudou documentos tais quais foram redigidos, ou seja, não houve nenhum tratamento ou interpretação.

Logo a seguir se realizou uma pesquisa por meio de questionário adaptando os modelos do Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos, apresentados pelo Ministério do Turismo (MTUR). Essa pesquisa proporcionou coletar dados diretos, por um período de 30 dias, das pessoas que visitaram os museus Aparício Silva Rillo, Museu Casa de Getúlio Vargas e Memorial João Goulart.

Os resultados comprovaram os dados da pesquisa de campo, além de expor a falta de conhecimento da legislação vigente e dos termos técnicos incomuns ao cotidiano das pessoas não deficientes, mas que se apresentam extremamente importantes para elas e para as pessoas que atendem aos visitantes e turistas nos espaços públicos destinados ao turismo. Após realizou-se a pesquisa de campo com a estratégia da observação participante que proporcionou aplicação de questionário em sua íntegra, coleta de dados, registros fotográficos, contato com turistas e visitantes e troca de informação com pessoas envolvidas no processo de atendimento ao público. Essa pesquisa permitiu a análise dos resultados, a geração do Relatório Técnico “Tur Acessível São Borja”, e, em consonância com a evolução das tecnologias da informação e comunicação, é apresentado o aplicativo *mobile* “Tur Acessível São Borja”, como ferramenta de divulgação da pesquisa, demonstrando os investimentos realizados e a necessidade de implantação de recursos de acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja.

Por fim, o capítulo 4, tece reflexões e considerações que se acredita serem relevantes extraídas do estudo sobre a inclusão social das pessoas com deficiência, através da prática do turismo revelando as políticas públicas e a legislação como fundamentais para o planejamento dos espaços públicos destinados ao turismo, na cidade de São Borja. Apresenta a responsabilidade da administração pública frente à demanda de públicos cada vez mais diversos, formados por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, afirmando que as políticas públicas têm um papel importante no fomento ao desenvolvimento de planos, projetos, programas e ações capazes de criar formas de investimentos que promovam o desenvolvimento local. A participação plena e efetiva na sociedade deve permitir que as pessoas com deficiência fossem recebidas em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte, cultura e turismo).

Assim, o turismo se mostra como importante segmento econômico capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais promovendo a inclusão pelo crescimento da oferta de trabalho e melhora na distribuição de renda. Acredita-se que após o advento da COVID-19 – doença causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) – uma das alternativas de recuperação econômica local e regional esteja na capacidade de recuperação e crescimento do turismo, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e contribuindo na preservação do ambiente natural.

## **1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS LEIS PROMOVEDO A ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

As políticas públicas têm um papel importante na sociedade atual, propõem formas de organização da vida em sociedade, realizam a compensação de desigualdades e promoção de oportunidades. As políticas públicas contribuem para a organização social formulando regras que permitem uma convivência harmoniosa tornando-se um fator indispensável para as pessoas coexistirem.

As políticas públicas são utilizadas como ferramentas capazes de promover igualdade entre os grupos sociais e, por isso, são relevantes quando se fala de direitos sociais para a promoção da igualdade de oportunidades concedidos a grupos especiais da sociedade. Entre esses grupos estão às pessoas com deficiência que carecem de medidas protetivas permitindo-lhes vantagens como grupo, colocando-as em situação de igualdade com as demais pessoas.

O cumprimento da legislação é visto como um padrão de qualidade do serviço público prestado à sociedade e, em especial, às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. É por este motivo que se justifica este estudo, diante da necessidade de fazer cumprir a legislação que concedem direitos a elas como um fator indispensável para que aconteça a inclusão social.

### **1.1 A Política Pública**

A política pública discute a relação entre as pessoas enquanto busca resolver conflitos existentes e harmonizar os interesses pessoais e coletivos, de forma que gere igualdade de oportunidades. Segundo Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28) a política pública é o “fluxo de decisões políticas, orientado a manter o equilíbrio social ou a modificar essa realidade”. Assim, todas as intencões e ações que provocam modificação na sociedade são passíveis de gerar discussões e tornarem-se questões merecedoras de atenção e estudo. Rúa (2014, p. 12) define a sociedade



“como um conjunto de indivíduos dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente a fim de satisfazer suas necessidades”.

Os excessos, a escassez e os riscos podem gerar situações merecedoras de atenção e por consequência serem apresentadas por indivíduos ou grupos a fim de serem acolhidas ou indicadas como problemas de ordem pública. Neste processo as forças da sociedade e os atores envolvidos interagem através de análise realizada pelos atores políticos que participam do processo decisório podendo assim compor ou não a agenda política.

A vida em sociedade é caracterizada pela diferenciação e complexidade existentes entre as pessoas e suas relações. Essas diferenças permitem a colaboração e a competição sendo também capazes de gerar conflitos.

Para Rua (2014, p. 14), “a administração do conflito, por sua vez, pode ser obtida por dois meios: a coerção e a política.” Neste contexto, há várias maneiras de coerção que nem sempre trazem ganhos para o Estado ou, quando necessárias, possuem um custo alto para os cofres públicos.

A outra maneira de enfrentar os conflitos é através da política, tem a capacidade de gerar e manter os direitos dos cidadãos. Ao mesmo tempo, proporciona a solução dos conflitos, estabelecendo normas que tornam as pessoas iguais em seus direitos e deveres, estando sujeitas às mesmas leis. De acordo com Rua (2006) a política pública “é um produto da atividade política, entendida esta como o conjunto de mecanismos e procedimentos dos quais o consenso se revela preferencial à coerção na resolução dos conflitos de poder e de interesse envolvendo bens públicos”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 19)

Saravia e Ferrarezi (2006) entendem que numa perspectiva operacional, a política pública é formada por:

[...] um sistema de decisões públicas que visa ações e omissões, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores de objetivos e estratégias de atuação e da aprovação de recursos. (SARAVIA E FERRAREZI, 2006, p. 29)

O Estado tem responsabilidade no desenvolvimento de políticas públicas para organização da sociedade. A ação de indivíduos e grupos de indivíduos acaba por fazer com que o Estado tenha a necessidade de interferir na sociedade, ou “escolha” não interferir, por “acreditar” ser a melhor forma de organização ou resolução de um conflito. Seja qual for sua escolha, produzirá ou permitirá que haja consequências positivas ou negativas, modificando ou mantendo a situação atual (*status quo*).

A análise de políticas públicas está relacionada aos problemas da sociedade e à forma como o Estado enfrenta tais desafios, aos processos para se chegar a soluções e à organização dos

atores envolvidos. De acordo com Souza (2003), “várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vem realizando pesquisas sobre o que o governo faz ou deixa de fazer”. Segundo a autora, além da academia, outros órgãos de pesquisa e o próprio governo têm buscado aprofundar o conhecimento através da pesquisa sobre políticas públicas. (SOUZA, 2003, p. 15),

Ao estudar o “Estado de Campo” e as perspectivas da agenda de pesquisa em políticas públicas no Brasil, Souza *in* Melo (1999), afirma a existência de três problemas a serem superados pela pesquisa: o primeiro diz respeito a uma escassa acumulação de conhecimentos na área relativos à construção de um programa normal de pesquisa, envolvendo a comunidade e os pesquisadores. O segundo refere-se à abundante existência de estudos setoriais, em especial de estudos de casos, sem um aprofundamento especificamente analítico, o que decorre do próprio crescimento da área no Brasil. O terceiro, falta de proximidade da área com órgãos governamentais, gerando trabalhos normativos e prescritivos, podendo pautar interesses particulares de seus autores ou mesmo os interesses do próprio governo. (SOUZA, 2003, p. 16)

Para Souza (2003), a ‘primeira geração’ de estudos na área de implementação de políticas públicas está:

[...] excessivamente concentrada nos fracassos, pouco preocupada com as questões de políticas públicas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. (SOUZA, 2003, p. 17)

De acordo com Dye (2010), para superar este entrave, pode-se optar por analisar as políticas públicas através de um modelo de processo estudando a participação popular e o controle social exercido através dos grupos de interesse formados por legisladores, pela administração municipal (prefeito, secretários e diretores), por partidos políticos, sindicatos, associações e conselhos representativos. Estudar os problemas, a formação da agenda e a formulação de propostas, reunindo os *inputs* necessários para a formulação dos programas governamentais também foi considerado. Esse modelo de processo realiza atividades de mensuração, análise e avaliação dos programas, buscando soluções para problemas ainda não atendidos pela legislação existente, encaminhamentos ou sugestões de mudanças, estudando os processos utilizados pelos grupos de interesse. (DYE, 2010, p. 105)

Souza (2003) aponta a necessidade de avançar para a ‘segunda geração’ de estudos através de pesquisas sobre “tipologias analíticas e de concentrar esforços no sentido de identificar as variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas” (SOUZA, 2003, p. 17). Desta forma, será possível analisar os possíveis impactos dos programas sobre os grupos-

alvo e os resultados alcançados, utilizando literatura específica sobre políticas públicas, em particular, o segmento que se concentra na construção de tipologias. (SOUZA, 2003, p. 17)

A análise das políticas públicas pode ser realizada através do modelo *bottom-up* onde a implementação da política parte de acordos entre burocratas e outros atores, buscando uma organização compartilhada. Os implementadores participam das etapas de constituição da política, não havendo uma regra rígida e prescrições a serem seguidas. (AGUN; RISCADO; MENESES, 2015, p. 29)

A análise de políticas públicas, de acordo com Sousa (2003) segue três premissas:

[...] a) analisar a política pública a partir de ação dos seus implementadores, em oposição à excessiva concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores que se encontram na esfera “central”; b) concentrar a análise na natureza do problema que a política pública busca responder; e c) descrever e analisar as redes de implementação. (SOUZA, 2003, p. 17)

Segundo a autora é necessário desenvolver estudos que ultrapassem a análise de programas, fixando-se em planos reais, no processo, saindo da forma documentada e literária para o plano real empírico, baseado na experiência e na observação, percorrendo os caminhos da prática, fazendo que o programa chegue até o público-alvo. A análise do problema em si e as ações para solução pode ser uma prática comum entre os pesquisadores, no entanto é necessário estudar a natureza do problema, sua origem, a maneira como se desenvolve e sobrevive em meio às tentativas de solução.

Por fim, é necessário dar atenção às redes de implementação analisando, o trabalho dos envolvidos no processo e como cada ação é realizada. Compreender como cada setor ou departamento realiza o trabalho e como se desenvolve o programa, de maneira a atingir os objetivos propostos.

Projetar políticas públicas capazes de promover a igualdade social, cumprindo a legislação, pressupõe garantir a acessibilidade não só às pessoas com deficiência, mas a todos os cidadãos. Independente das diferenças é necessário entender à diversidade como regra e não como exceção. Promover a acessibilidade é essencial para que haja inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Por isso exige-se a ação obrigatória do Estado.

## **1.2 A análise e avaliação de políticas públicas**

A Análise de políticas públicas (*policy analysis*) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas. Para Secchi (2006, p. 10) “o objetivo

central dessa atividade é dar subsídios para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público.”

Assim, a análise de políticas públicas torna-se uma ferramenta para tratar problemas públicos, analisar e separar em partes um fenômeno visando seu entendimento por completo. A avaliação de políticas públicas (*policy evaluation*) segundo Secchi (2006, p. 10) tem por objetivo “instrumentalizar a prática (prescritivo) e, em geral, usa métodos retrospectivos ou de processo. É atividade instrumental para a geração de informações importantes para a manutenção, os ajustes ou a extinção de políticas públicas.”

Um problema público evidenciado num grupo social ou na sociedade (*status quo*) deve ser discutido para obtenção de possíveis soluções no intento de proporcionar uma solução para o que seria uma situação desejável. Nesse contexto surge a política pública que trata da resolução de questões públicas, portanto, apresenta características que a distingue. De acordo com Saravia e Ferrarezi (2006) a política pública apresenta os seguintes componentes:

- a) Institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- b) decisório: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- c) comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social. (SARAVIA E FERRAREZI, 2006, p. 31)

É com a contemplação destas características que uma política pública desenvolve a capacidade de solucionar questões demandadas pela sociedade, identificando e reconhecendo como um problema público que mereça atenção e sejam estudados meios para sua resolução. É neste momento que passamos a pensar sobre sua análise, tendo como “objeto os problemas com que se defrontam os formuladores de política (*policy makers*) e como objetivo auxiliar o seu equacionamento”. (Rua, 2014, p. 20)

Assim, a análise torna-se indispensável para a identificação do problema, formação da agenda e formulação de alternativas para a solução dos problemas identificados. Torna-se necessário estudar as possíveis consequências a partir da ação do governo e compará-las com as consequências da não ação do mesmo governo.

Rua *in* Hill (1993) aponta que a análise de políticas públicas desde a década de 1960 se desenvolveu através da:

[...] dificuldade por que passam os formuladores de políticas frente a complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, fato que os levou paulatinamente a buscar ajuda para a construção de alternativas e propostas para soluções; e a atenção de pesquisadores acadêmicos em ciências sociais (ciência política, economia, sociologia),

que progressivamente passaram a trabalhar com questões relacionadas as políticas públicas e procuraram construir e aplicar conhecimentos à resolução de problemas concretos do setor público. (Rua, 2014, p. 21)

A partir destas duas vertentes, a análise de políticas públicas e estudada a partir de duas grandes categorias:

[...] a análise que tem como objetivo produzir conhecimentos sobre o processo de elaboração política (formulação, implementação e avaliação) em si, revelando assim uma orientação predominantemente descritiva. Esta categoria corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como *analysis of policy*, referindo-se à atividade acadêmica visando, basicamente o melhor entendimento do processo político; e a análise destinada a auxiliar os formuladores de políticas agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, assumindo um caráter prescritivo ou propositivo. Corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como *analysis for policy*, referindo-se a atividade aplicada voltada a solução de problemas sociais. (Rua, 2014, p. 21)

É possível perceber a contribuição das ciências sociais na análise política principalmente devido à grande variedade de problemas enfrentados pela sociedade em nossos dias. O trabalho realizado de maneira interdisciplinar visa a equacionar os problemas, para se chegar a soluções capazes de sanar ou pelo menos minimizar a propagação e seus efeitos negativos. É perceptível o esforço da academia em se aproximar do governo para apresenta-lhe resultados de pesquisa, que nem sempre são aceitos e tampouco postos em prática.

Para que seja possível realizar essa análise é necessário entender o processo político-administrativo ou também chamado de ciclo de políticas (*policy cycle*). De acordo com Rua (2014), “as políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder” entre os diversos atores políticos.

A autora associa o modelo sistêmico com o modelo do ciclo de políticas (*policy cycle*), para estudá-lo a partir de etapas sequenciais, sendo elas:

(a) formação da agenda, que ocorre quando uma questão é reconhecida como um problema público e passa a integrar a discussão de um grupo de interesse dentro ou fora do governo; (b) formação das alternativas e a tomada de decisão: a partir do reconhecimento como problema este passa a incluir na agenda e com isso ocorre a realização de análise para formulação de propostas para sua resolução. Assim que algumas alternativas são analisadas é chegado o momento da tomada de decisão escolhendo as alternativas viáveis para serem encaminhadas; (c) a tomada de decisão: é uma escolha, o princípio da formulação de uma política pública que seja capaz de solucionar ou minimizar o problema identificado anteriormente, dependendo do problema haverá a necessidade de maior ou menor estudo sobre o assunto, passando pela necessidade de maior aceitação e consenso entre os decisores até que esteja pronto para a implementação; (d) a implementação: consiste no conjunto de decisões, apresentação das possíveis rotinas a serem executadas com o intuito da solução dos problemas, a forma de monitoramento a ser realizado para que os objetivos propostos sejam alcançados a contento, e por fim; (e) a avaliação: é formado por um conjunto de julgamentos sobre os resultados obtidos a partir da tomada de decisão. (RUA, 2014, p. 34-35)

Na compreensão do *Policy Cycle*, a análise e a avaliação de políticas públicas ocorrem em diferentes fases deste ciclo. De acordo com Frey (2000),

[...] as várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase. (FREY, 2000, p. 226)

Para isso o autor distingue as fases do *Policy Cycle* da seguinte forma: percepção e definição de problemas, *Agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (FREY, 2000, p. 226)

Conforme apresentado por Secchi (2016, p. 28) representado na Figura 1, a Identificação do problema está na primeira fase deste ciclo de políticas públicas. É a partir da identificação de um problema social que as demais etapas desse ciclo são acionadas. Assim, o *Policy Cycle* é completo com a Formação da Agenda, Formulação das Alternativas, Tomada de Decisão, Implementação, Avaliação e Extinção.

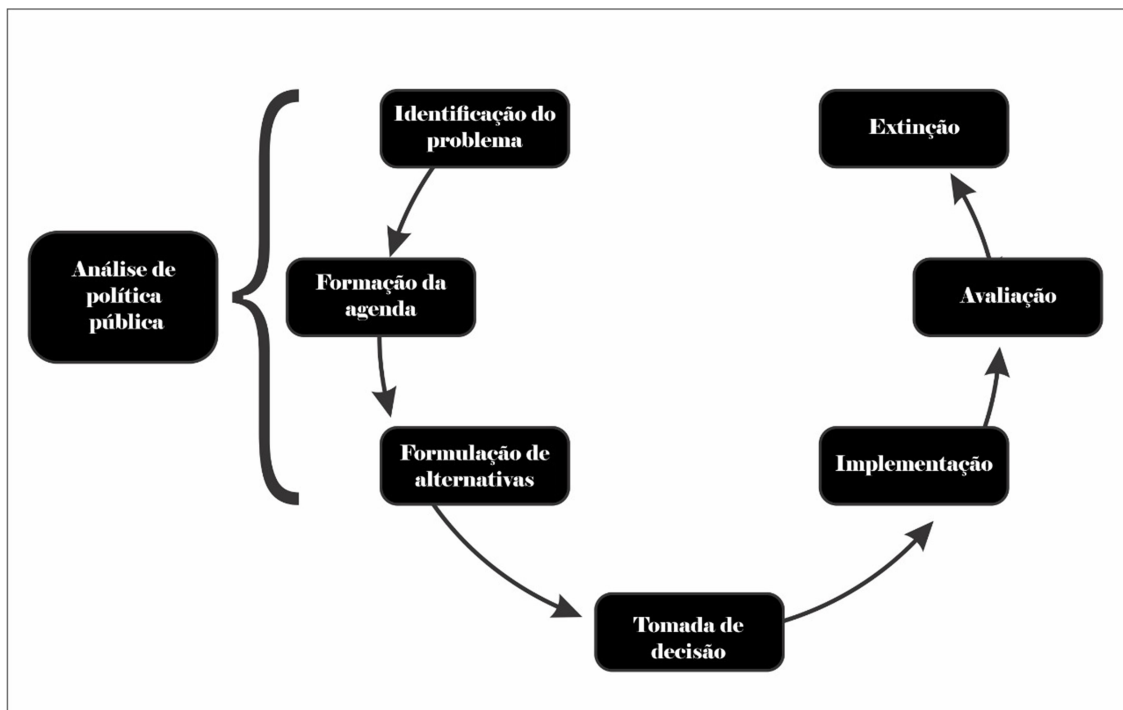


Figura 1: A Análise de Políticas Públicas no *Policy Cycle*  
Fonte: Araújo (2020) com base em Secchi (2016, p. 29)

Frey (2000) e Secchi (2016) concordam que uma questão deve ser analisada, para que seja vista como um problema público e, a partir daí, sejam buscadas alternativas para sua solução. As alternativas farão parte de discussões e acordos que levarão a tomada de decisão. Não basta que sejam tomadas decisões, ainda será necessário implementá-las a partir da ação coordenada dos atores políticos. A partir da tomada de decisão já será possível realizar a avaliação de políticas

públicas, não sendo necessário o término e sua implementação para fazê-lo, dando oportunidade a correções e ajustes, durante seu desenvolvimento.

A fase de avaliação, de acordo com Faria (2005), é a última fase do ‘*Policy cycle*’, e pode ser definida como:

[...] (a) atividade destinada a aquilatar os resultados de um curso de ação cujo ciclo de vida se encerra; (b) a fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para aprimoramento de políticas e programas em curso; e (c) como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais, ou seja, como elemento central da *accountability*. (FARIA, 2005, p. 97)

A *accountability* denota necessidade de responsabilidade, ética, obrigação e prestação de contas, necessárias à administração pública. O controle social sobre a ação do Estado é necessária para que a sociedade tenha conhecimento das ações realizadas por ele e tenha condições de aprovar ou desaprovar suas decisões.

As preocupações com a efetividade das políticas públicas, com sua sustentabilidade e com a sua maior ou menor capacidade de promover a equidade remetem diretamente ao tema da *accountability* e do controle, tão caro aos debates recentes sobre as novas relações entre o Estado e a sociedade. (RUA, 2014, p. 112)

A avaliação de políticas públicas tem por objetivo agrupar informações por meio de pesquisa com o uso de metodologias e métodos capazes de coletar dados e expressar resultados. Assim, a administração pública e a sociedade se beneficiam da avaliação das políticas públicas, permitindo aos tomadores de decisão fazerem a escolha que melhor convier à sociedade.

Os órgãos públicos realizam suas atividades com o objetivo de identificar e eliminar esses problemas. Contudo, algumas medidas adotadas não são plenamente eficazes para a solução desejada. Essas ações devem ser descartadas ou substituídas por novas estratégias destinadas a resolver os problemas. (AMORAS e RODRIGUES, 2009, p. 135)

O processo de decisão poderá optar, então, pela implantação, manutenção, alteração, ampliação ou redução ou, até mesmo, pela interrupção do programa, que poderá ser substituído por outro caso o problema não tenha sido extinto. Será necessário emitir um parecer ou relatório para se conhecer os dados levantados e a interpretação por parte do avaliador.

Diagnosticar e ordenar os resultados apresentados a partir do desenvolvimento de uma política pública é responsabilidade da avaliação de seus programas, das ações e das campanhas. Isso se torna importante devido a sua capacidade de fornecer elementos capazes de gerar melhorias na própria política em andamento, obtendo informações qualificadas capazes de ampliá-las ou extingui-las no futuro. Essa avaliação pode ser realizada durante as fases de Tomada de Decisão, Implementação, Avaliação e Extinção, sejam elas, federais, estaduais e municipais, fazendo parte de programas, planos, projetos ou ações implementadas.

Para Secchi (2016), a avaliação de política pública (*policy evaluation*)

[...] tem o objetivo de instrumentalização prática (prescritivo) e, em geral, usa métodos retrospectivos ou de processo. É atividade instrumental para a geração de informações importantes para a manutenção, os ajustes ou a extinção de políticas públicas. A avaliação de política pública pode acontecer antes da implementação (avaliação *ex ante*), durante o processo de implementação (avaliação *in itinere* ou monitoramento) ou após a implementação (avaliação *ex post*), e geralmente aplica critérios, padrões e indicadores para avaliar as qualidades e deficiências da política pública. (SECCHI, 2016, p. 10)

A política pública deve ser avaliada com o intuito de corrigir falhas desde sua formulação até os resultados alcançados com sua implementação. De acordo com Klaus Frey (2000): “Na fase de avaliação de políticas e da correção da ação (*evaluation*) apreciam-se os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos.” (FREY, 2000, p. 228)

Avaliar os impactos, identificar e mensurar os efeitos diretos e indiretos produzidos sobre a sociedade deve ser prática da administração pública ou, em outras palavras, deve-se buscar identificar quais mudanças ocorreram na sociedade após sua implantação. A avaliação dos impactos deve somar a avaliação de processo, fazendo a adequação dos meios e recursos necessários e sua relação, aos resultados alcançados.

Para Caiden e Caiden (2011, p. 82), a avaliação em políticas públicas permite identificar “o estado da arte” através do conhecimento de como estão sendo realizadas as ações no momento atual e o estado em que elas se encontram. A avaliação é uma investigação exploratória de um programa ou instituição, levada a efeito em intervalos ou em episódios. A maneira de medir o desempenho é estimada de maneira quantitativa ou qualitativa, acerca do que está acontecendo numa organização e de como está o seu desempenho.

Para os autores, a avaliação comumente inclui os seguintes critérios:

*Insumos (inputs), tales como dinero, personal, equipos, materiales; Carga de trabajo (workload) o niveles de actividad, tales como solicitudes procesadas, niveles de inventario, inspecciones realizadas, estudiantes en clase; Resultados (outputs), tales como niños vacunados, millas de carretera construidas, toneladas de desechos recogidos, estudiantes graduados; Impacto (outcomes), de los productos o servicios, tales como enfermedades prevenidas, porcentaje de impuestos recolectados, niveles de pureza del aire alcanzados, niveles de seguridad laboral alcanzados, alivio de la pobreza; Productividad (productivity), tales como casos atendidos por especialistas, solicitudes procesadas por persona, llamadas de emergencia canalizadas; Costos (costs), tales como costos promedio para construir una milla de autopista, educar un niño, mantener una piscina pública u otras instalaciones públicas; Satisfacción del usuario (customer satisfaction), tales como el número de quejas recibidas, resultados de encuestas, utilización de procesos participativos; Calidad y oportunidad del servicio (service quality and timeliness), tales como tiempos de respuesta de la policía, capacidad para acceder a una agencia, tiempo de espera, aceptación de los horarios de transporte, tasas de deterioro,*



*disponibilidad del servicio (United States General Accounting Office, mayo de 1992: 2) (CAIDEN e CAIDEN, 2011, p. 82)<sup>1</sup>*

Insumos, trabalho, resultados, impactos, produtividade, custos, satisfação e qualidade são alguns dos critérios passivos de avaliação. De acordo com Secchi (2016, p. 81), “quanto maior o uso de ferramentas analíticas, maiores são as chances de o trabalho resultar mais profundo e sofisticado”.

De acordo com Jannuzzi (2002), ao utilizar indicadores sociais a nível municipal, é possível,

[...] avaliar a necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (para portadores de deficiência, por exemplo) ou por pressão política legal da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo). (JANNUZZI, 2002, p. 59)

Os indicadores-insumo (*input indicators*) correspondem às medidas dos insumos utilizados na política pública, sejam eles recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados. Os indicadores-insumo quantificam os recursos utilizados para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores produto). Em alguns casos os indicadores de insumo e processo costumam ser chamados de indicadores de esforço. (JANNUZZI, 2002, p. 60)

Como é possível utilizar inúmeras ferramentas de pesquisa, pode-se também utilizar diferentes tipos de indicadores de desempenho dos programas sociais. Segundo Jannuzzi (2002, p. 60) há como serem usados três tipos de indicadores: os de eficiência dos meios e recursos empregados e sua relação com os resultados, os de eficácia no cumprimento das metas pré-estabelecidas e os de efetividade social do programa, que avaliam os efeitos na promoção da justiça social e o aumento da sociabilidade.

A qualidade do serviço pode ser medida pelos indicadores de insumo e de processo, relacionados com a legislação e com a opinião dos usuários, podendo se tornar capazes de influenciar a tomada de decisão por parte de gestores públicos em investir ou incentivar investimentos, elaborar programas e projetos para melhor atender ao público formado por pessoas

---

<sup>1</sup> Insumos (insumos), como dinheiro, pessoal, equipamento, materiais; Níveis de carga de trabalho ou atividade, como solicitações processadas, níveis de inventário, inspeções realizadas, alunos em sala de aula; Resultados (produtos), como crianças vacinadas, quilômetros de estradas construídas, toneladas de lixo coletado, estudantes de graduação; Impacto (resultados) de produtos ou serviços, como doenças evitadas, porcentagem de impostos coletados, níveis de pureza do ar alcançados, níveis de segurança ocupacional alcançado e alívio da pobreza; Produtividade (produtividade), como casos atendidos por especialistas, solicitações processadas por pessoa, chamadas de emergência canalizadas; Custos, como custos médios para construir uma milha de estrada, educar uma criança, manter uma piscina pública ou outras instalações públicas; Satisfação do usuário (satisfação do cliente), como número de reclamações recebidas, resultados da pesquisa, uso de processos participativos; Qualidade e pontualidade do serviço, como tempos de resposta da polícia, capacidade de acessar uma agência, tempo de espera, aceitação de horários de transporte, taxas de deterioração, disponibilidade de serviços (*United States General Accounting Office*, maio de 1992: 2) (CAIDEN e CAIDEN, 2011, p. 82, tradução do autor)

que necessitam de recursos de acessibilidade, para a prática do turismo na cidade de São Borja. Esses investimentos podem contribuir para a qualidade de vida das pessoas residentes na cidade e proporcionar satisfação aos visitantes.

Ao estudar sobre análise e avaliação de políticas públicas, viu-se a necessidade de realizar uma síntese destes elementos presentes no Ciclo de Políticas Públicas. Assim, o Quadro 1: As fases do *Policy Cycle* apresenta os princípios e os conceitos já destacados no texto.

<b>As Fases do <i>Policy Cycle</i></b>		
Análise de política pública	Identificação do problema	É a primeira fase do ciclo de políticas públicas. A identificação do problema é geralmente feita pelos próprios grupos afetados, ou pelos meios de comunicação quando fazem denúncias de situações alarmantes ou de oportunidades de melhora, ou por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade pela causa. Problemas públicos são situações coletivas indesejadas segundo a percepção de atores relevantes. (SECCHI, 2016, p. 28-29)
	Formação da agenda	A formação da agenda ocorre quando uma questão é reconhecida como um problema público e passa a integrar a discussão de um grupo de interesse dentro ou fora do governo. (RUA, 2014, p. 34-35) O trabalho de formação da agenda, ou seja, de programação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores de opinião, meios de comunicação, políticos, governantes), eleva o problema público à condição de merecedor de intervenção pública. (SECCHI, 2016, p. 28)
	Formulação de alternativas	As alternativas visam o enfrentamento dos problemas públicos ou em outras palavras, são recomendações para a tomada de decisões que contenham argumentos para a defesa de uma alternativa. Para isso é necessário gerar ideias criativas para o enfrentamento de um problema, mediar processos participativos na busca de consenso, ou estruturar uma proposta de política pública tecnicamente consistente, socialmente sensível e politicamente viável. (SECCHI, 2016, p. 29-30)
Avaliação de política pública	Tomada de decisão	Assim que algumas alternativas são analisadas é chegado o momento da tomada de decisão escolhendo as alternativas viáveis para serem encaminhadas. A tomada de decisão: é uma escolha, o princípio da formulação de uma política pública que seja capaz de solucionar ou minimizar o problema identificado anteriormente, dependendo do problema haverá a necessidade de maior ou menor estudo sobre o assunto, passando pela necessidade de maior aceitação e consenso entre os decisores até que esteja pronto para a implementação. (RUA, 2014, p. 34-35)
	Implementação	A implementação consiste no conjunto de decisões e apresentação das possíveis rotinas a serem executadas com o intuito da solução dos problemas, a forma de monitoramento a ser realizado para que os objetivos propostos sejam alcançados a contento. (RUA, 2014, p. 34-35)
	Avaliação	A avaliação é formada por um conjunto de julgamentos sobre os resultados obtidos a partir da tomada de decisão. (RUA, 2014, p. 34-35) A avaliação pode ser definida como: (a) atividade destinada a aquilatar os resultados de um curso de ação cujo ciclo de vida se encerra; (b) a fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para aprimoramento de políticas e programas em curso; e (c) como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais, ou seja, como elemento central da <i>accountability</i> . (FARIA, 2005, p. 97) A avaliação de política pública ( <i>policy evaluation</i> ) tem o objetivo de instrumentalização prática (prescritivo) e, em geral, usa métodos retrospectivos ou de processo. É atividade instrumental para a geração de informações importantes para a manutenção, os ajustes ou a extinção de políticas públicas. A avaliação de política pública pode acontecer antes da implementação (avaliação <i>ex ante</i> ), durante o processo de implementação (avaliação <i>in itinere</i> ou monitoramento) ou após a implementação (avaliação <i>ex post</i> ), e geralmente aplica critérios, padrões e indicadores para avaliar as qualidades e deficiências da política pública (SECCHI, 2016, p. 10) Na fase de avaliação de políticas e da correção da ação ( <i>evaluation</i> ) apreciam-se os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos. (FREY, 2000, p. 228)
	Extinção	Os órgãos públicos realizam suas atividades com o objetivo de identificar e eliminar esses problemas. Contudo, algumas medidas adotadas não são plenamente eficazes para a solução desejada. Essas ações devem ser descartadas ou substituídas por novas estratégias destinadas a resolver os problemas. (AMORAS e RODRIGUES, 2009, p. 135)

Quadro 1: As fases do *Policy Cycle*

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

### **1.3 Os ordenamentos jurídicos que antecederam o surgimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência**

Durante o processo de desenvolvimento desse estudo viu-se a necessidade de primeiramente compreender as diferenças entre direitos humanos e direitos fundamentais, e conhecer as características que levam ao entendimento desses termos, que serão abordados de maneira conjunta, doravante. Os direitos humanos têm relação com as declarações, tratados e documentos de Direito Internacional, onde o ser humano é o destinatário de direitos válidos universalmente e que correspondem a um conjunto de condições mínimas para uma vida digna.

Os Direitos Fundamentais têm relação com o direito positivo constitucional, na esfera de um Estado determinado, que são regulamentados e controlados pelo próprio Estado, através do Poder Judiciário. Enquanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos se dirige a toda a humanidade, os Direitos e Garantias Fundamentais, contidos na Constituição brasileira, por exemplo, têm validade nos limites do Estado brasileiro. (LOVATO e DUTRA, 2015, p. 2)

Tanto os direitos humanos como os direitos fundamentais serão abordados de maneira indireta, pois serão relacionados aos temas que, para melhor organização, foram divididos em três elementos. O primeiro trata da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada no dia 5 de outubro de 1988), apresentando também estatutos e leis que descrevem, esclarecem e normatizam os direitos concedidos a todas as pessoas e direitos concedidos a grupos específicos que necessitam de proteção especial.

O segundo elemento apresenta Notas sobre a incorporação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) no ordenamento jurídico brasileiro e seus efeitos. Será abordado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, contendo o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, e a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a NBR 9050 que estabeleceram critérios e parâmetros técnicos relativos ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade e a NBR 16537 estabelece uma série de critérios e parâmetros técnicos contendo soluções diversas e complementares para permitir o uso simples e intuitivo de ambientes e edificações e o atendimento às premissas do Desenho Universal, como a padronização dos espaços e a ausência de obstáculos nas áreas de circulação, minimizando os riscos e as consequências adversas de ações involuntárias e imprevistas. A sinalização tátil no

piso é considerada um recurso complementar para prover segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-cegueira.

### **1.3.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na Resolução 217-A (III) de 10 de dezembro de 1948, trouxe o reconhecimento de uma série de direitos da pessoa humana, identificados como necessários ao relacionamento humano em meio a seus locais de vida e convivência coletiva no âmbito internacional. Em seu preâmbulo estão apresentados alguns motivos que levaram ao reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e aos seus direitos iguais e inalienáveis constituindo o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais; (ONU, 1948)

Estas considerações permitiram a escrita de trinta artigos que apontam os direitos proclamados para atingir todos os povos, homens e mulheres de todas as nações através do:

[...] ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. (ONU, 1948)

Neste contexto, alguns destes direitos apontados pela ONU em 1948 são reconhecidos na própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, elaborada após a luta pela democracia no país com o enfraquecimento da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Ao romper-se o regime autoritário lutou-se pelas liberdades democráticas em diferentes atos públicos em todo o

País que culminaram nas eleições presidenciais de 1989 e a redação de uma nova Carta Magna de 1988 e após as eleições presidenciais de 1989.

Na CF/1988, no Título II, encontram-se os Direitos e Garantias Fundamentais, cujo artigo 5º estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Os incisos contidos neste artigo apresentam semelhanças e alinhamentos com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos (assim como outros direitos fundamentais que estão fora do chamado catálogo).

Neste particular, vale esclarecer que o art. 5º, §2, da CF/88, determina que os direitos e garantias expressos na *Lex Fundamentalis* não excluem outros, decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil faça parte. Como a Declaração Universal dos Direitos Humanos não se caracteriza como um tratado há discussão sobre seu enquadramento no referido dispositivo constitucional. Quanto ao ponto, concorda-se com a posição exarada por Sarlet, no sentido de que o aspecto material deve sobrepor-se:

[...] considerando o papel da Declaração da ONU no quadro normativo internacional, bem como levando em conta a ratio e o telos da norma contida no art. 5º, §2º, da CF, não nos parece razoável excluir – ao menos em princípio – os direitos fundamentais consagrados pela Declaração de Direitos da ONU, ainda mais quando se leva em conta que a maior parte das Constituições que a sucederam nela (e nos diversos pactos e convenções que integram o sistema internacional dos direitos humanos) buscaram inspiração quando da elaboração de seu próprio “catálogo” de direitos fundamentais (SARLET, 2017, p. 339).

Mas a discussão é complexa. Para além das divergências sobre ser a DUDH abarcada pelo art. 5º, §2º, da CF/88, em razão de não se configurar como tratado, ainda há a questão sobre tratar-se o conteúdo do documento de norma com hierarquia constitucional ou não, uma vez incorporada ao ordenamento interno (embora declarações não sejam vinculantes). A maior parte da doutrina é entendida no sentido positivo (SARLET, 2017, p. 343); o Supremo Tribunal Federal, porém, posiciona-se no sentido de que possuem hierarquia supralegal – acima da lei, mas abaixo da CF (RE 466.343/SP, j. 03.12.2008). Aqui, ressaltam-se os documentos internacionais que tenham sido submetidos ao procedimento previsto no art. 5º, §3º, da CF/88, destacado a seguir, mas que será abordado mais adiante.

Art. 5º [...] § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (BRASIL, 1988)

Os efeitos de se considerar as normas da DUDH como regras com hierarquia constitucional se revelam nas características dos direitos, dentre as quais pode ser destacada a universalidade, que se refere ao fato de que tais direitos são destinados a todos os seres humanos, independentemente da raça, cor, credo ou ideologia assumida. Oliveira e Lazari (2018) afirmam que a universalidade deve ser compreendida à luz das diferenças, como se observa na seguinte afirmação:

[...] não apenas defende a proteção equivalente a todos como também importa dizer que determinados grupos são mais necessitados e, portanto, devem receber maiores doses de proteção por parte do Estado. Afinal, dentro da concepção de democracia, está a discussão entre minorias e majorias, sendo sabido que as minorias, historicamente desprotegidas, necessitam de maior carga protetiva exatamente por fornecer um ideal de igualdade material (ou substancial). (OLIVEIRA e LAZARI, 2018, p. 74)

Após a DUDH, elaborada pela ONU, outros documentos internacionais também se mostraram fundamentais na proteção dos direitos humanos. Fischmann (2009, p. 158) destaca os seguintes:

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965);
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966);
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966);
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979);
- Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984); e,
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

A seguir são destacados cronologicamente os ordenamentos jurídicos internacionais e nacionais que tratam dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, assim como aqueles que visam promover direitos às pessoas com deficiência. O Quadro 2: Ordenamentos Jurídicos Internacionais apresenta uma breve descrição de sua adoção, proclamação ou abrangência de seu texto.

<b>Ordenamentos Jurídicos Internacionais</b>	
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) Adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 217-A (III) de 10 de dezembro de 1948.	A Carta da ONU reafirma sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, considera que a ONU e os Estados Membros se comprometeram a promover o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades.
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial Adotada pela Resolução n.º 2.106-A da Assembleia da ONU, em 21 de dezembro de 1965.	Considerando que a Carta das Nações Unidas baseia-se em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos, e que todos os Estados Membros comprometem-se a tomar medidas separadas e conjuntas, em cooperação com a Organização, para a consecução de um dos propósitos das Nações Unidas, que é promover e encorajar o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos sem discriminação de raça, sexo, idioma ou religião.
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos – adotado pela XXI Sessão da Assembleia da ONU, em 16 de dezembro de 1966.	Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado e menos que se criem às condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais.
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia da ONU, em 16 de dezembro de 1966.	Reconhecendo a dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, reconhece que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana, reconhece o ideal do ser humano livre, liberto do temor e da miséria gozando de seus direitos econômicos, sociais e culturais, assim como de seus direitos civis e políticos.
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979.	A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, doravante denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981. Dispõe sobre a promoção dos direitos da mulher na busca da igualdade de gênero reprimindo quaisquer discriminações contra a mulher.
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes de 10 de dezembro de 1984.	Tendo em conta o artigo 5º da DUDH estabelecem que ninguém será submetido à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, levando também em consideração a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral em 9 de dezembro de 1975.
Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Foi ratificado por 196 países.	Na DUDH as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais, convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros e, em particular, das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade, reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão.
Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 30 de março de 2007.	A Convenção garante o monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, foi assinado, sem reservas, em um gesto de total compromisso do governo brasileiro com a conquista histórica da sociedade mundial. Na ocasião foram redigidos cinquenta artigos que tratam dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, revestidos com tudo que se faz indispensável para a emancipação desses cidadãos.

Quadro 2: Ordenamentos Jurídicos Internacionais  
Fonte: elaborado pelo autor (2020)

No âmbito da Organização das Nações Unidas, como no Brasil, os debates em torno dos direitos da pessoa humana não ficaram somente na Constituição brasileira. Atualmente são encontradas outras leis que protegem os direitos de grupos especiais tratados por “minorias”, cujo conceito é assim compreendido por Oliveira e Lazari:



“Minoria”, neste sentido, pode ser vista com uma categoria relacional correspondente a todo grupo social que possua traços relativamente indelévels cujos membros não possuem condições de fundirem-se em uma população homogênea e nela plenamente se adaptar. Isso pode ocorrer por peculiaridades étnicas, linguísticas, religiosas ou culturais que não sejam compartilhadas pela maior parte da sociedade. (OLIVEIRA e LAZARI, 2018, p. 59)

Para se preservar essa igualdade material, houve a criação de leis destinadas a grupos específicos com o fim de colocar em “posição de equivalência e de proteção suficiente grupos que nem sempre gozam dessa ótica protecionista. É dizer: tais diplomas não trazem privilégios a determinados setores, mas sim, atribuem equivalências de direitos entre maiorias e minorias.” (OLIVEIRA e LAZARI, 2018, p. 75)

Para promover igualdade entre os grupos, o Estado promove desigualdades complementares, amenizando as injustiças principalmente provocadas por aspectos étnicos, sociais e econômicos. Esta igualdade perante a lei, promovida pelo Estado, é fundamental para a democracia no país e para a inserção e adaptação das minorias em meio à sociedade.

Acompanhando as discussões internacionais, a nível nacional foram editadas leis que reconheceram a necessidade de promover direitos capazes de superar as desigualdades existentes que impedem as pessoas com deficiência serem incluídas na sociedade em igualdade de condições e oportunidades. No Quadro 3: Ordenamentos Federais sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais estão apresentadas leis que regulamentam os tratados e convenções internacionais, das quais o Estado brasileiro faz parte.

<b>Ordenamentos Federais sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais</b>	
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Afirma que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.	A lei é fundamental para regulamentar, no Brasil, as relações de consumo, alterando regras tradicionais do direito civil e adequando-as para uma sociedade de consumo. A lei apresenta regras que orientam os contratos, o comércio e a prestação de serviços, de maneira a se proteger o consumidor de ações abusivas dos fornecedores.
Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.	Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.	Institui o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Afirma ainda que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	A Lei Maria da Penha, como é chamada, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e dá outras providências.
Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009.	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.	O Estatuto da Igualdade Racial afirma ser destinados a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Já em seu artigo 1º, afirma estar instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Quadro 3: Ordenamentos Federais sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

A ABNT é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

De acordo com o Quadro 4 são apresentados Ordenamentos Federais que instituem, regulamentam e promovem direitos às pessoas com deficiência. O Quadro 5 apresenta as normas da ABNT que estabelecem padrões e critérios para a promoção da acessibilidade em espaços edificados, meios de transporte, equipamentos, meios de comunicação e à informação.

<b>Ordenamentos Federais que instituem, regulamentam e promovem direitos às pessoas com deficiência.</b>	
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, sustentáculo para todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico brasileiro.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social; sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público, defini crimes e dá outras providências.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.	O Decreto n. 3.298 regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.	Concede passe livre as pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	A lei exige a inclusão de cidadãos reabilitados ou pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência.
Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.	Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, aos idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo, e dá outras providências.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estatuto da Cidade: regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.
Instrução Normativa IPHAN nº 1, de 25 de novembro de 2003.	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica.
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.	Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000, acima citadas.
Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.	Dispõe sobre o direito de o portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007.	Estabelece o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações efetivas por parte da União Federal, em regime de cooperação com municípios, estados e o Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPD) e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 7.612, de novembro de 2011.
Lei nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), Revoga o Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007.
Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Já em seu artigo 1º, afirma estar instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Quadro 4: Ordenamentos Jurídicos Internacionais

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

<b>Parâmetros Técnicos estabelecidos pela ABNT – NBR</b>	
NBR 14022 de 1997.	A NBR 14022 estabelece os padrões e critério que visam proporcionar à pessoa portadora de deficiência acessibilidade ao transporte em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal,
NBR 14237 de 1999.	Esta Norma estabelece os padrões e critérios que visam propiciar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma ao espaço aeroportuário e às aeronaves das empresas de transporte aéreo público regular, regional e suplementar.
ANBR 13994 de 2000.	Esta Norma fixa as condições exigíveis na elaboração do projeto, fabricação e instalação de elevadores de passageiros, com o fim de adequá-los com características para transportar pessoas portadoras de deficiência que podem locomover-se sem o auxílio de terceiros.
NBR 14021 de 2005	Esta Norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano, de acordo com os preceitos do Desenho Universal. Foram consideradas as diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente pela população, incluindo crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar as necessidades individuais.
NBR 15250 de 2005.	A NBR 15250 fixa os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados quando do projeto, construção, instalação e localização de equipamentos destinados à prestação de informações e serviços de autoatendimento bancário. Para o estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, sejam eles: sistemas assistivos de voz, cadeira de rodas ou outro que complemente necessidades individuais. Esta Norma segue preceitos do desenho universal, visando proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de caixas de autoatendimento bancário, de maneira autônoma e segura.
NBR 15290 de 2005.	Esta Norma estabelece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais.
NBR 15320 de 2005.	Esta Norma estabelece os padrões e critérios que visam proporcionar à pessoa com deficiência a acessibilidade ao transporte rodoviário. Esta Norma se aplica a veículos novos e se destina a promover a acessibilidade para pessoas com deficiência. Recomenda-se a sua aplicação também nos veículos em circulação, conforme estabelecido pelo Poder Concedente. Os terminais e pontos de paradas devem ser acessíveis, observando as determinações da legislação.
NBR 9050 de 2015.	A NBR 9050 estabelece uma série de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural e de edificações às condições de acessibilidade.
NBR 16537 de 2016.	A NBR 16537 estabelece uma série de critérios e parâmetros técnicos contendo soluções diversas e complementares para permitir o uso simples e intuitivo de ambientes e edificações e o atendimento às premissas do Desenho Universal, como a padronização dos espaços e a ausência de obstáculos nas áreas de circulação, minimizando os riscos e as consequências adversas de ações involuntárias e imprevistas.

Quadro 5: Parâmetros Técnicos estabelecidos pela ABNT – NBR

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

Após ter identificado o arcabouço legal existente e o uso de normas para estabelecer a aplicabilidade da legislação, optou-se por ampliar os conhecimentos sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência relacionando-a com a legislação vigente dada a importância do documento para a promoção da efetivação dos direitos concedidos à pessoa com deficiência e a necessidade de

promover a inclusão social a este público. Também serão apresentados outros ordenamentos jurídicos federais que atenderam necessidades e concederam direitos às pessoas com deficiência.

### **1.3.2 Notas sobre a incorporação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no ordenamento jurídico brasileiro e seus efeitos**

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPC) foi o primeiro tratado internacional submetido a procedimento previsto no artigo 5º, §3º, da CF de 1988, segundo a qual os “tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às emendas constitucionais”, norma esta introduzida pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004.

Não há dúvidas sobre seu caráter constitucional, o que aumenta a força normativa de tais direitos, posto que os direitos fundamentais possuam regime diferenciado com relação às demais normas constantes na CF/88, não podendo, por exemplo, ser objeto de emenda constitucional tendente à sua abolição, por se tratarem de cláusulas pétreas (art. 60, §4º, IV, CF/88). Tal força normativa repercute em alicerces mais sólidos para fins de implementação de políticas públicas, ponto de alta relevância.

### **1.3.3 O Estatuto da Pessoa com Deficiência**

Com base no Censo 2010, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresentou as seguintes informações com relação à população brasileira: “8,34% da população brasileira apresenta pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo: 3,46% deficiência visual, 1,12% com deficiência auditiva severa, 2,33% com deficiência motora severa e 1,4% com deficiência mental ou intelectual”. (BRASIL, 2012, p. 6)

A SDH/PR é um órgão da Presidência da República cuja missão é garantir que políticas públicas para a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Sua principal atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. (RIBEIRO, 2014, p. 31)

Antes de tratar sobre a Lei n. 13.146/2015, julgou-se necessária uma breve análise do Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009 que insere o Brasil no contexto internacional. Este Decreto promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e seu Protocolo Facultativo, ratificados na forma do § 3º, do artigo 5º da Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988, destinado a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais aplicados também às pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. É o que se propõe no preâmbulo da Convenção Internacional, no qual consta que os Estados Parte assumem que:

v) Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (SDH/PR, 2012, p. 23)

Com esse ato, o Brasil assume que fará o possível para que as pessoas com deficiência possam exercer participação plena na sociedade, em igualdade de condições com as demais, carecendo de recursos de acessibilidade nos espaços públicos e de uso público. Em consequência deste ato perante a ONU, coube ao Brasil, legislar em favor das pessoas com deficiência para a preservação dos direitos já discutidos em âmbito internacional.

Cabe ressaltar que apesar de ser uma decisão governamental em cumprimento aos dispositivos da CF de 1988 houve pressões sociais de grupos politicamente organizados que pressionaram o governo levando-o a tais decisões. Isso ocorreu, segundo Santos (2008) porque o modelo social da deficiência defende que a opressão às pessoas com deficiência acontece pela incompatibilidade entre o corpo com lesão e as exigências do capitalismo, quando nos seus mais diferentes ambientes sociais não existe adaptação às diversidades corporais. A argumentação dos primeiros teóricos do modelo social representou o questionamento dos padrões exigidos pelo capitalismo, no que diz respeito ao corpo com as características ideais capazes de oferecer aos sistemas sociais a potencialidade produtiva. Essa argumentação dos teóricos do modelo social fragilizou as bases sobre as quais a deficiência foi erguida e que, durante um longo período, foi compreendida ora como um acontecimento ligado ao azar, ora como patologia que exigia da Biomedicina compreensão e intervenção. (SANTOS, 2008)

Aos poucos, o modelo social começou a receber críticas de outras correntes teóricas, o que ampliou uma compreensão sociológica e política da deficiência como uma expressão de desigualdade. As teorias feministas foram algumas das mais importantes correntes críticas ao modelo social da deficiência. As premissas desse modelo social baseadas nas lutas contra toda forma de opressão eram coerentes com as premissas do feminismo, ou seja, ambas consideravam todas as formas de desigualdade e opressão algo inaceitável nas sociedades. Dentre várias contribuições feministas ao debate, as teóricas feministas defenderam a importância do cuidado e

exigiram uma discussão sobre os gravemente deficientes (aqueles que jamais serão independentes e produtivos para a vida social, independentemente de quais ajustes arquitetônicos ou de transporte sejam promovidos). (DINIZ, 2007)

Além disso, foram as feministas que demonstraram que, para além da experiência da opressão pelo corpo deficiente, outras variáveis tinham que ser consideradas, tais como a desigualdade de raça, gênero, orientação sexual ou idade. Nesse sentido, a compreensão trazida pelas teóricas feministas foi a de promover o debate sobre a deficiência considerando a lesão cujo debate fora abandonado pelos primeiros teóricos do modelo social da deficiência que viam nas estruturas sociais uma importância maior para incorporar a diversidade corporal do que as vantagens que a biomedicina poderia oferecer para o corpo deficiente. (SANTOS, 2008)

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no Artigo 9, apresenta uma série de direitos para assegurar a essas pessoas a oportunidade de usufruir de forma independente, permitindo-lhes a participação plena nos aspectos da vida, seja no uso de transportes, ou com relação à informação e comunicação, de igual forma e demais serviços oferecidos à população nos edifícios, rodovias, meios de transporte, escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho. Também os serviços de emergência e as instalações e serviços abertos ao público ou de uso público, devem ser assegurados a eles. Dessa forma, entidades privadas e também públicas cumprirão com as exigências mínimas proporcionando aos atores envolvidos, esses direitos que lhes são inerentes. Dotando os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização Braille, com assistência humana e animal e serviço de mediadores – incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais de língua de sinais – além de novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação – inclusive internet – disseminando a um custo mínimo para que se tornem acessíveis. (BRASIL, 2011)

Por esses motivos, as entidades públicas e privadas devem prover instalações adequadas à acessibilidade e oferecer atendimento pessoal para que venham a satisfazer as necessidades. Os locais devem ser sinalizados, permitindo a comunicação e o entendimento por parte da pessoa com deficiência, promovendo um serviço mais humanizado. A DUDH, pensada no artigo 30 do Decreto n. 6.949, apresenta que:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
  - a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
  - b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
  - c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. (BRASIL, 2009)

Considerados como primeiro ato o Decreto n. 6.949/2009, no segundo ato estará a Lei n. 13.146/ 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e a sua cidadania.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência, devem ser adotadas medidas para proteger as pessoas com deficiência contra todas as formas de violência, abuso e exploração. Entre os direitos concedidos às pessoas com deficiência está a promoção da inclusão em três níveis: Integração Social, Inclusão Social e Inclusão Educacional. Para melhor entender estes termos, o Ministério Público do Trabalho (2011), apresenta as seguintes definições:

Integração Social – processo de favorecimento da convivência de alguém tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste processo a pessoa portadora de deficiência, por seus próprios meios esforços, busca integrar-se à sociedade, que, simplesmente a recebe, sem ter se preparado para tanto.

Inclusão social - processo mais aperfeiçoado de favorecimento da convivência de alguém tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa portadora de deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura).

Inclusão educacional - possibilidade de a criança ou adolescente portador de deficiência frequentar cursos regulares de ensino, e não apenas escolas de educação especial. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2011, p. 14-15)

Trata-se de um público que demanda por integração e inclusão, sendo necessárias na sociedade e também com relação a inclusão educacional, proporcionando-lhes oportunidades diversas, que possibilitem acesso ao mercado de trabalho de forma digna e justa. De acordo com a Lei de Cotas n. 8.213/1991 é exigido a inclusão de cidadãos com deficiências físicas, intelectuais, auditivas e visuais. Essa lei contribui para que as pessoas com deficiência possam trabalhar ganhando um salário podendo contribuir para o sustento de suas famílias, consumindo produtos, contratando serviços e, contribuindo com a economia.

A Lei de Cotas ampliou a capacidade de integração e inclusão social de pessoas cegas, surdas ou em cadeira de rodas proporcionando ao mundo corporativo um melhor entendimento sobre acessibilidade, diversidade e inclusão. A lei exige que de 2% a 5% de funcionários de uma empresa ou organização sejam ocupadas por pessoas com deficiência. Sendo que 2% para empresas de até 200 funcionários, 3% para empresas de 201 a 500 funcionários, 4% para empresas de 501 a 1000 funcionários e 5% para empresas com mais de 1000 funcionários. No entanto a lei passou a vigorar a partir de 1999 quando regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999.



De acordo com o artigo 3º, I, da Lei n. 13.146/2015 a acessibilidade é entendida da seguinte forma:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

Como referido, a acessibilidade, conforme a Lei n. 13.146/2015, prevê ações de ordem pública e privada através da implantação desses recursos em instalações e edificações públicas e de uso público. Assim, ainda em 2015, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabeleceu uma série de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural e de edificações às condições de acessibilidade, através da NBR 9050.

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais. (ABNT, 2015, p. 1)

A norma visa a proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou mesmo limitação de percepção. A ABNT, através da NBR-16537 estabeleceu os critérios e parâmetros técnicos a ser observado para elaboração do projeto a instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual ou surdo-cegueira, também corroborando para a promoção de segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-cegueira. (ABNT, 2016, p. 1)

Existem dois tipos de piso tátil, a saber: o piso tátil de alerta e o piso tátil de direcional, também chamado de podotátil. O piso tátil de alerta deve ser instalado em calçadas, escadas e rampas contribuindo para orientação e segurança das pessoas deficientes visuais ou pessoas de baixa visão. Sua função é alertar sobre a existência de obstáculos de difícil identificação com uso de uma bengala.

Quanto ao piso direcional é utilizado para indicar o caminho a ser seguido em áreas de circulação podendo formar, junto com o piso tátil de alerta, rotas acessíveis. O piso tátil de alerta

é usado para sinalizar alteração de percurso ou de plano, para demarcar barreiras arquitetônicas, placas de sinalização ou existência de equipamentos mesmo que estejam suspensos.

A mobilidade urbana tem importância essencial na inclusão das pessoas com deficiência, pois ela favorece que as pessoas acessem os lugares enquanto que a acessibilidade permite o pleno alcance dos espaços públicos e privados da cidade. De acordo com o inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 12.587 de 2012, a Mobilidade Urbana é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano, ou seja, está relacionado com as condições das vias de acesso e as possibilidades de circulação.

A política Nacional de Mobilidade é instrumento da política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo: a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município contribuindo para o acesso universal (inclusão social) à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. (BRASIL, 2012)

Contudo, é necessário considerar a importância da mobilidade urbana e da acessibilidade na cidade de São Borja em sua condição de “Cidade Histórica” cujas características refletem sua cultura e sua sociedade. Nos centros históricos, muitas vezes, as ruas são estreitas e isso reflete como esse espaço atendia aos desejos e às necessidades de seus usuários nos séculos passados, quando o meio de transporte exigia pouco espaço, o número de pessoas era menor, o uso do solo era diferenciado, bem como as distâncias a serem percorridas eram menores. (RIBEIRO, 2014)

Assim, a mobilidade urbana deve considerar a necessidade de um sistema viário formado por avenidas, ruas, calçadas, passarelas, ciclovias, rotas acessíveis, sinalização de trânsito e meios de transportes que permitam acesso aos espaços públicos. A sinalização turística deve ser compatibilizada com a sinalização de trânsito e, nas cidades históricas tombadas, deve valorizar o bem cultural.

A estratégia de sinalização deve partir da definição de como pedestres, pessoas com deficiência e usuários de bicicletas e outros veículos podem utilizar a infraestrutura urbana para atingir os atrativos existentes por meio de escolha dos melhores trajetos. (RIBEIRO, 2014, p. 64)

A rua é elemento de ligação tanto entre os espaços públicos amplos e diversos ligando-os entre si, quanto aos valores e à cultura da sociedade, o que contribui para o acesso aos locais destinados ao lazer, à recreação, ao comércio, aos serviços e à administração pública. A praça expõe artefatos que contam a história do lugar, e de seus personagens.

As ruas e as praças apresentam a identidade cultural que é formadora da sociedade local, sua importância é considerável, na construção do relacionamento das pessoas. A mobilidade urbana deve valorizar o espaço urbano, proporcionar um deslocamento fácil interligando os elementos que contam a história do lugar revelando o Patrimônio Cultural material e imaterial da cidade.

O transporte urbano tem um papel importante para o deslocamento das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no interior das cidades. Para estabelecer os padrões e critério que visam proporcionar à pessoa portadora de deficiência acessibilidade ao transporte em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal, a ABNT apresentou a sociedade brasileira a NBR 14022 contendo as definições e os requisitos de acessibilidade necessários aos locais de embarque e desembarque, veículos acessíveis, comunicação e sinalização e demais procedimentos complementares para que as pessoas com deficiência tenham possibilidade e condição de alcance com segurança e autonomia. (ABNT, 1997)

O Estado, através de ações administrativas e do ordenamento jurídico, promove a organização da sociedade de maneira que as responsabilidades sejam partilhadas entre o Estado, sociedade e família. De acordo com a Lei n. 13.146/2015 podemos confirmar que há uma divisão de responsabilidades para melhor atender a pessoa com deficiência:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar às pessoas com deficiência. Com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e À maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habitação e a reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao turismo, ao lazer, à informação, a comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015)

Desta forma, o Estado, a sociedade e a família, devem assegurar às pessoas com deficiência a inclusão social através da promoção da acessibilidade, permitindo-lhes a participação de forma plena dos aspectos da vida, com autonomia e segurança seja no uso dos transportes, acesso a informação e comunicação, usufruindo os serviços oferecidos à população, como o acesso a edifícios, rodovias, meios de transporte, escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho. Devem, também, ter acesso a serviços de emergência, às instituições públicas e demais espaços públicos ou de uso público.

É dever do poder público garantir o completo acesso em condições de igualdade, assegurar um sistema educacional inclusivo, ofertando recursos de acessibilidade, conforme previsto em lei, no que tange às escolas inclusivas. O Estado tem o dever de oferecer o ensino

bilíngue, ou seja, em primeira língua a Libras e segunda língua o Português, cumprindo seu dever de promover as inclusões social e educacional.

Com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, passa a ser direito fundamental dessas pessoas, de forma indiscutível, a participação na vida política do Estado, inclusive no que se refere ao direito de serem votadas para cargos públicos. O direito de votar, por sua vez, na nova lei se estabelece que seja dever do Estado e, da Justiça Eleitoral, garantir que os procedimentos, as instalações, os materiais e os equipamentos para votação sejam apropriados, a todas as pessoas e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida, regra prevista para não estigmatizar estas pessoas, inserindo-as de forma completa na sociedade, garantindo a igualdade de direitos.

Não restam dúvidas de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz importantes avanços no reconhecimento de direitos fundamentais de uma parcela importante da população brasileira, ainda bastante discriminada e desprotegida. A nova lei determina que a inclusão aconteça por meio de competição, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Enquanto a integração social é realizada pela pessoa com deficiência e sua própria família, as inclusões social e educacional são obrigações impostas ao Estado para proporcionar igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. O Decreto 3.298/1999, em seu artigo 1º afirma que a “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1999)

Já em seu Artigo 3º, traz o conceito de deficiência, deficiência permanente e incapacidade, confirmando a existência de uma diferença entre os conceitos.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999)

A partir desses conceitos, é possível compreender que as pessoas com deficiência mesmo com suas diferenças são capazes de desempenhar atividades de trabalho, podendo tornar-se aptas quando da oportunidade e dos recursos disponíveis para a função e considerados os limites individuais. As pessoas com deficiência possuem características humanas distintas, por isso necessitam de atenção especial observada às limitações funcionais de cada indivíduo. Requerem que o ambiente disponha de recursos necessários para possibilitar plena e efetiva participação na sociedade, buscando a hegemonia no tratamento e acessibilidade e garantam a equiparação de oportunidades para todas as pessoas.

De acordo com o Ministério da Justiça do Brasil, as pessoas com deficiência possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade. A tipologia utilizada para caracterizar a deficiência pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e usualmente aceita se divide em: deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência intelectual (leve, moderada, severa e profunda), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência visual (cegueira total e baixa visão) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiências associadas). (MTUR, 2009, p. 19)

Retomando pontos enfrentados anteriormente, é importante que se tenha presente que todos esses direitos se alicerçam nos direitos humanos e nos fundamentais, fato que lhes confere regime diferenciado e deve ser frisado quando pensadas e implementadas políticas públicas. Neste sentido, vale retomar a questão da hierarquia dos tratados, posto que o caminho para se chegar ao Estatuto da Pessoa com Deficiência passa pela DUDH e pela CDPD, ambos os documentos internacionais incorporados à ordem interna brasileira:

A hierarquia dos tratados de direitos humanos na ordem jurídica interna brasileira, de acordo com a atual orientação do STF, é diferenciada de acordo com a forma de incorporação. Com efeito, os tratados incorporados antes da inserção do §3º no art. 5º da CF possuem hierarquia supralegal, prevalecendo, portanto, sobre toda e qualquer norma infraconstitucional interna, mas cedendo em face da CF. Por sua vez, os tratados aprovados pelo Congresso Nacional na forma do art. 5º, §3º, da CF possuem hierarquia e força normativa equivalentes às emendas constitucionais. (SARLET, 2017, p. 345)

Como é possível verificar, existem convergências e diferenças entre direitos humanos e direitos fundamentais, o que torna o entendimento sobre tais questões imperioso aos que se dedicam ao estudo dos direitos das pessoas com deficiência. Tais semelhanças e distinções acabam tendo efeito prático na vida das pessoas, sendo que muitas recorrem ao Poder Judiciário para que instrumentos internacionais, já incorporados ao ordenamento interno, como é o caso da CDPD, sejam cumpridos.

Das ementas colacionadas, extrai-se que a clara compreensão sobre o significado e alcance dos direitos fundamentais, sejam eles presentes no texto da Constituição desde sua

promulgação, sejam decorrentes de princípios ou tratados internacionais, constitui exigência inseparável para uma interpretação coerente de tais direitos, bem como das políticas públicas que neles se alicerçam. Podemos concluir, também, que as leis que dão proteção às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida advêm dos direitos comuns de todo o cidadão, ou seja, dos direitos constitucionais e leis ordinárias federais, estaduais e municipais decorrentes, comuns a todos os cidadãos brasileiros.

Mas apesar de todo entendimento jurídico a respeito dos direitos concedidos às pessoas com deficiência, se deseja que tais direitos sejam materializados até o nível municipal, pois é onde as pessoas são residentes. Por esse motivo buscou-se no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Borja o Relatório Circunstanciado da Execução dos Programas de Governo e suas ações alcançadas no Exercício de 2018 (SÃO BORJA, 2018). O relatório visa demonstrar e avaliar o cumprimento dos programas e ações previstas no Plano Plurianual – PPA, LDO e LOA da Prefeitura Municipal de São Borja no exercício de 2018.

Dentre as metas e programas desenvolvidos se extraiu aqueles que de alguma forma trazem benefícios às pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. No entanto as informações prestadas no relatório não apresentam o detalhamento das ações pertencentes a cada meta. Sendo elas:

- Manutenção da Sala dos Conselhos – sendo parte integrante do Gabinete do Prefeito teve sua meta atingida satisfatoriamente com a manutenção da sala com mobiliário, equipamentos de processamentos de dados, vídeo e foto, ar condicionado, para a realização de reuniões, cursos e votações referentes a decisões de projetos, leis orçamentárias e assuntos pertinentes aos conselhos.

- Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção das atividades do Conselho com os serviços necessários para o desempenho de suas atividades, através de manutenção e aquisição de materiais e equipamentos para o bom funcionamento do Conselho, onde são feitas reuniões para discussões e votações ligadas a decisões e leis direcionadas a área de Assistência Social.

- Manutenção do Convênio com o Asilo São Vicente de Paula – meta atingida satisfatoriamente com o repasse financeiro ao Asilo, conforme Convênio firmado, destinando verbas visando o atendimento integral de serviços assistenciais a idosos, melhorando a estadia de pessoas, que muitas vezes, não tem mais ninguém para ajudá-las e, que também, não possuem mais mobilidade e/ou tem mobilidade muito reduzida, tendo sido repassado o montante de R\$40.800,00 através de convênio firmado com aquela entidade;

- Manutenção do Departamento do Idoso – meta atingida satisfatoriamente com a realização de diversas ações como oficina de danças, canto, palestras, artesanato, proporcionando o bem-estar social dos idosos, no Centro dia Idoso os idosos passam o dia, junto com pessoas especializadas que as atendem com muita atenção e carinho, suprimindo a sua necessidade de atenção e afeto, tendo sido empenhado o montante de R\$229.740,29, destinado a manter tal Centro;

- Manutenção do Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção do convênio firmado, com recursos oriundos do FNAS. Os repasses financeiros de verbas para custeio do serviço de atendimento às pessoas com deficiência, que frequentam a APAE, tendo sido empenhado o valor de R\$118.688,40, como repasse através do convênio;

- Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção dos serviços e o apoio necessário às atividades do Conselho, em acordo com Lei Municipal e em consonância com Estatuto da Criança e Adolescente, com melhorias nas instalações físicas, criando melhores condições para a realização das ações dando suporte aos respectivos conselheiros para que atinjam seus objetivos, tendo sido empenhado o montante de R\$345.050,47 para cobrir e suprir as necessidades do Conselho Tutelar;

- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – meta atingida satisfatoriamente com a obtenção e repasse de recursos às entidades credenciadas, buscando a qualificação e a melhoria nas ações voltadas as crianças e aos adolescentes, com cursos e oficinas de aperfeiçoamento, tirando-os da rua e lhes dando o suporte necessário para que percam o interesse por vícios e ações/coisas erradas, tendo sido empenhado o montante de R\$519.098,29 dentro da unidade 3 da Secretaria do Desenvolvimento Social, onde estão alocados os projetos e atividades, nos quais estão alocadas as verbas do Fundo da Criança e do Adolescente;

- Manutenção do Fundo Municipal do Idoso – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção das atividades do Fundo Municipal do Idoso, com o objetivo de captar e aplicar os recursos do Fundo a Fundo, todos os tipos de doações de pessoas físicas e jurídicas, com deduções fiscais no Imposto de Renda, auxílios e contribuições, em conformidade com a Lei específica de criação, sob a orientação, controle e deliberação do Conselho Municipal do Idoso.

- Mobilidade Urbana – Pró-transporte – meta atingida satisfatoriamente com a execução de obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município, com recursos oriundos da contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa Pro-Transporte, do Ministério das Cidades tendo sido pagas parcelas referentes aos juros da dívida do

contrato e empenhado um montante de R\$9.989.148,00 para pavimentações em 2018, tendo sido anulado o montante de R\$3.772.502,19, por duplicidade documental.

- Necessidades Educacionais Especiais – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção do Convênio firmado com a APAE, que proporciona o desenvolvimento de ações que promovem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino, com qualidade social, bem como, os atendimentos no CAM (Centro de Atendimentos Múltiplos) que visa dar atendimentos educacionais complementares, em turno reverso, a alunos (as) com necessidades especiais, das escolas municipais e estaduais.

- Manutenção do Convênio com a APAE – meta atingida satisfatoriamente com a manutenção do convênio, proporcionando auxílio às crianças e aos adolescentes com limitações psicológicas, psicomotoras, mentais e/ou motoras, tendo sido empenho de R\$96.696,00, com base em convênio firmado com aquela entidade. (SÃO BORJA, 2018)

Através da aplicação de recursos nas metas acima apresentadas, a administração municipal contribui com a inclusão social e inclusão educacional das pessoas com deficiência. No entanto cabe informar que o Relatório Circunstanciado da Execução dos Programas de Governo e suas ações alcançadas no Exercício de 2019 (SÃO BORJA, 2019), após ser solicitada, via *E-mail* à Prefeitura de São Borja (Apêndice 1), foi realizada a inclusão do relatório no Portal da Transparência, porém, o mesmo não apresenta os valores gastos ou empenhados nas respectivas metas descritas.

Entendendo o papel fundamental do Estado para a identificação e reconhecimento das desigualdades existentes entre as pessoas na sociedade, a administração pública de posse do arcabouço legal terá de materializar tais direitos em toda a extensão do território nacional, passando pelos Estados e Distrito Federal (DF) chegando até os municípios onde as pessoas de fato residem em sociedade, exercem seus direitos e contribuem para a economia e desenvolvimento local. O Capítulo 2 apresenta a administração pública do turismo partindo da esfera federal até se chegar ao município onde o planejamento do turismo deve valorizar a História e Patrimônio Cultural da cidade, promovendo a hospitalidade da cidade e a acessibilidade e dos espaços públicos destinados ao turismo. Ainda no capítulo seguinte serão apresentados os atrativos turísticos cuja avaliação da acessibilidade foi realizada considerando os ordenamentos jurídicos anteriormente destacados.



## 2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO, HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O turismo é entendido como um fenômeno social que estuda o deslocamento das pessoas em busca de experiências positivas envolvendo, na maioria das vezes, processos culturais e recreativos. A Organização das Nações Unidas (2008), através do documento denominado: *Recomendaciones Institucionales para Estadísticas de Turismo* trouxe o entendimento de que:

*El turismo es un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual, normalmente por motivos de ocio. (NACIONES UNIDAS, 2008, p. 1)<sup>2</sup>*

Portanto, ao sair de suas localidades, as pessoas, o fazem por motivos diversos relacionados a negócios, férias, recreação, ócio, visitas a familiares e amigos. Há pessoas que viajam por questões de educação e formação, saúde e assistência médica, por motivo de religião e peregrinações. Também são considerados os motivos de compras pessoais e comerciais. Esta movimentação de pessoas produz efeitos econômicos nas comunidades emissoras e receptoras, impulsionando a criação de políticas públicas capazes de fomentar atividades de desenvolvimento nas comunidades, com investimentos na infraestrutura e na preservação ambiental, além de promover o desenvolvimento social. (NACIONES UNIDAS, 2008)

Sem que houvesse qualquer vislumbre do momento em que vivemos na atualidade com o surgimento da COVID-19, com a pandemia instalada e seus impactos nas economias do mundo inteiro, Rua (2006) afirmou que o turismo pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social porque agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social. A autora aponta ainda três motivos para acreditar na capacidade do turismo como impulsionador do desenvolvimento sustentável:

Em primeiro lugar, pela sua própria natureza, o turismo opera ruptura do isolamento, provocando o contato entre diferentes culturas e ocasionando interpretações de múltiplos e variados atores. Com isso, propicia o conhecimento e a valorização de determinados ambientes e comunidades, estimulando o respeito e o interesse pela sua preservação.

Em segundo lugar, o conhecimento oportunizado caracteriza-se como essencialmente prazeroso, de maneira que as interações se dão em um clima de reduzida tensão, favorecendo o entendimento entre os atores.

Terceiro, o turismo exhibe forte potencial de criação e ampliação de oportunidades de trabalho e geração de renda. O amplo leque de atividades aberto pelo turismo permite acolher trabalhadores com diferenciados padrões e patamares de desenvolvimento, o que contribui para a redução dos conflitos pelo ângulo da oferta. Essa tendência inclusiva é fortalecida pelo fato de que a cadeia produtiva do turismo é intensiva em mão-de-obra. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 17-18)

---

<sup>2</sup> O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico relacionado ao movimento de pessoas para locais fora do local habitacional de residência, geralmente para fins de lazer. (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 1, tradução do autor)

Atualmente as regiões onde o turismo é amplamente desenvolvido, se reconhece o momento de crise gerado pela pandemia principalmente em virtude da característica do deslocamento e da ruptura do isolamento que o turismo traz em sua essência, dois fatores decisivos para a contenção da evolução do vírus. No entanto, se acredita na capacidade de recuperação do setor de turismo a medida que o controle da circulação do vírus venha a ocorrer.

No ano de 2011 o MTUR, através do Projeto Novos Rumos, com o objetivo de promover destinos brasileiros de acessibilidade lançou o “Guia Muito Especial”. Ainda sem que houvesse qualquer vislumbre dos dias atuais, o documento apresenta a perspectiva de um mercado em ascensão do turismo para 2020, de aproximadamente 1,6 bilhão de pessoas viajando no mundo, segundo dados da OMT. Em 2011 essas perspectivas fizeram com que os empresários do setor refletissem a respeito da hospitalidade, infraestrutura e atendimento na recepção de turistas e visitantes, dos quais parte dessa população seriam clientes potenciais com deficiências ou, de alguma forma, com a mobilidade reduzida. Ao proporcionar tal levantamento, o guia possibilitou aos empresários envolvidos na pesquisa o comprometimento com o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. O aproveitamento dessas informações contribuiria para a geração de uma oferta de produtos e serviços que contemplasse recursos de acessibilidade o que representaria um diferencial competitivo no cenário previsto. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 11)

A oferta turística de uma localidade depende diretamente dos recursos naturais e de uma infraestrutura apropriada para satisfazer a demanda, no entanto outro fator se faz importante na composição dessa oferta turística, o patrimônio cultural. Assim, a preservação do patrimônio cultural é indispensável para as cidades onde se pretende desenvolver a atividade turística. Por esse motivo, antes de tratarmos da administração pública do turismo no Brasil se apresentará um estudo sobre as Cartas Patrimoniais e sua importância à preservação da História e Patrimônio Cultural.

## **2.1 A preservação da História e Patrimônio Cultural através das Cartas Patrimoniais**

As questões relacionadas ao patrimônio surgiram no século XIX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, cujos bombardeamentos destruíram inúmeros monumentos históricos do Velho Mundo. No entanto, somente a partir do início do século XX que posturas, legislações e atitudes tornaram-se mais abrangentes e concretas. Nesse período surgem instituições internacionais como: a ONU criada em 24 de outubro de 1945, São Francisco, Califórnia, EUA; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criada em 16

de novembro de 1945, Londres, Reino Unido; o Conselho Internacional de Museus (ICOM) criado em 1946; o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) cuja proposta de criação ocorreu durante a Conferência Geral da UNESCO em Nova Deli, 1956; e, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) fundado em 1965 na cidade de Varsóvia na Polônia. Essas, entre outras organizações, promoveram eventos e encontros entre as nações, cujas discussões resultaram nas chamadas Cartas Patrimoniais.

As primeiras duas cartas foram escritas em 1931 e 1933, ambas denominadas Cartas de Atenas exprimindo ideias importantes quanto à preservação do patrimônio e ao novo urbanismo. A primeira, contou com a organização do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações e trouxe para discussão questões das principais preocupações da época, que envolviam a legislação, as técnicas e os princípios de conservação dos bens históricos e artísticos. Nesse sentido, o documento mostra a necessidade tanto de organizações que trabalhem na atuação e consultas relacionadas à preservação e restauro dos patrimônios, como de legislação que ampare tais ações, garantindo o direito coletivo. (ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DAS NAÇÕES, 1931)

De acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN), na atualidade, existem 46 Cartas Patrimoniais (Quadro 6 e Quadro 7), destas serão destacadas algumas por apresentarem definições e conceitos necessários a discussão que se segue ou por se tratarem de Cartas Patrimoniais escritas no Brasil. Em geral, as cartas visam uniformizar as práticas para a conservação dos bens culturais. Em 1970, o Brasil vivia um momento importante, e, influenciado pelos documentos internacionais relacionados ao patrimônio, foi promovido o 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, do qual resultou a Carta Patrimonial denominada Compromisso Brasília.

O documento foi baseado na necessidade de cuidados com o patrimônio cultural brasileiro, e recomenda a criação de órgãos estaduais ou municipais (onde não houvesse), todos ligados aos Conselhos Estaduais de Cultura e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em suporte ao plano de proteção da natureza registrou-se a importância da criação de legislação e criação de serviços estaduais articulados com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Foi recomendada a criação de um programa para que o sistema de educação formasse técnicos qualificados para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao patrimônio. Junto a este Compromisso, foi anexada uma carta assinada por Lucio Costa, arquiteto e idealizador do projeto de Brasília, na qual ele relata a problemática encontrada na recuperação e

na restauração de monumentos pela dependência de técnicos qualificados, inventário histórico-artístico, estudo de documentos, tombamento, eleição do que mereça restauração, aplicação de recursos financeiros, etc. Foi relatada também a questão da ação do DPHAN, em restauro de alguns monumentos e na ausência de preservação de outros. (1º ENCONTRO DOS GOVERNADORES DE ESTADO, SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA ÁREA CULTURAL, PREFEITOS DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS, PRESIDENTES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS, 1970)

Em 16 de novembro de 1972, durante a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a UNESCO declarou através da Carta Patrimonial Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) as definições para: monumentos, conjuntos e locais de interesse.

Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da História, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da História, da arte ou da ciência,

Os locais de interesse: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2)

Assim, patrimônio cultural é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, enquanto indivíduo ou sociedade e sua interação com a natureza. A relação das pessoas em sociedade para com o patrimônio cultural desenvolve sentimentos de pertencimento capazes de enaltecer a história, a cultura, as artes, as crenças e as lendas do lugar.

Entre as inúmeras Cartas Patrimoniais, cabe ainda destacar a Carta de Turismo Cultural, criada em 1876 pelo ICOMOS. Essa instituição tem como objetivo promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, realce e apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade.

A Carta de Turismo Cultural traz o conceito de que o turismo “é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade.” (ICOMOS, 1976, p. 1)

Entre outros conceitos, a Carta de Turismo Cultural define, o turismo cultural como sendo uma forma de turismo que objetiva o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos, o que se expressa extremamente positivo, como fato social, humano, econômico e cultural. Assim, o turismo cultural justifica e incentiva os esforços para manutenção e preservação do patrimônio histórico e artístico.

O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (ICOMOS, 1976, p. 2)

No ano de 1987, foi elaborada a Carta de Petrópolis durante o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. A Carta de Petrópolis traz o conceito de sítio histórico urbano como sendo “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.” (1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, 1987, p.1)

Na preservação do sítio histórico urbano é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Para isso, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que asseguram uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis. A preservação do sítio histórico urbano, segundo a Carta de Petrópolis, far-se-á através de diferentes tipos de instrumentos, a saber: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação. (1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, 1987)

No dia 6 de outubro do ano de 1989, o Comitê Brasileiro do ICOMOS reuniu em Cabo Frio, conhecedores da arqueologia, arquitetura, botânica, navegação, história, engenharia e outros saberes, originários de todas as partes do Brasil e de outras terras da América, para, juntando-se as comemorações dos 500 anos da vinda do Colombo a América e homenageando também o navegador Américo Vespúcio. A carta declara ainda que é necessário rever a História americana, levando-se em conta que a ocupação do continente precede em muito a fixação do europeu. Nesse sentido, é fundamental a preservação de todo tipo de testemunhos, como os sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais. (VESPUCIANA – ENCONTRO DE CIVILIZAÇÃO NAS AMÉRICAS, 1989)

A Declaração São Paulo, elaborada em 1989, teve como tema a comemoração do 25º aniversário da Carta de Veneza e uma análise sobre este documento de 1964. A carta declara ser necessário considerar o avanço da ciência e sua contribuição para o restauro, a preservação do patrimônio natural e sua importância para preservação da biodiversidade, a utilização de sistemas

de tecnologia avançada para trabalhos de restauro, o desenvolvimento dos meios de comunicação e sua contribuição para os campos profissional e acadêmico, etc. Por fim, o documento ressalta a importância da permanência da Carta de Veneza como modelo e fonte de consulta. (ICOMOS, 1989)

Em outubro de 2003, a Recomendação Paris escrita através da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Conferência Geral da UNESCO, referindo-se aos instrumentos existentes em matéria de direitos humanos, em particular à DUDH de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, ao Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, de 1966, entre outros. Tal documento trata-se de uma convenção para a preservação do patrimônio cultural imaterial, visando o respeito aos bens das comunidades, a conscientização e reconhecimento nacionais e internacionais, trazendo o conceito de patrimônio cultural imaterial.

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua História, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 2-3)

A Carta do Rio foi elaborada na Conferência Geral das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro nos dias 13 e 14 de junho de 1992. Ela reafirma a Declaração aprovada em Estocolmo, de 1972, e apresenta 28 princípios a fim de estabelecer nova aliança e novos níveis de cooperação para alcançar os acordos internacionais que visam à integridade do sistema ambiental e do desenvolvimento mundial. (CONFERÊNCIA GERAL DA ONU SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 1992)

A Carta de Brasília escrita em 1995, escrita durante a reunião dos representantes da Região Cone Sul – bloco formado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – onde foram discutidas questões diante da situação regional de uma cultura “sincretista” e de resistência, no qual relaciona a autenticidade e a identidade; autenticidade e a mensagem; autenticidade e o contexto; a autenticidade e a materialidade. Outros pontos são levantados como a graduação e a conservação da autenticidade. (DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL SOBRE AUTENTICIDADE, 1995)

<b>Cartas Patrimoniais (Parte I)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Organizador/Evento</b>
1931	Carta de Atenas	Atenas, Grécia	Escritório Internacional dos Museus das Nações.
1931	Carta de Atenas	Atenas, Grécia	Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).
1956	Recomendação de Nova Delhi	Nova Delhi, Índia	Conferência Geral da UNESCO, 9ª Sessão.
1962	Recomendação de Paris	Paris, França	Escritório Internacional dos Museus e Sociedade das Nações.
1964	Carta de Veneza	Veneza, Itália	II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e ICOMOS.
1964	Recomendação Paris	Paris, França	Conferência Geral da UNESCO, 13ª sessão.
1967	Normas de Quito	Quito, Equador	Reunião sobre a utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico e Organização dos Estados Americanos (OEA)
1968	Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas	Paris, França	15ª sessão da Conferência Geral da ONU.
1970	Compromisso de Brasília	Brasília, Brasil	1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.
1971	Anais do II Encontro de Governadores	Salvador, Brasil	Departamento de Assuntos Culturais e Ministério da Educação e Cultura.
1971	Compromisso de Salvador	Salvador, Brasil	II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil.
1972	Carta do Restauro	Roma, Itália	Ministério de Instrução Pública
1972	Declaração de Estocolmo	Estocolmo, Suécia	Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)
1972	Recomendação Paris	Paris, França	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e Conferência Geral da UNESCO, 17ª sessão.
1974	Resolução de São Domingos	Santo Domingo, República Dominicana	Seminário Internacional sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano (República Dominicana) e OEA.
1975	Declaração de Amsterdã	Amsterdã, Holanda	Conselho do Patrimônio Arquitetônico Europeu e Conselho da Europa, Ano Arquitetônico Europeu.
1975	Manifesto Amsterdã	Amsterdã, Holanda	Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico Ano do Patrimônio Europeu.
1976	Carta do Turismo Cultural	Bruxelas, Bélgica	ICOMOS.
1976	Recomendações de Niterói	Niterói, Brasil	UNESCO.
1977	Carta de Machu Picchu	Machu Picchu, Peru	Encontro Internacional de Arquitetos.
1981	Carta de Florença	Florença, Itália	ICOMOS, Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos e Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA).
1982	Declaração de Nairóbi	Nairóbi, Quênia	Assembleia Mundial dos Estados e UNEP.
1982	Declaração Tlaxcala	Tlaxcala, México	3º Colóquio Internacional sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações” e ICOMOS.
1985	Declaração do México	Cidade do México	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais e ICOMOS.
1986	Carta de Washington	Washington, EUA	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas e COMOS.
1987	Carta de Petrópolis	Petrópolis, Brasil	1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos.

Quadro 6: Cartas Patrimoniais (Parte I)

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

<b>Cartas Patrimoniais (Parte II)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Organizador/Evento</b>
1987	Carta de Washington	Washington, EUA	ICOMOS.
1989	Carta de Cabo Frio	Cabo Frio, Brasil	Vespuciana – Encontro de Civilização nas Américas – Conclusões e Recomendações do Seminário.
1989	Carta de São Paulo	São Paulo, Brasil	Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza e ICOMOS.
1989	Recomendação Paris	Paris, França	Conferência Geral da UNESCO, 25ª Reunião.
1990	Carta de Lousanne	Lousanne, Suíça	ICOMOS e <i>International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management (ICAHM)</i> .
1992	Carta do Rio	Rio de Janeiro, Brasil	Conferência Geral da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
1994	Conferência de Nara	Nara, Japão	Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial, UNESCO, ICCROM e ICOMOS.
1995	Carta Brasília	Brasília, Brasil	Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade
1995	Recomendação Europa	Estrasburgo, França	Conselho da Europa – Comitê de Ministros.
1996	Declaração de Sofia	Sofia, Bulgária	XI Assembleia do ICOMOS.
1996	Declaração São Paulo II	São Paulo, Brasil	XI Assembleia Geral do ICOMOS.
1997	Carta de Fortaleza	Fortaleza, Brasil	Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, IPHAN.
1997	Carta de Mar Del Prata	Mar Del Prata, Argentina	Documento do Mercosul.
1999	Carta de Índias	Cartagena, Colômbia	Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Andina.
2003	Recomendação Paris	Paris, França	Convenção para Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e Conferência geral da UNESCO.
2009	Carta de Nova Olinda	Nova Olinda, Brasil	I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio.
2010	I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural	Brasília, Brasil	I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural
2010	Carta Brasília	Brasília, Brasil	1º Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial
2010	Carta dos Jardins Históricos Brasileiros – Carta de Juiz de Fora	Juiz de Fora, Brasil	1º Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, IPHAN, Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO) e Fundação Casa de Rui Barbosa.
2013	Carta de Burra	Burra, Austrália	ICOMOS.

Quadro 7: Cartas Patrimoniais (Parte II)  
Fonte: elaborado pelo autor (2020)

As Cartas Patrimoniais constituem documentos internacionais que contribuem com recomendações, códigos de posturas internacionais, orientações para profissionais, além de divulgar conceitos relacionados ao patrimônio e ao bem cultural. No entanto deve ser considerado o período histórico e as circunstâncias que levaram a sua redação.

As cartas não devem ser usadas para justificar ações, elas devem orientar a reflexão teórica e crítica que propicie o debate dos aspectos teórico-metodológicos e técnico-operacionais da restauração, a fim de que os projetos de preservação sejam munidos de seu princípio imutável, que é a salvaguarda do monumento histórico. Essas cartas tem aceitação das nações que assinam seus protocolos afirmando ou manifestando interesse e compromisso de executarem ações para preservação do patrimônio cultural. Em nível nacional, a CF de 1988 no seu capítulo III – Da



Educação, da Cultura e do Desporto, sob o título Da Ordem Social, no artigo 216 evidencia o conceito de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

De acordo com o IPHAN (2014), os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Assim, o Patrimônio Cultural imaterial contribui com os atrativos turísticos formados por elementos do patrimônio cultural material representando a história do lugar utilizando artefatos históricos ou elementos construídos ou reconstruídos, capazes de marcar cada período, promovendo a identificação do ser humano com a história e o patrimônio cultural presentes no lugar.

A soma dos elementos que fragmentam a história, quando reunidas na atualidade, promove uma diversidade cultural capaz de produzir identidades diferentes. Assim, o arranjo de identidades é constituído por fragmentos do patrimônio cultural material e imaterial advindos de sua origem e sua evolução histórica, marcadas em sua própria localização geográfica.

## **2.2 A administração pública do turismo no Brasil**

A administração pública demonstrava preocupação com o patrimônio histórico já na década de 1920, pois havia pessoas interessadas em valorizar o que era brasileiro, intelectuais modernistas como o arquiteto Mario de Andrade que, esteve à frente de discussões sobre esse assunto naquele período. Para Pinto e Maurer (2014) foi nesse mesmo período que Lúcio Costa realizou estudo para o governo em que levantou informações para decidir o que fazer com os chamados “Sete Povos das Missões”<sup>3</sup>, pois para ele os sítios arqueológicos dos antigos povos

---

<sup>3</sup> O estabelecimento, pelos padres da Companhia de Jesus, dos “Sete Povos das Missões” constitui o “Segundo ciclo Missionário” em território do atual Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Nogueira (2007, p. 38): São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz de Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

missioneiros eram considerados um patrimônio espanhol, e que nada tinha a ver com a cultura brasileira. (PINTO; MAURER, 2014, p. 143)

De acordo com Funari e Pinsky (2009, p. 20), os projetos de arquitetos como Lúcio Costa, participante do movimento neocolonial, “fez surgir na Bahia, em 1927 e logo depois em Pernambuco, em 1928, as Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais cuja atuação se limitou ao inventário de bens locais”. Mais tarde, a ideia de proteção do patrimônio se efetivou no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) através do Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, declarando Ouro Preto como “monumento nacional”, demonstrando conhecimento do potencial simbólico dos bens culturais. Assim, na Constituição Federal de 1934, é notória a proteção patrimonial. Nela, define-se a competência do Estado para sua proteção (BRASIL, 1934).

No dia 10 de novembro de 1937 fora implementado o Estado Novo, regime que duraria até 31 de janeiro de 1946. Nesse período o Congresso Nacional foi fechado, assim como as assembleias estaduais e câmaras municipais. O Poder Executivo passou a ter o controle efetivo sobre as demais instâncias de poder, com o pleno apoio das lideranças militares. Em 30 de novembro de 1937, apenas vinte dias da instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei n. 25, que teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade, criando do primeiro órgão federal dedicado à preservação do patrimônio denominado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (FUNARI e PINSKY, 2009)

Através do decreto é criado o instrumento utilizado para a preservação/conservação dos bens, o tombamento. O registro do bem é realizado em um dos quatro Livros do Tombo (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, das Belas-Artes e das Artes Aplicadas) em cujas páginas ficam registrados os itens considerados valiosos e sujeitos às leis de preservação do patrimônio. (Brasil, 1937)

Pinto e Maurer (2014, p. 143) afirmam que a partir da criação do SPHAN “o governo brasileiro começa dar uma maior atenção para a devida região” dos “Sete Povos das Missões” realizando “ações de conservação, valorização e estudos se voltaram inteiramente para os sítios arqueológicos”. Nos dias atuais o SPHAN tornou-se o instituto responsável pela preservação patrimonial da casa onde viveu Getúlio Vargas na cidade de São Borja, o IPHAN.

Os regimes ditatoriais, como vistos na América Latina, inclusive no Brasil, foram exercidos por pessoas com poderes utilizados de forma ilimitada e sem restrições. Esses regimes ditatoriais eram formas de governo das quais a burguesia lançava mão quando da impossibilidade de aplicação da democracia formal. Sendo assim, os regimes totalitários possuíam um absoluto repúdio à democracia formal e a consequente proposição ideológica de um novo modelo político. (SPINDEL, 1981)

Foi durante a ditadura autoritária brasileira que ocorreu a primeira interferência estatal no turismo brasileiro. O decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, tratou sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. Já em 1939, é criado o primeiro organismo oficial de turismo na administração federal, a Divisão de Turismo, setor integrante do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A Divisão de Turismo era um setor do DIP, órgão que tinha por objetivo divulgar a ideologia do Estado Novo junto à população em geral construindo a imagem de um Brasil desenvolvido. (GAMA, 2009)

O Estado Getulista necessita após a implantação da ditadura, dizer para que e por que dominou o aparelho de Estado e escolher quem serão seus interlocutores principais. Para isso, cria em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, como instrumento capaz de centralizar e direcionar a ideologia do “Estado Novo” junto à população em geral e aos trabalhadores em particular. (SANTOS FILHO, 2007, p. 2)

Assim, a criação da Divisão de Turismo teria que organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país. A partir do desenvolvimento dessas atividades, governo de Getúlio percebeu, portanto, que investir no turismo como atividade econômica poderia favorecer a propaganda do Brasil no exterior e mesmo para os próprios brasileiros, exaltando as belas paisagens do país e as características únicas do povo (mestiço) brasileiro. (GAMA, 2009)

Em 1966, durante a Ditadura Civil-Militar, através do Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro, foram criadas duas instituições que perduram até os dias de hoje contribuindo para o desenvolvimento do turismo no Brasil. São elas a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR). Neste decreto estavam estabelecidos os objetivos e atribuições, de maneira genérica, dos operadores do setor no País. A criação da EMBRATUR e do CNTUR, definiu a primeira estrutura institucional pública para o turismo. As duas instituições eram vinculadas ao então Ministério da Indústria e Comércio.

Em 1975 a Organização Mundial do Turismo (OMT) apontou que a atividade turística estava posicionada na estrutura administrativa pública. A partir de então, o setor de turismo pode assumir características distintas, de acordo com o nível de governo, podendo assim estar organizado em forma de: Ministério de Estado, Secretaria de Estado, Departamento, Diretoria e Escritório Público (caso dos Estados Unidos da América).

Cada Estado organiza seu conjunto de políticas públicas voltadas ao turismo de acordo com a importância e necessidade, assim podemos encontrar as políticas de turismo sendo desenvolvidas junto a outras atividades da economia. Beni (1998) afirma que em países da Europa podemos ver o turismo ligado ao:

[...] Ministério da Indústria e Comércio; Ministério da Indústria e Energia; Ministério da Economia; Ministério de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente; Ministério da Comunicação, Transporte e Turismo; Ministério da Aviação Civil e Turismo; Ministério da Comunicação Social; Ministério da Informação e Turismo, Secretaria de Bem-Estar Social; Secretaria de Cultura e Turismo; Departamento de Comércio ou setor independente, como ocorre em vários países do continente europeu. (BENI, 1998, p. 106)

Em 1995, ao avaliar o Sistema Institucional Público de Turismo em países membros, a OMT percebeu a crescente influência do setor privado nas atividades turísticas o que mostrou a existência de uma articulação pública por parte dos Estados e também um articulação privada por parte das empresas. Na atualidade há organismos que atuam no setor de turismo com o objetivo de organizar as ações tanto públicas quanto privadas fazendo com que ambos os setores possam obter ganhos, sejam eles: ambientais, culturais, sociais ou econômicos.

A política pública de turismo deve ser entendida como “o conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país” (BENI, 1998, p. 99). Para Beni, as políticas devem servir de mapa, apontando os “caminhos” para que se possa chegar aos objetivos pré-estabelecidos pelo planejamento estratégico.

A coordenação deve ser considerada função básica do órgão nacional; ela é alicerçada nos níveis nacional, regional, estadual e municipal, com vistas à execução das políticas e outras medidas destinadas a impulsionar o desenvolvimento do turismo em todo o território nacional. (BENI, 1998, p. 111)

O processo de planejamento estratégico, segundo Beni (1998, p.115) possui dois estágios essenciais, “o primeiro é a identificação e o acordo do propósito de políticas. O segundo é a definição de objetivos mais específicos e, a partir deles, a formulação dos programas de ação que deverão ser adotados para atingir os propósitos da política”.

Buriol (2005) destaca que o planejamento governamental não deve constituir uma atividade esporádica, que venha a ocorrer em determinado período de uma gestão. Para o autor

[...] o fato de ser uma atividade contínua e permanente é que define o planejamento governamental como processo. No nível municipal, essa atividade deve resultar em bens, serviços e mudanças sociais de caráter político, econômico e urbanístico, propostos pelo Governo em nome da comunidade e, sempre que possível, com sua participação. (BURIOL, 2005, p. 41)

O papel do Estado no controle do turismo tem função de regulamentar e harmonizar ações tanto do próprio estado como das empresas do setor privado. Para isso, desenvolve políticas, planos e ações capazes de influenciar no desenvolvimento do setor. As políticas na área do turismo promovem as orientações específicas para a gestão do turismo como um todo, servindo

como guia para o planejamento e gestão dos demais envolvidos na atividade. O Governo com suas políticas deve ter por ideal promover as estratégias de coordenação do setor de turismo, cabendo também ao governo manter os órgãos de controle e fiscalização, além de estabelecer os objetivos, definindo linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, assim como deve determinar os recursos necessários à sua consecução.

De acordo com Beni (1998, p. 113) e Bissoli (1999, p. 37), o surgimento do planejamento em turismo deu-se no final da década de 1940 na França, logo após a Espanha, em 1952, apenas um ano após a criação do Ministério de Informação e Turismo. No continente americano a primeira iniciativa de planejamento do turismo ocorreu no México em 1961 através do Departamento de Turismo. No mesmo ano, a Argentina também iniciou os preparativos para elaboração de um plano para a atividade de turismo. Bissoli (1999, p. 38), afirma que “no Brasil, o primeiro projeto na área de identificação do espaço turístico data de 1969; existiram outros planos ou projetos a partir de 1973, mas de amplitude regional e estadual”.

Na década de 1980, marcado pelo processo de abertura do regime político, alguns decretos e portarias foram editados visando a consolidar e ampliar o desenvolvimento do turismo. Destaca-se nesse período a Política Nacional de Meio Ambiente, fixada no artigo 25 da constituição, bem como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Cadastro de Defesa Ambiental. Em 1983, a EMBRATUR já definira o turismo social, por meio de deliberação normativa que, com a Política Nacional do Meio Ambiente, deveria lançar as bases efetivas para o cenário de sustentabilidade ambiental e social.

As mudanças verificadas nessa década, nas políticas de turismo, apresentam uma feição evolutiva ampliando-se o debate entre Governo, iniciativa privada, academia e sociedade. É desse período o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado com o objetivo principal de melhorar o produto turístico brasileiro, por meio da conscientização dos municípios e habitantes sobre os benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como a descentralização das atividades de planejamento. Os benefícios desse programa geraram a sensibilização, conscientização e interiorização do turismo, fomentando o empreendedorismo e o desenvolvimento local e regional integrado.

O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo trabalhou em programas voltados ao desenvolvimento do turismo para que se tornasse um produto competitivo no exterior, envolvendo os setores público e privado. Ao final de 1995, este ministério apresentou as “Diretrizes para uma Política Nacional de Turismo 1995-1999”. Pela primeira vez o setor passou a dispor de um roteiro de ações que representava o compromisso claro do governo federal, com a adoção de medidas há muito requeridas por aqueles que militavam no turismo. Nos quatro anos

de execução das diretrizes traçadas, a maior parte do que estava ali proposto foi realizado, o que resultou no alcance de todas as metas propostas.

Desta forma, surge o Ministério do Turismo (MTUR), primeiramente criado como pasta autônoma por meio da Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Na atualidade o MTUR, através destas instituições e entidades, planeja e coordena a implementação dos programas, planos e ações, além de, realizar a avaliação necessária para obtenção dos objetivos do turismo a nível nacional através do Sistema Nacional de Turismo.

A evolução do arranjo institucional, na década de 2000, promoveu as condições para a criação deste ministério como pasta independente voltada a atender os anseios deste setor da economia do País. O MTUR tem por objetivo atuar de forma estratégica para o desenvolvimento do turismo nacional através da construção e implementação de políticas públicas para o setor.

Com a elaboração do Plano Plurianual de Ação (PPA) 2001-2003, adotaram-se orientações estratégicas que balizaram o processo de revisão da gestão administrativa do Estado, de forma que os diferentes programas e projeto atendessem às opções estratégicas do Governo Federal. Entre elas: consolidar a estabilidade econômica, com crescimento sustentado, promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de emprego e oportunidades de renda, combater a pobreza, promover a inclusão social e consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

A partir do primeiro ciclo de execução da Política Nacional de Turismo, em 2002,

[...] o Brasil passou a dispor de uma indústria turística mais vigorosa, com uma maior participação dos municípios ofertando produtos e melhores preços, qualidade e diversidade, em condições de disputar o mercado internacional de forma competitiva. (TRIGO, 2005, p. 23)

Atualmente, o setor de turismo é desenvolvido por instituições públicas e empresas privadas que são beneficiadas pela organização, direcionamento e investimentos realizados pelo Estado. Estes investimentos colaboram para a infraestrutura e auxiliam a geração de produtos e serviços turísticos que visam a satisfazer a demanda. A organização do setor de turismo deve ser realizada pelo Estado, que se utiliza de sua infraestrutura, para agir através de suas instituições governamentais.

O Estado é composto por instituições públicas, agentes públicos, cultura organizacional e processos administrativos responsáveis por desempenhar um papel decisivo no setor de turismo. Através de políticas públicas, o Estado promove ações e favorecem o desenvolvimento econômico, introduz novos hábitos, impulsiona a economia através da implantação de

infraestrutura turística e da própria atividade, assim como tem a capacidade de gerar impactos ambientais ao mesmo tempo em que pode preservar o meio ambiente utilizado como matéria prima de muitos investimentos turísticos.

O Turismo a nível nacional é desenvolvido pelo Estado juntamente com um conjunto de estruturas capazes de realizar o planejamento turístico, executar planos, ações e avaliar sua execução, assim como ajustar o próprio planejamento quando necessário. Também desenvolve um conjunto de práticas, métodos e regulamentos que organizam o setor permitindo que empresas públicas e privadas possam coexistir e explorar os recursos disponíveis para alcance de seus objetivos.

Para que seja possível compreender toda essa dinâmica, é necessário tratar o Turismo como um sistema, assim o Sistema Nacional de Turismo (SINATUR) é formado por um conjunto de instituições e entidades que visam a atingir os objetivos do turismo. Este sistema deve analisar e coordenar as ações que ocorrem no meio ambiente, organizando os elementos que o compõe, conferindo responsabilidades para cada segmento do turismo, seja para a produção de bens ou fornecimento de serviços.

Esse sistema deve ter capacidade de ser alimentado com informações (*inputs*) que, após processadas, dão ao sistema a capacidade de fornecer saídas (*outputs*) em forma de produtos e serviços. Também, é papel do Estado realizar avaliações e controles, promovendo retorno de informações qualificadas (*feedbacks*) capazes de melhorar todo o sistema.

O Estado é responsável pela organização de uma Política Nacional de Turismo e por elaborar um Plano Nacional de Turismo (PNT) cujas ações incluem a aplicação de recursos no planejamento, implementação e avaliação da atividade turística. As políticas públicas voltadas ao turismo devem conter estratégias capazes de preservar o ambiente, conservar o patrimônio natural e cultural, elaborar controles para a correta implantação de equipamentos e serviços em áreas de vocação turística, permitindo o desenvolvimento socioeconômico das diversas regiões e do país.

Os agentes estatais têm o dever de julgar como e quando optar em praticar ou autorizar a prática de governar favorecendo ou desfavorecendo grupos sejam eles, sociais, econômicos ou políticos. As escolhas e decisões do governo sempre trarão contentamentos e descontentamentos entre os grupos sociais, nas organizações da sociedade e mesmo nas instituições públicas, por esse motivo sua ação deve obedecer a princípios de responsabilidade ética, de obrigação e de prestação de contas.

Devido à dimensão da abrangência deste sistema, o governo tem a responsabilidade de intervir suprimindo as carências e criando as estruturas necessárias para que as empresas invistam e possam desenvolver a atividade do turismo. Em 2018, o MTUR publicou o PNT que tem por

interesse gerir os recursos disponíveis, proporcionando oportunidade de investimento por parte das empresas, além de promover vantagens sociais para a coletividade das regiões receptoras da demanda do turismo.

O PNT propõe modernizar e desburocratizar o setor; ampliar investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competitividade e inovação; investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo. (BRASIL, 2018, p. 16)

A Política de Turismo leva em consideração às características do país, o sistema econômico, as organizações estatais e privadas, as associações de classe nacionais e internacionais e as relações entre elas. A preservação do patrimônio cultural e a preservação do patrimônio natural são indispensáveis para a promoção do país como destino turístico. Neste sentido, “o combate à poluição, as defesas da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres, da vegetação, são tão indispensáveis quanto à conservação da memória histórica e cultural do país.” (BENI, 1998, p. 102)

De acordo com Souza (2006), as várias definições de políticas públicas guiam nosso alhar para o lócus onde os embates em torno dos interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. No entanto, “o governo está inserido na sociedade cabendo à política pública buscar sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia, levando em consideração as inter-relações entre estado, política, economia e sociedade”. (SOUZA, 2006, p. 25)

A Política Nacional de Turismo deve impulsionar o setor em seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Os aspectos culturais devem apresentar em seus programas a preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental e paisagístico natural do país. Os aspectos sociais devem incentivar a criatividade, as artes e as manifestações sociais, artesanais e folclóricas. Por fim, os aspectos econômicos devem apresentar programas e projetos capazes de ativar e dinamizar os empreendimentos que atuam no comércio, na hotelaria, na produção especializada e artesanal, nos transportes, nas agências de viagem e quaisquer outras iniciativas válidas do setor de turismo.

Assim, as políticas públicas são implementadas e reguladas pelo poder executivo por meio de decretos, portarias ou resoluções. No entanto, as políticas de turismo exigem um planejamento que contenha as entradas (*inputs*) essenciais como exemplo: o capital, as pessoas, os mercados e a aceitação do público.

Em resposta às políticas públicas algumas saídas (*outputs*) são esperadas como exemplo: lucratividade (necessária às empresas privadas frente aos investimentos realizados), produtos que



dão valor ao capital, investimentos na qualificação e aperfeiçoamentos da mão-de-obra. O Estado espera do setor de turismo o aquecimento da economia e, por consequência, o retorno de impostos que lhe permitirá realizar investimentos na infraestrutura de apoio à atividade e implementação de programas de turismo com abrangência às classes menos favorecidas, geração de emprego e renda, ações de *marketing*, preservação do patrimônio ambiental e valorização dos aspectos culturais. (BENI, 1998, p. 102)

Os *inputs* e *outputs* e as políticas públicas fazem com que o SINATUR seja qualificado, elevando o nível das condições de trabalho, para atender às exigências de mercado e à obtenção dos interesses públicos, sejam eles sociais, ambientais ou econômicos. Estas políticas impactam empresas públicas e privadas do setor de turismo, assim como movimentam a economia dos Estados e municípios.

Outro papel de destaque da atuação do governo diz respeito à avaliação de políticas públicas. Por isso, além de encontrar soluções para os problemas sociais, é necessário verificar se o que foi planejado está sendo capaz de solucionar os problemas ou reduzir seus impactos negativos. Assim, o governo terá a possibilidade de corrigir as falhas desde o planejamento até a implantação das políticas públicas, possibilitando, a partir da avaliação, atingir os objetivos e metas propostas.

O governo tem, portanto, a necessidade de estar em contato com a sociedade buscando captar e atender às suas reivindicações, promovendo às respostas as suas necessidades, através da elaboração de políticas públicas. Para isso, deve avaliá-las verificando se estão atingindo as metas e objetivos gerais e específicos de cada política pública, ação que pode fazer jus aos investimentos realizados.

O PNT reafirma que o Sistema Nacional de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo. De acordo com o Quadro 8: Instituições do Sistema Nacional de Turismo, podemos identificar que o SINATUR é formado por instituições atuantes a nível federal e estadual onde o MTUR apresenta-se como o órgão central que coordena as atividades da EMBRATUR, CNTUR e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

<b>Instituições do Sistema Nacional de Turismo</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Funções e atividades</b>
EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo)	- criada em 18 de novembro de 1966 como Empresa Brasileira de Turismo, tinha o objetivo de fomentar a atividade turística, geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país; - atualmente desenvolve marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.
Conselho Nacional de Turismo (CNTUR)	- é um colegiado de assessoramento ao MTUR na formulação e na aplicação da Política Nacional de Turismo, dos planos, programas, projetos e atividades dela derivados; - é composto por representantes do Governo Federal e entidades dos diversos segmentos relacionados à atividade turística.
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR)	- é um órgão colegiado formado pelos Secretários de Estado de Turismo ou Presidentes de Órgão Estaduais de Turismo que se reúnem para deliberar sobre os temas relevantes do turismo nacional, incorporando as demandas estaduais, regionais e nacionais, expressando o pensamento e a ação do executivo estadual na gestão do turismo, constituindo-se um bloco de expressão técnica e política; - atua, junto com o CNTUR, como órgão de assessoramento ao MTUR, na elaboração e implantação do PNT e na discussão dos principais programas e projetos do turismo brasileiro, formando o Núcleo Estratégico do Turismo, coordenado pelo MTUR; - contribui para o desenvolvimento do setor como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social através de políticas que beneficiam a população das regiões receptoras de participar de eventos e desfrutar dos atrativos turísticos junto aos turistas.

Quadro 8: Sistema Nacional de Turismo  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

O Quadro 9: Secretarias do MTUR tem por objetivo apresentar as secretarias que fazem parte do MTUR. Essas secretarias possuem a responsabilidade de executar o PNT atendendo às demandas do setor e colocando em prática os programas, planos e ações responsáveis pelo desenvolvimento do turismo a nível nacional.

<b>Secretarias do MTUR</b>	
<b>Secretarias</b>	<b>Funções e atividades</b>
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo	- formulação, elaboração e monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo CNTUR; - monitora e avalia a execução das políticas; - implementa o modelo de gestão alinhando as ações do MTUR, CNTUR, FORNATUR e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	- subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional; - estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.
Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo	- é uma autarquia especial do MTUR responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional; - trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais.
Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo	- possui foco na infraestrutura turística e no planejamento, ordenamento, estruturação e gestão das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo	- é voltada para a formalização e qualificação no turismo e para o marketing e apoio à comercialização dos destinos turísticos em âmbito nacional.

Quadro 9: Secretarias do MTUR  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Poderão ainda integrar o sistema, os fóruns e conselhos estaduais de turismo, os órgãos estaduais de turismo e as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais. É imperativo promover uma melhor integração institucional entre as entidades que compõem o SINATUR, de forma a permitir a atuação sinérgica entre elas e motivar a participação e a representatividade dos agentes produtivos nas diferentes instâncias de governança que integram a gestão descentralizada.

É papel do órgão central do sistema criar canais que facilitem a comunicação e as conexões entre todos os seus componentes, propiciando que cada um, em sua esfera de competência, some esforços para o atingimento das metas do PNT e para efetivação da Política Nacional de Turismo, instituída pela Lei n. 11.771/2008. A partir do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), os municípios passaram a ter responsabilidades pelo desenvolvimento do turismo a nível local, o que provocou a necessidade aos Estados de organizar instituições e empresas capazes de dar suporte aos municípios, no desenvolvimento do Turismo.

De acordo com Trigo (2005), a partir de 2003, o Governo Federal realizou uma série de mudanças em sua estrutura administrativa para melhorar a comunicação com os órgãos estaduais auxiliando-os a elaborar e executar ações para o desenvolvimento do turismo no país. Assim, a existência de órgãos estaduais para o desenvolvimento do turismo se faz indispensável para que haja interação entre a esfera Federal e Estadual fazendo com que os municípios tenham o apoio necessário para desenvolver o turismo a nível local e regional.

De acordo com a Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei do Turismo), principal marco legal do turismo no país, em seu Art. 5º, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo atual:

VI- promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica. (BRASIL, 2008)

De acordo com o PNT (2018), o SINATUR deve desenvolver atividades turísticas de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, de modo a promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão. O desenvolvimento do turismo sustentável exige a preservação dos recursos naturais existentes e a renovação dos recursos degradados com vistas a satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (BRASIL, 2018, p. 162)

Esta definição tem sido aceita desde sua concepção, devido a seus princípios de visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados. A sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável tornou-se um tema popular recorrente em debates partir de 1987, quando foi utilizado pela *World Commission Environment and Development* (WCED, 1987) das Nações Unidas em seu relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland*. A partir desse relatório, outros conceitos como o desenvolvimento sustentado passaram a ser igualmente discutidos por organizações multilaterais e por grandes empresas.

A sustentabilidade de uma atividade deve estar atenta a três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. Essas dimensões são conhecidas como *triple bottom line*. A dimensão ambiental estaria voltada à ciência ambiental, ecologia, diversidade do habitat e florestas, qualidade do ar e água e à proteção da saúde humana por meio da redução da poluição química, à sustentabilidade dos recursos renováveis e não renováveis.

A dimensão econômica inclui as atividades econômicas formais e informais, promotora de renda monetária e que modifique o padrão de vida individual das pessoas envolvidas. O retorno financeiro reflete a avaliação dos consumidores para os bens e serviços da empresa, assim como a eficiência com que os fatores de produção são utilizados, como capital, trabalho, recursos naturais e conhecimento. Por fim, a dimensão social consiste no relacionamento entre os indivíduos com suas habilidades, dedicação e experiências. (ALMEIDA, 2002).

Beni (1988), ao apresentar o modelo empírico do Sistema de Turismo (SISTUR) baseado na teoria de sistemas, observa o mercado em meio à oferta e demanda onde esta relação é vista de cima por uma superestrutura formada pela Ordenação Jurídico-Administrativa e por uma Infraestrutura Básica de acesso ou Básica urbana. Este modelo apresenta as relações ambientais envolvendo subsistemas ecológico, social, econômico e cultural.

Seguindo o mesmo entendimento, Bissoli (1999) afirma que os três princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável são:

- a) a sustentabilidade ecológica – compatível com a manutenção do processo ecológico essencial, a diversidade biológica e os recursos biológicos;
- b) a sustentabilidade sociocultural – aumento de controle das pessoas sobre suas próprias vidas; compatível com a cultura e os valores da comunidade – mantém e reforça a identidade comunitária.
- c) a sustentabilidade econômica – desenvolvimento economicamente eficiente e recursos geridos de tal maneira que possam manter gerações futuras. (BISSOLI, 1999, p. 37)

Beni (1988) e Bissoli (1999) afirmam que a oferta é formada por elementos naturais, paisagísticos, geográficos, climáticos, sociais, culturais, atividades econômicas sejam elas de alimentação, hospedagem, transportes, entretenimento e outros serviços não turísticos que por sua

existência, qualificam e agregam valor à oferta turística. A infraestrutura pode ser formada por vias fluviais, rodovias, ferrovias, captação, tratamento e distribuição de água, coleta, tratamento e despejo de esgoto, coleta e tratamento de lixo, produção e rede de distribuição de energia elétrica, redes de telefonia fixa e móvel, antenas de captação de rádio e televisão e serviços de correios, implantação, conservação e sinalização em vias urbana de circulação.

Segundo Ruschmann (1997, p. 19), “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria prima da atividade”. Assim, os recursos naturais existentes, também colaboram para a harmonização dos espaços públicos formando paisagens culturais. Santos (1996, p. 16), afirma que a “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”.

O elemento sócio cultural compreende a captação de recursos humanos qualificados para o atendimento do turista. Ignarra (2003) entende que para o desenvolvimento da atividade

[...] são necessários guias, recepcionistas, atendentes, camareiras, garçons, cozinheiros, *maitres*, operadores de equipamentos audiovisuais, organizadores de eventos, montadores de feiras, operadores de equipamentos de recepção, recreacionistas, motoristas etc. (IGNARRA, 2003, p. 72)

O turismo depende dos recursos naturais, da infraestrutura das cidades e uma infinidade de serviços especializados para atender aos turistas, proporcionando-lhes uma experiência positiva. O Turismo depende de um planejamento que compreenda os princípios socioculturais, ambientais e econômicos, para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

### **2.2.1 A administração pública do turismo em São Borja**

A Lei nº 5.203, de 29 de dezembro de 2016, Art. 4º afirma que o Poder Executivo Municipal constitui um sistema organizacional permanente, composto da Chefia de Governo, de Secretarias e Órgãos equiparados integrantes da Administração Direta, bem como de entidades da Administração Indireta, integrados segundo as áreas e setores de atividades relativas as metas e objetivos que devem atingir, e orientados para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade das ações públicas municipais. Os órgãos de Assessoramento e Chefia de Governo são formados pelo: Gabinete do Prefeito (GAP) e Consultoria Jurídica (CJ); enquanto que os órgãos de Administração e Planejamento são formados pelas secretarias: Secretaria Municipal de Administração (SAD), Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos (SMPOP); e, os órgãos de atividades fins são formados

pelas secretarias: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente (SMAMA), Secretaria Municipal de Educação (SMED), Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SMTCEL) e Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito (SMIESUST), conforme representado na Figura 2.

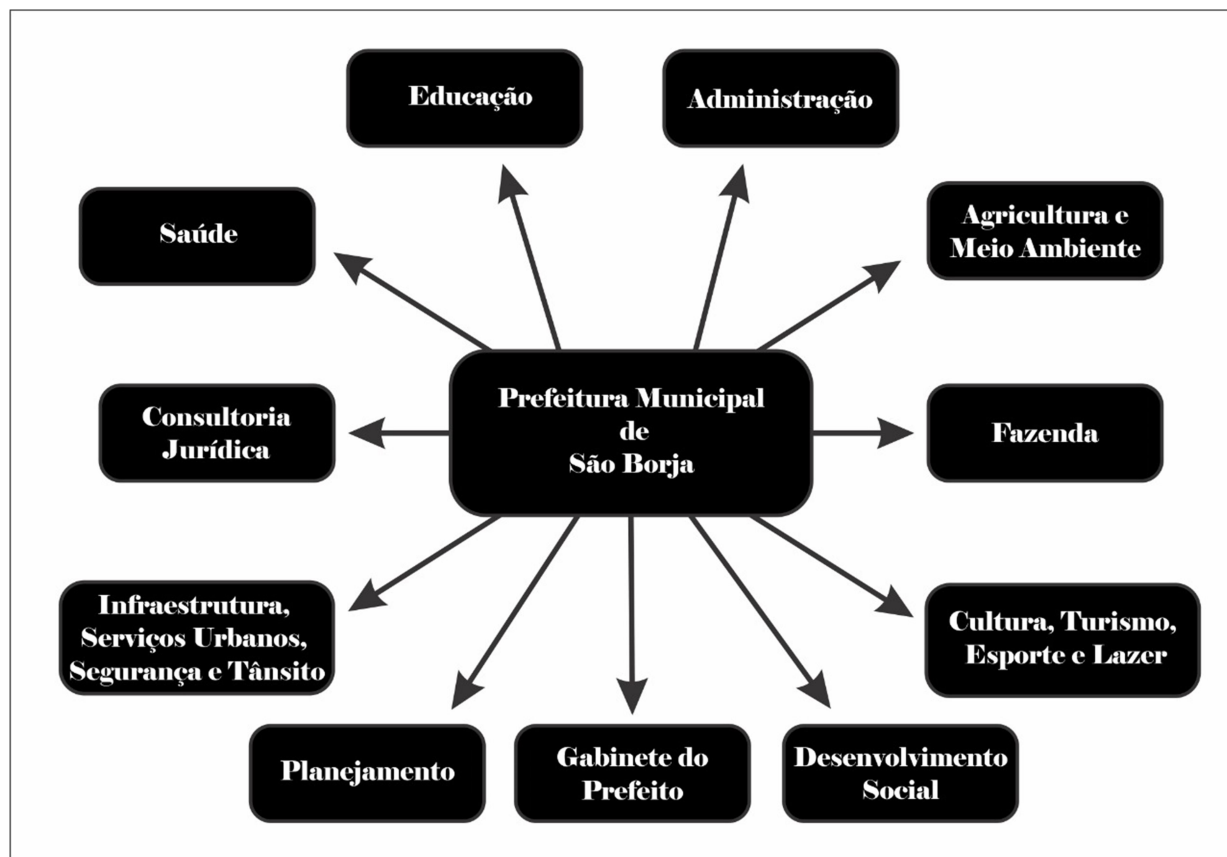


Figura 2: Secretarias Municipais do município de São Borja  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

De acordo com o Organograma Administrativo da Prefeitura Municipal de São Borja, a administração tem como órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo, a SMTCEL. De acordo com a Lei Municipal N. 5.202, de 29 de dezembro de 2016, a secretaria conta com cinco (5) unidades de serviços responsáveis por desenvolver ações relacionadas à Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 114. A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer é integrada pelas seguintes unidades de serviços:  
I – Gabinete do Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;  
II – Diretor do Departamento de Esporte;  
III – Direção de Turismo, Evento e Lazer;  
IV – Direção de Assuntos Culturais e Tradicionalismo;  
V – Assessoria da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (3). (SÃO BORJA, 2016)

De acordo com a Figura 3 podemos identificar os cargos funcionais da SMTCEL. Além desses cargos funcionais há outros ocupados por pessoas que desenvolvem suas atividades junto a setores que estão sob a responsabilidade da secretaria, a exemplo podemos destacar o Ginásio Municipal Cleto Dória Azambuja localizado na Praça Assis Brasil, no Bairro do Passo e os museus municipais.

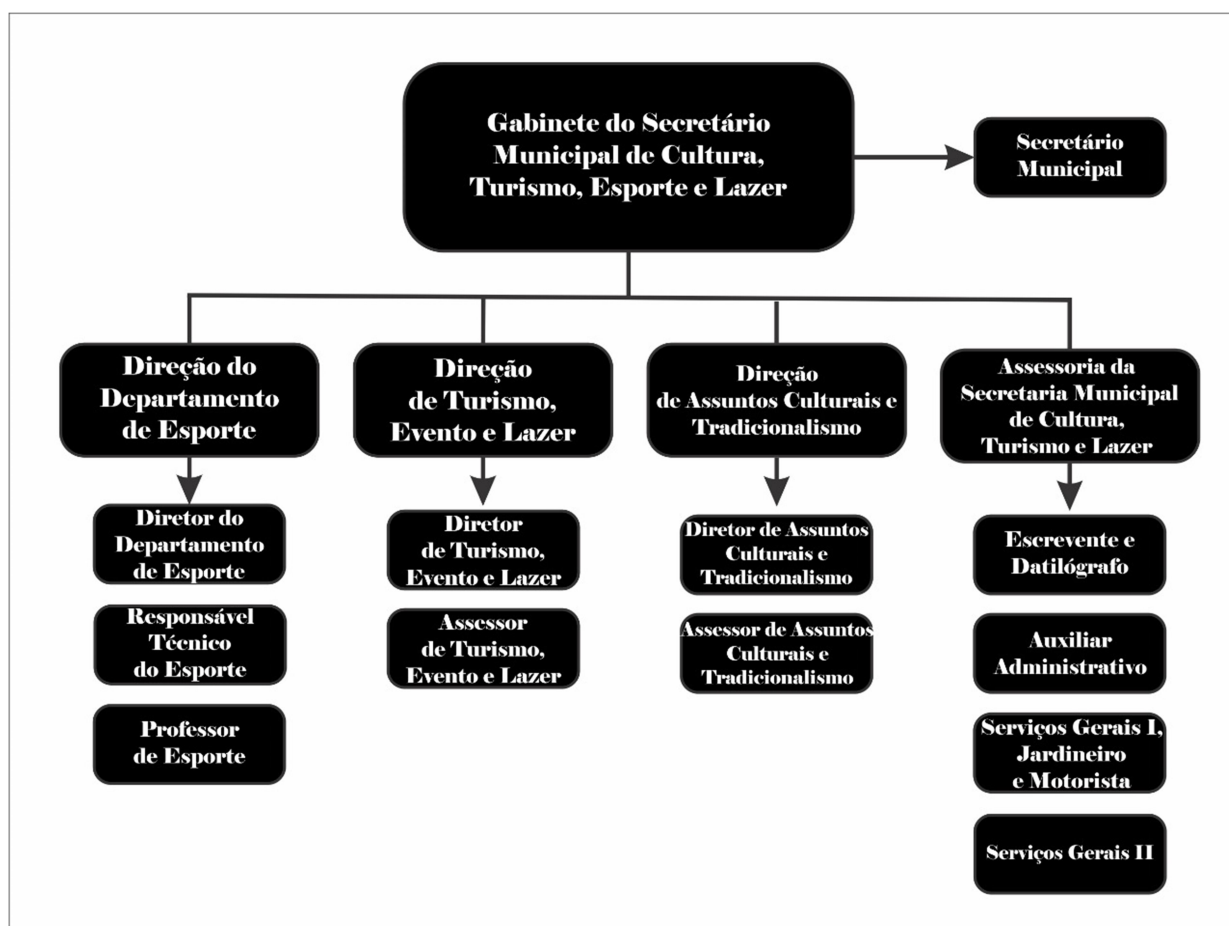


Figura 3: Organograma Funcional da SMTCEL.

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

As competências da SMTCEL de São Borja são: promover o desenvolvimento turístico e cultural, proteger o patrimônio turístico, artístico, cultural e histórico do município, elaborar e executar o calendário anual dos eventos e fomentar e incentivar as modalidades esportivas praticadas pela população. Para que as competências da secretaria possam ser praticadas, destaca-se a ação de seus servidores e pela ação conjunta de outras secretarias, empresas privadas e instituições não governamentais que colaboram para preservar a história, o patrimônio cultural material e imaterial no âmbito municipal e regional.

Conforme o Relatório Circunstanciado de 2018 a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer desenvolveu ações em três programas: Promoção do Esporte,

Desenvolvimento do Turismo e Promoção a Cultura. O Desenvolvimento do Esporte empenhou R\$ 251.014,55 nas ações para difundir o desporto e lazer à população em geral, oportunizando práticas esportivas diversificadas para jovens e adultos, como forma de melhoria da qualidade de vida, e a realização do campeonato amador em diversas categorias.

O Desenvolvimento do Turismo responsável pela manutenção dos espaços turísticos, divulgação do turismo local e das festividades da Semana Farroupilha, entre outros realizou empenhos no valor de R\$ 725.896,09. E por fim, a Promoção a Cultura realizou apoio a eventos populares e culturais tendo empenhado o montante de R\$ 90.777,96. Esses três programas totalizaram empenhos no valor de R\$ 1.067.688,60. (SÃO BORJA, 2018)

No ano de 2019 foram realizados processos licitatórios pela Secretaria Municipal de Planejamento no valor de R\$ 50.000,00 para recuperação e revitalização de pontos turísticos na cidade de São Borja, porém não houve interessados na realização da obra. De acordo com o Decreto n. 18.083, de 13 maio de 2019, o recurso tem origem na transferência do valor realizada pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN) que serão utilizados para recuperação e revitalização Fonte de São Pedro visando ações de paisagismo, melhorias no passeio público, iluminação, arborização e acomodações para os visitantes. (SÃO BORJA, 2019).

De acordo com o Orçamento destinado a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer no mês de janeiro de 2019 apontou o Crédito Adicional Suplementar de R\$ 222.758,00. Esse crédito se referente ao Contrato Ministério da Educação (ME) e Caixa Econômica Federal (ME) nº 875475/2018/ME/CAIXA apresentado no Decreto Municipal nº 17.966 de 22 de janeiro de 2019.

O objeto do contrato com a Caixa Econômica Federal é a contratação de empresa especializada do ramo de Engenharia Civil para execução de obra de reforma do Ginásio Cleto Dória De Azambuja localizado na Praça Assis Brasil no Bairro do Passo. A obra não foi realizada dentro do exercício de 2019, pois consta novamente o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 222.758,00, no Decreto Municipal nº 18.331 de 21 de janeiro de 2020. (SÃO BORJA, 2020)

Somente esses dois investimentos previstos a serem realizados em 2020 totalizam R\$ 272.758,00. Recursos destinados à requalificação da Fonte de São Pedro e para requalificação do Ginásio Cleto Dória Azambuja podem contribuir com a oferta turística preservando a História e Patrimônio Cultural e promovendo o esporte local e regional.



### 2.3 O planejamento e a hospitalidade no turismo

O desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental são fundamentais para a atividade turística, pois colaboram para a melhoria na hospitalidade do lugar. A hospitalidade é um fenômeno que demanda por diferentes saberes para sua compreensão, pois sua aplicação prática ocorre em virtude das pessoas, das instituições e dos espaços públicos. Uma cidade hospitaleira é capaz de expressar sua história através dos elementos que compõem o seu patrimônio cultural, ou seja, através de sua arquitetura, de seus monumentos, museus, praças e parques que, além de demonstrar a receptividade local através da comunicação e informação, mostrando o respeito e o desejo de doar, receber e retribuir, gerando um círculo virtuoso de reciprocidade entre as pessoas. (GRINOVER, 2007)

O autor afirma ainda que a hospitalidade é um dom do espaço de deve:

[...] ser lido, atravessado ou contemplado; de toda maneira, um espaço planejado. As cidades que oferecem informações procuram se identificar e ser identificadas: oferecer e receber informações é um mecanismo de hospitalidade. A hospitalidade da cidade passa, ainda pela organização dos espaços públicos. (GRINOVER, 2007, p. 82)

O espaço lido é aquele que comunica, transmite informações que são lidas, reconhecidas, entendidas. Para Grinover (2019, p. 299) “o espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo ao demandar uma apropriação social pelo cidadão, pelos residentes e visitantes”. O espaço público é constituído de identidade, é relacional e histórico contribui para a valorização das relações entre indivíduos e entre indivíduos e o ambiente. Assim, o lugar apresenta a história e a identidade cultural relacionada ao período em que foi descoberto, construído, aprimorado ou preservado.

Os espaços públicos devem ser planejados através da união dos setores públicos e privados que juntamente com a sociedade civil organizada, podem analisar o que deve ou não ser evidenciado no espaço urbano. Isto é, a partir do planejamento definem-se os investimentos a serem realizados para a promoção do próprio lugar e dos eventos relacionados à história e ao patrimônio cultural da cidade.

Dias (2008) considera que:

[...] o uso do espaço, o planejamento constitui uma técnica de uso imprescindível pelas administrações públicas municipais que apostam no desenvolvimento do turismo. Esse planejamento é necessário, porque o território é um elemento básico do desenvolvimento turístico, pois abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço físico destinado à instalação da infraestrutura e dos equipamentos que irão atender ao fluxo de visitantes. (DIAS, 2008, p. 37)

Assim, o planejamento deve ser adequado aos recursos disponíveis no ambiente, para potencializar o turismo, gerando oportunidades de crescimento social, cultural e econômico. Beni (2000) afirma que o ato de planejar é essencial para que o crescimento turístico possa ser aplicado e desenvolvido na cidade.

O planejamento de turismo subentende um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e demanda. Os fatores de demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Os atrativos são aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos e todas as atividades desenvolvidas em função deles. (BENI, 2000, p. 165)

Segundo Beni (1988, p.142), a demanda “é a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço em um dado tempo.” Para o autor, a oferta “é a quantidade de um bem ou serviço que chega ao mercado a um dado preço em um dado tempo.” Assim, para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 43), a oferta turística é definida como: “o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo”.

O desafio atual passa pela atuação dos poderes institucionais e a iniciativa dos atores sociais que permitem a aproximação entre os governantes e os cidadãos. O turismo necessita da integração de um conjunto de atividades, concebidas para atender fundamentalmente aos visitantes, que são capazes de movimentar a economia local. A oferta de produtos e serviços ocorre através de agências emissivas e receptoras de turismo, de empresas de transporte, de serviços de alimentação e hospedagem e de outros equipamentos turísticos.

De acordo com Beni (1990), os bens turísticos podem ser:

- a) materiais (monumentos, museus, galerias de arte, praias e outros) e imateriais (clima, paisagem e outros);
- b) imóveis (terrenos, casas, hotéis, museus, galerias e outros) e móveis (produtos artísticos, artesanatos e culturais);
- c) duráveis ou perecíveis (produtos gastronômicos e artesanais);
- d) de consumo (bens que satisfazem diretamente as necessidades dos turistas) e de capital (os que são utilizados para a produção de outros bens);
- e) básicos, complementares e interdependentes;
- f) naturais ou artificiais. (BENI, 1990, p. 23)

Para o autor, os serviços turísticos, destinados à satisfação das motivações, necessidades e preferências do turista, podem ser classificados como os seguintes:

- a) receptivos (atividades hoteleiras e extra hoteleiras);
- b) de alimentação;
- c) de transporte (da residência à destinação turística e no centro receptor);
- d) públicos (administração turística, postos de informações e outros);
- e) de recreação e entretenimento na área receptora. (BENI, 1990, p. 23)

Parte da oferta de serviços turísticos é realizada pelo setor privado que detém o capital a ser investido na atividade. Entre os serviços ofertados estão: hospedagem, alimentação, agências de viagens e de serviços de transporte, serviços de promotores de feiras, eventos, montadoras e serviços auxiliares de som, luzes e decorações.

Na cidade de São Borja a administração pública municipal é responsável por fomentar o turismo e o faz através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer que promove a realização de *shows* e eventos culturais, faz manutenção e melhorias nas praças, parques, museus, fontes missioneiras, monumentos, bibliotecas e espaços de recreação, da mesma forma que contribui na preservação dos recursos naturais. Esses elementos de responsabilidade da administração pública municipal somam-se aos produtos e serviços ofertados pela iniciativa privada compondo a oferta turística local.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul contribui com o turismo através de projetos e recursos destinados ao município. Em conjunto com a empresa Mercovia – concessionária da Ponte Internacional que liga São Borja no Brasil a Santo Tomé na Argentina – mantém o funcionamento do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) localizado no setor de Imigração Argentina/Brasil.

As cidades que prestam informações de forma espontânea permitem ao estrangeiro orientar-se imediatamente sem dificuldades. De acordo com Grinover (2006, p. 32) a esse fato “poderia ser chamado de hospitalidade “informada”, “oferecida” pelas autoridades políticas e administrativas e também, de certa forma, pelos habitantes, fontes de conhecimentos para os estrangeiros.”

O uso de recursos áudio visuais com uso de sinalização de trânsito, placas com informações turísticas, outdoor, rádio e TV contribuem para a informação do turista seja ele de outra nação ou se referindo à pessoa que não pertence aquele lugar. A oferta de produtos e serviços turísticos é influenciada pela hospitalidade promovida pelas pessoas e pela própria capacidade de comunicação do lugar.

Nesse sentido a hospitalidade permite ao visitante identificar rapidamente o produto ou serviço que deseja usufruir sem perder tempo, passeia descompromissado e pode se dedicar à contemplação sem risco de se perder. Para Grinover (2006, p. 32) afirma que a informação assemelha-se ao dom. “Oferecer e receber informação é um mecanismo de hospitalidade: a noção da dádiva torna-se sinônimo de “imagem da cidade”, de “identidade” e de qualidade urbana.”

Camargo (2004) entende que a definição de acolhimento com ênfase na relação se constitui para além do fato social, considera dimensões do cuidado e pressupõe o reconhecimento

do acolhido, este concebido como origem para a definição das ações da hospitalidade. Ainda nesse contexto, Grinover (2007) entende que a hospitalidade urbana deve ser uma característica fundamental da cidade ao se preparar para receber tanto sua população como seus visitantes.

Hospitalidades é uma qualidade social antes de ser uma qualidade individual é um fenômeno que implica uma organização, um ordenamento de lugares coletivos e, portanto, a observação das regras de uso desses lugares. A hospitalidade supõe a acolhida, é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal. (GRINOVER, 2007, p. 125)

Ao analisar a hospitalidade urbana nota-se a adaptação do espaço com a necessidade das pessoas, de forma organizada, estando apto a receber um número cada vez maior de turistas desejosos por conhecer o lugar, sua história, cultura, paisagem e identidade. Promover uma experiência agradável e superar as expectativas do visitante ofertando um espaço receptivo e agradável torna-se características desejáveis para o ambiente do turismo. Neste sentido, Camargo (2008) afirma que:

A hospitalidade urbana consiste de instâncias regidas pela dádiva e pelo negócio. O investimento estético – de qualquer natureza – em ruas, as praças, os monumentos e a sua infraestrutura de recepção e circulação, é uma manifestação regida pelo sistema da dádiva. A cidade se faz mais bonita e exibe sua beleza como dádiva aos que nela moram e aos que a visitam. Hospitalidade é um processo que envolve pessoas e espaços. A cidade se torna um espaço hospitaleiro para o ver-e-ser-visto das pessoas. Mas, desde que a hospedagem e alimentação de hotéis e restaurante impôs-se à das casas e ganhou foro de distinção maior, a hospitalidade comercial destaca-se como merecedora de uma análise à parte. (CAMARGO, 2008, p. 22)

A hospitalidade é o ritual básico do vínculo humano, aquele que a perpetua nessa alternância de papéis. A oferta do respeito, amizade, atenção e hospitalidade logo poderão ser retribuídas pelos mesmos tratamentos. O mesmo ocorre com a cidade ao oferecer espaços acolhedores, segurança, vias que comunicam e um ambiente agradável e em troca recebe visitantes que utilizam serviços turísticos contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental.

A rua como elemento dinâmico da cidade é um local de experimentação e prática do espaço urbano, a rua é o caminho pelo qual as pessoas se utilizam para obter os produtos e serviços oferecidos pela cidade. Daroda (2012) afirma que a rua “é um lugar de construção de valores sociais e pactos coletivos, a rua alimenta a urbanidade, fala dos usuários da cidade contemporânea ao mesmo tempo em que representa o tempo, a história e a cultura de uma cidade.” (DARODA, 2012, p. 23)

Assim como a rua, a praça também contribui para a relação existente entre o espaço público e as pessoas. A autora afirma que a praça é “local de relevante valor histórico, cultural e

de interação social, as praças são espaços fundamentais na configuração urbana e constituem um importante espaço público da história das cidades.” (DARODA, 2012, p. 23)

A praça mantém até os dias de hoje elementos ou traços que apresentam a história do lugar e oferecem lugar de descanso, descontração, natureza e alimentação. Esses elementos contribuem com a hospitalidade do lugar e apresentam parte da identidade cultural local.

A rua e a praça juntas contribuem para a urbanidade e paisagem da cidade, oferecem ambientes acolhedores às vezes sombreados ou ensolarados que contribuem com a hospitalidade da cidade. As praças podem oferecer locais de prática de esportes a exemplo do Parque General Vargas e suas quadras poliesportivas e pista de skate, ou de lazer e diversão nos momentos de descanso como exemplo a Praça Deputado Marcílio Goulart Loureiro utilizada por famílias à procura de local para entretenimento das crianças, para sentar e conversar. Porém, há outras formas de utilização desses espaços públicos, entre elas: contemplação, educacional, estética, estar e festa.

A cidade hospitaleira agrega vários atributos necessários ao bem receber dos indivíduos ou grupo de indivíduos, a igualdade de oportunidade e acesso deve ser ofertada de maneira igualitária mesmo que para tal sejam acrescidos recursos de acessibilidade. Os recursos de acessibilidade devem incluir acessos a instalações e serviços públicos, meios de transporte, cultura e informações corretas e ao alcance de todos.

De acordo com Santo e Perazzolo (2012, p. 4) a compreensão do fenômeno do acolhimento vem sendo ampliada a partir da contribuição de diferentes áreas do conhecimento, particularmente da Filosofia, Sociologia e Psicologia. Para os autores “o fenômeno constitui um dos pilares que sustentam a organização teórica, as práticas e os sistemas estratégicos de planejamento turístico, na esfera pública e privada.”

Tida como uma atividade milenar e motivada por diversas razões sejam elas sociais, religiosas ou econômicas, a hospitalidade é o ato de receber, alojar, alimentar e entreter pessoas fora de seu habitat natural. Embora seja frequentemente associada ao turismo, a ciência da hospitalidade abrange um leque maior de possibilidades, pois estuda tanto as necessidades do turista quanto as relações sociais que se estabelecem entre o ser que recebe (anfitrião) e o ser que é recebido (hóspede) em um determinado espaço. (CAMARGO, 2004)

De acordo com Barbosa (2011),

Competitividade de produtos turísticos é a capacidade de um determinado produto turístico proporcionar ao turista uma experiência positiva e, conseqüentemente, impulsionar a geração de negócios nas atividades econômicas relacionadas ao turismo em um ou mais segmentos turísticos. (BARBOSA, 2011, p. 29)

Cabe à administração pública proporcionar investimentos para que haja atrativos turísticos capazes de atender requisitos de qualidade que possam interferir na escolha das pessoas que demandam por serviços de turismo. Os recursos de acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo colaboram uma experiência positiva das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

No entanto, tem-se o desejo de demonstrar a importância da preservação da História e Patrimônio Cultural aliado a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida às quais tem o direito de acessar e obter o conhecimento sobre a História e Patrimônio Cultural assim com as demais pessoas.

Para esse fim, serão destacados ordenamentos jurídicos federais, estaduais e municipais cujo objetivo é reger as relações sociais das pessoas que vivem no espaço geográfico ao qual a lei se limita. Os ordenamentos federais têm incidência nacional e superioridade sobre as leis estaduais e municipais, da mesma forma que as leis estaduais têm superioridade sobre as leis municipais. No entanto, essa hierarquia permite aos legisladores municipais estabelecer a forma de aplicabilidade das leis estaduais e federais dentro do território municipal, quando permitido na lei de maior hierarquia.

À medida que haja interesse na preservação do patrimônio cultural e na promoção da acessibilidade nos espaços públicos de destinados ao turismo é necessário atentar para as características dos bens tombados pela legislação municipal, estadual e federal. A preservação da História e do Patrimônio Cultural contribui para o estabelecimento do fluxo de visitantes interessados na cultura local. De acordo com Ribeiro (2014):

As intervenções que buscam promover a acessibilidade e melhor mobilidade têm impacto positivo nos espaços urbanos e podem e devem resultar também, na qualificação desses espaços, na medida em que agregam elementos que valorizam a melhor circulação de pessoas, o uso de equipamentos urbanos e propiciam maior contato e fruição de patrimônio afetivo, histórico e cultural, além de democratizar os espaços públicos. (RIBEIRO, 2014, p. 21-22)

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2004, as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, de 25 de novembro de 2003. Assim, as intervenções que visem garantir a acessibilidade aos bens imóveis devem ser compatíveis com sua preservação e devem ter como referência a Lei nº 10.098 de 2000 e da ABNT NBR 9050.

O limite para adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultante. As

soluções para acessibilidade em sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos devem permitir o contato de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida com o maior número de experiências possível, através de, pelo menos, um itinerário adaptado. (IPHAN, 2003)

Antes de abordar sobre o espaço público e a identidade cultural de São Borja, cabe destacar, até aqui, o uso da expressão “pessoa portadora de deficiência”, atualmente não mais utilizada, pois as pessoas não “portam” sua deficiência. A deficiência é na verdade uma condição que faz parte de suas vidas. Sasaki (2005) afirma que já é consensual o emprego da expressão “pessoa com deficiência” em manifestações orais e escritas no mundo todo, sendo essa, inclusive, a denominação utilizada pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Assembleia Geral da ONU, aprovada em 06 de dezembro de 2006. (SASSAKI, 2006)

## **2.4 O espaço público e a identidade cultural de São Borja**

Antes de tratarmos do espaço público, é necessário compreender um pouco do espaço urbano que se distingue na área de terras de um município, pela concentração de elementos arquitetônicos, pela concentração do fluxo pessoas residentes e pelas novas formas de vida da cidade contemporânea. Assim, a forma de exploração e uso das terras é característica visível capaz de diferenciar o espaço urbano.

Para Grinover (2019) o Urbano é um conceito que:

[...] qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade, onde as atividades urbanas exploram os limites da cidade, como o agronegócio, as atividades turísticas, e muitas outras. (GRINOVER, 2019, p. 227)

O uso das terras define o centro da cidade como local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão da própria cidade; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORRÊA, 1995)

Esta fragmentação do espaço como visto na atualidade é condição da evolução história e do desenvolvimento do lugar. A concentração de capital, a atividade produtiva, as disputas sociais e o interesse da administração pública podem modificar o arranjo do espaço urbano.

Corrêa (1995) complementa que:

[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também aquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORRÊA, 1995, p. 8)

A cidade possui características bem definidas quanto a administração do que é público, quanto a demarcação das propriedades, quanto ao uso do espaço público e é nela que as pessoas vivem adquirem e expressam a cultura e sua identidade cultural. Grinover (2019) afirma que a cidade não é apenas um aglomerado de casas, um lugar de trabalho, uma possibilidade de proteção, enfim, um resultado de projetos urbanísticos e de soluções técnicas. A cidade expressa maneiras de viver, pensar, sentir e sonhar; representa a cultura de indivíduos ou de grupos, os possíveis conflitos entre os habitantes e a ordem e política adotadas por eles. (GRINOVER, 2019)

A administração pública tem influência sobre a organização do espaço público através de um conjunto de instrumentos que o Estado dispõe para este fim. Corrêa (1995) destaca os seguintes meios: direito de desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infraestrutura; organização de mecanismos de créditos à habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. (CORRÊA, 1995, p. 25)

O espaço público é um local de partilha, de igualdade. De acordo com Daroda (1012) o espaço público é:

[...] um elemento indissociável do espaço urbano. Em conjunto com a arquitetura e a natureza, as ruas, praças, parques, etc. Formam uma parte real da imagem da cidade. O Ambiente construído público no espaço urbano é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; é a parte da identidade e da imagem urbana. (DARODA, 2012, p. 17)

Assim, o espaço público, tem a capacidade de apresentar a história, a cultura, a economia e os valores locais através dos elementos existentes em cada lugar. A arquitetura, os artefatos, a natureza e a própria paisagem contribuem para representar esses elementos.

Pinto et al. (2014) afirmam que:

As representações culturais das paisagens estão intimamente interligadas nas transformações dos espaços humanizados e na edificação das identidades regionais, onde as relações de pertencimento dentro de um espaço social têm uma ligação indissociável com a questão de preservação, pois é preciso preservar para poder entender e compreender o patrimônio. Nesse sentido, podemos dizer que a cidade é como um livro; nela tem um texto, e para entendê-la é preciso saber ler e fazer as leituras corretas. (PINTO *et al.*, 2014, p. 22)



Os atrativos turísticos da cidade de São Borja apresentam temáticas que vêm ao encontro do arranjo de identidades presentes no lugar. Este arranjo é constituído por fragmentos do patrimônio cultural material e imaterial advindos de sua origem, evolução histórica e da própria localização geográfica do município.

Como explicado por Hall (2014) a identidade é o centro essencial do “eu” de uma pessoa ou localidade, sendo muitas vezes apresentadas como contraditórias ou não resolvidas. Essa multiplicidade de identidades revela que há uma profusão de construções acerca de símbolos e referências por parte das pessoas.

[...] a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identidade não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade para uma política de diferença. (HALL, 2014, p. 16)

Enquanto Hall (2014) afirma que pode haver uma mudança da identidade de um lugar parte de um processo de troca ou sucessão, Yázigi (2001) afirma que o lugar pode apresentar mais de uma identidade cultural. O autor se refere a um arranjo de diferentes traços de identidade componentes para a formação de uma personalidade.

[...] a personalidade, ou o conjunto de identidades do lugar, na vida cotidiana, tem sido entendida como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda a cultura material; costumes e vários outros itens que se repetem em todas as partes, como bem nos dão conta a sociologia, a antropologia e a etnologia. (YÁZIGI, 2001, p. 30)

Ao concordar com ambos os autores, seja pela sucessão de uma identidade ou no arranjo de identidades presentes na localidade, o lugar turístico se apresenta como o espaço e o momento único de uma experiência real e direta. Esse lugar apresenta formas, cores, texturas, sons, luz e contrastes diferentes em momentos diferentes, podendo caracterizar o valor dado à cultura étnica, religiosa, laboral, a valores e costumes praticados e aceitos pela totalidade das pessoas residentes ou apenas por uma parte delas, formando nichos culturais.

As cidades são produtoras de ideias e de conhecimentos, a história produz memórias ao tempo que as memórias reconstróem o passado. A Região Histórica das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul se formou através de um processo de miscigenação étnico e cultural, que proporcionou o desenvolvimento de uma identidade cultural regional. Pinto (2011) observa que:

[...] os resquícios do período reducional juntamente com os elementos culturais europeus são fatores que contribuíram para a construção de uma identidade regional, que é representada através de elementos materializados e simbolizados no Patrimônio Histórico e Cultural. (PINTO, 2011, p. 92)

Pode-se observar que a construção da identidade cultural da cidade de São Borja deu-se a partir de etnias autóctones, cuja influência dos padres jesuítas, durante a colonização espanhola,

formou uma nova cultura a partir da organização social nas reduções jesuíticas. Logo após a Guerra Guaranítica (1754-1756), a cultura trazida pelos portugueses dominou o espaço, através da superioridade militar e da organização política. A seguir, outras etnias chegaram à Região das Missões, para também deixar suas marcas na história através de seus símbolos e valores culturais, permitindo a construção da identidade percebida na atualidade.

A identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2014, p. 11)

O ser humano adquire uma identidade cultural no momento em que é envolvido por um conjunto de valores e significados que passa a desejar para si próprio, aceitando e tornando-se parte da cultura local. A localidade anseia por uma identidade que molde sua existência e guie o resgate de sua história, podendo explicar seu relacionamento com o meio onde está inserida na atualidade. Hall (2014) afirma que a identidade é

[...] definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2014, p. 12).

Nesta perspectiva de construção da identidade do “eu”, recorre-se aos períodos distintos da história do lugar e à identificação dos elementos e símbolos que representem cada período. De acordo com Pinto (2010),

A identidade pode ser conceituada como a fonte de significado e experiência de um povo, marcada pela diferença e por símbolos em geral materializados. Essa materialização da identidade acaba gerando produtos do sentir, do pensar e do agir humanos, ou seja, potencializa bens do patrimônio histórico-cultural (material e imaterial). (PINTO, 2010, p. 8)

A partir deste conceito, entende-se que a identidade do lugar se forma da união de elementos do patrimônio material e imaterial, contidos nas histórias transmitidas de geração em geração, nas lendas e no folclore do local; na História contida nos livros, na arquitetura, nas obras de arte, na maneira de relacionamento das pessoas com seus semelhantes, com a natureza e com as culturas e criações. Mesmo que o processo de globalização acrescente características na linguagem e nos sinais, nas técnicas de cultivo e de produção, na arquitetura, nas máquinas e equipamentos, e nos materiais e tendências, cada lugar tem suas peculiaridades: clima, relevo, história, cultura e crenças. Essas diferenças é que se tornam um motivo, para as pessoas que buscam novas experiências e conhecimentos através do turismo.

Para Yázigi (2001, p. 189), “a percepção do lugar pode ser científica ou cultural, mas sua configuração física se dá, sobretudo por meio da arquitetura e do urbanismo, neles incluindo o sentido paisagístico.” Diferente de outras cidades construídas pelos jesuítas, São Borja preservou poucas, porém, importantes construções daquele período como exemplam as fontes de São Pedro e de São João Batista que, além de compor o patrimônio cultural material, oferecem “campo fértil” para o patrimônio cultural imaterial ou intangível, aliadas às celebrações profanas que atraem muitas pessoas a esses locais.

Apesar das perdas para o patrimônio histórico e cultural da cidade, há reconhecimento de sua importância no cenário local, regional e nacional. Considerando o dever do Estado de promover e proteger o patrimônio histórico e cultural, garantindo à memória dos diversos núcleos formadores da sociedade rio-grandense e difundindo o conhecimento de seus valores expressivos; considerando que São Borja, ao longo de seus trezentos e trinta e oito anos de existência, tem sido palco de importantes episódios da formação territorial, social e política da nacionalidade; considerando que, entre os dias 1º e 10 de outubro de cada ano, a cidade comemora a data de seu Padroeiro, São Francisco de Borja, fatos que levaram a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, declarar São Borja “Cidade Histórica”. (Decreto nº 35.580 de 11 de outubro de 1984)

A “Cidade Histórica” inicia com a fundação de São Francisco de Borja, pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus sob o domínio espanhol da região, passando pelo domínio português, pelo período do desenvolvimento das estâncias, do período republicano representado pelos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart até os dias atuais. De acordo com Pinto e Maurer (2014)

A partir da década de 1750, São Borja sofreu os impactos da decadência das reduções jesuíticas guarani, concretizando a decadência do projeto num sentido geral. O pós-missões marcou a troca da posse territorial das áreas pertencentes à Coroa Espanhola para o domínio português. Esse processo de colonização portuguesa acaba contribuindo para o desenvolvimento das grandes propriedades rurais samborjense através da divisão das terras das sesmarias. O desenvolvimento da pecuária acabou constituindo alguns tipos sociais como o latifundiário, estancieiro, figura do gaúcho. Esses atores constituíram relações de poder na economia, no contexto social e na cultura, o que possibilitou a construção de manifestações culturais no centro da cidade, onde residem até hoje. (PINTO; MAURER, 2014, p. 146)

O território que corresponde hoje ao Rio Grande do Sul foi ocupado por portugueses e espanhóis inicialmente para a criação de gado no modelo das estâncias, surgindo a figura do gaúcho, o vaqueiro dos pampas, com vestimentas e costumes peculiares, como a bombacha e o hábito de tomar chimarrão, ou mate. Tão marcante foi sua influência cultural no Estado que o termo gaúcho passou a designar toda pessoa nascida no Rio Grande do Sul, e a vestimenta típica

– também conhecida como pilcha gaúcha – foi objeto de lei estadual para sua regulamentação, sendo seu uso autorizado em solenidades oficiais. (RIO GRANDE DO SUL, 1989)

Esta influência cultural designa toda a pessoa nascida no Rio Grande do Sul e, de acordo com a Lei n. 8.813 de 10 de janeiro de 1989, oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha". Segundo Pinto e Maurer (2014) A figura do gaúcho surge a partir do proprietário de terras criador de gado bovino primeiramente na Argentina e no Uruguai e posteriormente no Brasil proporcionando o desenvolvimento de costumes, saberes e traduções culturais relacionadas ao tipo social em questão. Assim, as tradições e a cultura do gaúcho tem se materializado e perpetuado nas estâncias através das lidas campeiras e nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) através da música, da dança e outras atividades culturais. (PINTO; MAURER, 2014)

Devido a constante manifestação cultural foi realizado o Projeto de Lei Estadual n. 91/2017, que declara o município de São Borja, “Capital Gaúcha do Fandango”. Esta homenagem é justificada por a cidade ser reconhecida por sua “Semana Farroupilha”, pelo destaque na região da Fronteira Oeste e sua repercussão por diversos meios de comunicação, devido aos seus bailes gaúchos, número de dias de bailes, quantidades de bailes e tendo os maiores nomes de conjuntos/bandas gaúchas animando os fandangos.

Passado o período reducional e a Guerra do Paraguai, São Borja se tornaria “berço do trabalhismo” por ser a terra natal dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, fatos que marcaram a história local e imprimiram características identitárias na vida de muitas pessoas. Este fato veio a ser confirmado através da Lei Estadual n. 13.041 de 25 de setembro de 2008, que declara a cidade de São Borja “Terra dos Presidentes”.

O Estado do Rio Grande do Sul, no século XIX e no início do século XX, recebeu grande número de imigrantes europeus, em especial alemães e italianos. Esses imigrantes se fixaram principalmente em pequenas colônias agrícolas autônomas, no interior do Estado, onde mantiveram vivos os hábitos e a língua de seus países de origem. (BRASIL, 2011, p. 498)

À procura de terras agricultáveis, os descendentes dos primeiros imigrantes chegaram à Depressão Central e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Descendentes de imigrantes italianos, alemães e franceses se fixaram e ajudaram a desenvolver a economia local, trazendo consigo suas crenças, costumes e sua religião, contribuindo para a formação da personalidade do lugar.

A relação dos habitantes de São Borja “*con los hermanos*” de Santo Tomé/Corrientes na Argentina, no passado, vivenciou os passes de barca e o “comércio formiga”, pessoas que cruzavam o rio para comprar, e traziam suas sacolas carregadas em seus braços e suas costas, histórias que ficaram no passado. De acordo com Pinto e Maurer (2014),

A partir do ano de 1994, com a construção da ponte da Integração, São Borja/Santo Tomé, houve o final do traslado de embarcações no antigo porto local, em virtude da mesma ter sido construída em outro espaço. Com a ponte, houve mudanças culturais e econômicas nessa região ribeirinha, visto que o fluxo era intenso em todos os dias da semana. (PINTO; MAURER, 2014, p. 144)

A inauguração da ponte internacional ocorreu em 9 de dezembro de 1997 pelos presidentes da Argentina Carlos Menem e do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Atualmente o comércio internacional desenvolvido entre os dois países, tem como opção a travessia do Rio Uruguai através da ponte Internacional contribuindo com a economia local, além de aproximar brasileiros e argentinos através de aspectos culturais vividos em ambos os lados do rio.

Em 2014, a identidade cultural da cidade de São Borja foi tema de pesquisa realizada pela professora Eliane Coelho, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. A pesquisa realizou 359 entrevistas pelo método de amostragem em diversos bairros da cidade e obteve como resultado o que segue: 47,07% das pessoas se identificaram como Terra dos Presidentes, 30,36% como São Borja Missioneira, 21,44% como Fronteira e 1,13% não deram opinião.

Pinto *et al.* (2014) afirma que:

Além das representações históricas, São Borja possui diversas práticas sociais e manifestações culturais identificadas com a cultura pampiana, ribeirinha e fronteiriça. Essa relevante trajetória histórico-cultural construiu símbolos, narrativas e elementos culturais que estão representados através do patrimônio cultural e de diversas identidades fronteiriças. (PINTO *et al.*, 2014, p. 4)

A identidade cultural e sua materialização através do patrimônio cultural existente nos museus e seus artefatos, nas praças e parques com suas homenagens às personalidades do lugar e em outros elementos da cultura local são também identificadas no ordenamento jurídico. A seguir, são apresentados (Quadros 10 e 11) elementos do Patrimônio Cultural que receberam reconhecimento ou proteção legal em nível estadual e municipal.

<b>Ordenamentos Estaduais: Patrimônio Cultural</b>	
<b>Número de referência</b>	<b>Ementa</b>
Lei n. 8.813, de 10 de janeiro de 1989	Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada “PILCHA GAÚCHA”.
Portaria 1705-11.00-SEDAC/93.7 – 16/08/1994 – IPHAE/RS	Bem Tombado – Casa do Ex-Presidente João Goulart
Portaria 1706-1100-SEDAC/93.0 – 16/08/1994 – IPHAE/RS	Bem Tombado – Museu Getúlio Vargas
Decreto n. 35.580, de 11 de outubro de 1994	Declara São Borja “Cidade Histórica” e dá outras providências.
Lei n. 13.041, de 25 de setembro de 2008	Declara a cidade de São Borja: “Terra dos Presidentes”.
Decreto Lei n. 91/2017	Declara o município de São Borja, “Capital Gaúcha do Fandango”.

Quadro 10: Ordenamentos Estaduais: Patrimônio Cultural

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

<b>Ordenamentos Municipais: Patrimônio Cultural</b>	
<b>Número de referência</b>	<b>Ementa</b>
Lei n. 1.312/85	Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja.
Lei n. 3.491/2005.	“Determina a inclusão, no Patrimônio Histórico do Município de São Borja, dos Pórticos do artigo Estádio General Vargas e dá outras providências”.
Lei n. 3.615/2006	“Determina a inclusão do Cemitério da Figueira no Patrimônio Histórico Cultural do Município de São Borja”.
Lei n. 3.687/2006	“Ficam incluídos no patrimônio Cultural do município de São Borja os Desfiles da Semana da Pátria realizados no Bairro do Passo e no Centro”.
Lei n. 3.686/2006	“É tombado como Patrimônio Cultural do Município o Festival de São Pedro e dá outras providências”.
Lei n. 3.871, de 28 de dezembro de 2007.	“Cria o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de São Borja e dá outras providências.”
Lei n. 3.872, de 28 de dezembro de 2007.	“Cria o Conselho Municipal de Cultura do Município de São Borja e dá outras providências.”
Lei n. 4.195, de 2 de março de 2010	“Declara o Grupo Amador de Artes “Os Angueras”, integrante do Patrimônio Histórico e Cultural de São Borja”.
Lei n. 4.404, de 27 de junho de 2011.	“Altera dispositivos na Lei Municipal n. 3.871, de 28 de dezembro de 2007, que criou o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e dá outras providências.”
Lei n. 4.464, de 28 de novembro de 2011	“Tomba, com vista à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município de São Borja o imóvel onde funcionava a Estação Férrea e dá outras providências.”
Lei n. 4.712, de 14 de junho de 2013.	“Altera a redação da Lei n. 4.417, de 25 de junho de 2011.”
Lei n. 4.713, de 14 de junho de 2013.	“Altera a redação da Lei n. 1.555/88, que institui o Fundo Municipal de Cultura – FMC e dá outras providências.”
Lei n. 4.845, de 11 de fevereiro de 2014.	“Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja, as peças funerárias do esquife do ex-Presidente João Goulart, doados pela família do ex-Presidente e dá outras providências.”
Lei n. 5.108, de 30 de dezembro de 2015.	“Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja, e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.”
Lei n. 5.274, de 10 de novembro de 2017.	Dispõe sobre a Política Municipal de Cultura no município de São Borja e altera a legislação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, revoga as Leis Municipais n. 4.417/2011, 4.712/2013 e 4.863/2014, e dá outras providências.
Lei n. 5.332, de 29 de março de 2018.	Declara Patrimônio Cultural imaterial no Município o festival da barranca, e dá outras providências.

Quadro 11: Ordenamentos Municipais: Patrimônio Cultural

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Conhecer a maneira como as pessoas se sentem e a percepção do arranjo das identidades de um lugar é importante para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o turismo local, inserido no turismo regional. A pesquisa de campo realizada nas praças, parques, museus e fontes de água utilizadas no período das missões proporcionou constatar, através da observação, a materialização das identidades culturais conforme apontado na pesquisa de Coelho e Pinto.

As praças, parques, museus, a cruz e fontes missionárias materializam a história da redução jesuítica, dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, a Guerra do Paraguai e a vida do gaúcho e fronteiro nas estâncias que desenvolveram a pecuária nos séculos XVIII e XIX. Esses locais mantêm a história e o patrimônio cultural local, contribuindo com a oferta turística, apresentam a identidade cultural através dos artefatos existentes e juntos apresentam a personalidade do lugar.

## **2.5 As praças e parques de São Borja**

As praças são formadas por elementos naturais e arquitetônicos, expõem artefatos, formam paisagens dando vida e cor ao ambiente. Santos (1997) afirma que “a paisagem é um conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (SANTOS, 1997, p. 83)

Atualmente podemos ver que as praças tornaram-se locais de comércio, de encontros, reuniões, de cultos religiosos e de cerimônias oficiais. Outro papel das praças é serem capazes de apresentar os personagens e demonstrar a cultura local, ajudando no entendimento do arranjo de identidades que formam a personalidade do lugar, as praças são também locais para realizar passeios, desenvolver trajetos e caminhos por onde pode-se observar e contemplar a paisagem, conversar com os amigos ou fazer novas amizades, fotografar, descansar, encontrar meios de recreação e lazer.

A forma de vida que vivemos na atualidade fez das praças e parques lugares que oferecem como infraestrutura quiosques, bares, bancas de revistas, playground, pontos de taxi, sanitários, quadras de esporte, pistas de skate e arquibancadas. Ao pesquisar nos registros públicos de São Borja, verificou-se que nos anos de 1874, 1876, 1877, 1878, 1879, 1881, 1885, 1886 e 1889 a Prefeitura Municipal de São Borja havia realizado pagamentos para o serviço de plantio de árvores, segurança e limpeza realizados na praça central da cidade, hoje Praça XV de Novembro. Estes registros podem ser verificados através dos livros contábeis da Prefeitura Municipal de São Borja. Livros estes que se encontram no Arquivo Público Municipal de São Borja localizado no “Prédio da Estação Férrea”.

No ano de 1889 foram gastos 90.000 réis para pagamento de “guarda”, enquanto que nos anos de 1874, 1878, 1879, 1881 e 1885 foram gastos 82.300 réis, como forma de pagamento a serviços de limpeza da praça. Os primeiros plantios de árvores foram registrados nos anos de 1874, 1876 e 1877, onde foram gastos 29.360 réis.

Esses investimentos no cuidado da praça neste período denotam a importância dada ao espaço público na cidade de São Borja. A Praça XV de Novembro localizada no centro da cidade guarda valores da História e do Patrimônio Cultural material e imaterial local tendo sido palco principal no período jesuítico.

### **2.5.1 Praça VX de Novembro**

A cidade de São Borja foi fundada por Jesuítas, em 1682, apresentando a mesma forma de organização e estrutura urbana das demais reduções jesuíticas fundadas naquele período. Entre os elementos arquitetônicos construídos pelos jesuítas estavam: a praça, a igreja, as casas dos índios, o Cotiguaçu, o cemitério, a casa dos padres entre outros. A praça se caracterizava como local destinado à realização de jogos, danças, cantorias e procissões (Corpus Christi e do padroeiro), festas, apresentação de peças teatrais, casamentos coletivos e atividades militares. (NOGUEIRA, 2007).

Na fundação da redução de São Francisco de Borja foi construída, primeiramente, uma pequena capela, coberta de capim Santa Fé. Só a partir de 1696, com a chegada de José Brasanelli, iniciou a construção da primeira igreja, toda em pedra trabalhada, ornamentada com esculturas e coberta de telhas de barro. Brasanelli inspirou-se nos traços arquitetônicos dos templos da Lombardia (Itália). (RETAMOZO *et al.*, 2015, p. 28)

A cidade de São Borja cresceu ao redor da mesma área de terra que serviu como centro das discussões no período reducional e que, no início da década de 1960, viu ser construída a Igreja Matriz São Francisco de Borja, a Prefeitura Municipal e os prédios residenciais e comerciais hoje existentes. Atualmente denominada de Praça XV de Novembro (Figura 4), dispõe, em seu interior, da presença de artefatos e monumentos como as estátuas e bustos de personagens da história local e nacional, tendo como destaque o Mausoléu de Getúlio Vargas (Figura 5), projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 2004, na passagem dos 50 anos de falecimento do estadista brasileiro e são-borjense. No local, estão depositados os restos mortais de Getúlio Vargas.





Figura 4: Praça XV de Novembro  
Fonte: acervo do autor (2018)



Figura 5: Mausoléu de Getúlio Vargas  
Fonte: acervo do autor (2018)

Os artefatos existentes na praça estão relacionados aos personagens políticos que se tornaram parte da história local, regional e nacional. Na praça encontram-se os bustos e estátuas de: Apparício Silva Rillo, General Manuel do Nascimento Vargas, Leonel de Moura Brizola e Getúlio Dorneles Vargas. Em frente à Praça XV de Novembro está o Palácio João Goulart, sede da Prefeitura Municipal de São Borja. Junto ao prédio encontram-se lado a lado os bustos de Getúlio Vargas e João Goulart.

### 2.5.2 Praça Deputado Marcírio Goulart Loureiro

Não muito longe da Praça XV de Novembro, o local onde hoje conhecemos por “Praça da Lagoa” local de importância fundamental por ter sido uma das fontes naturais de água nos tempos em que São Borja não era cidade e sim apenas um povoado, o local era escolhido por tropeiros para concentrar seu gado para beber água e para descanso do trabalho árduo. Em 1970, esse local já remodelado passou a ser chamado: Praça Deputado Marcírio Goulart Loureiro (Figura 6). Este nome foi dado em homenagem ao político que, em vida, ocupara cargos públicos como vereador, prefeito de São Borja e Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.



Figura 6: Praça Deputado Marcírio Goulart Loureiro  
Fonte: acervo do autor (2018)

Atualmente a praça é local de lazer e ponto de encontro para jovens, adultos e crianças. No playground há escorregadores, balanços e gangorras, muita sombra, bancos de madeira e concreto para sentar e conversar. Os adultos encontram tranquilidade no ambiente e uma bela vista. Sua localização é central, cercada por restaurantes, supermercado e um hotel. A praça

possui dois reservatórios de água interligados, onde vivem cágados que são um diferencial do lugar, chamando a atenção principalmente das crianças.

Há um ponto de táxi e um ponto de ônibus no local, ao largo está o escritório da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) responsável pelos serviços de água e saneamento básico em São Borja, na mesma calçada se encontra a Secretaria de Saúde do Município e bem próximo estão localizados o Posto de Saúde e o Hospital João Goulart localizado à Rua Getúlio Vargas.

### **2.5.3 Parque Esportivo General Vargas**

Um pouco mais distante da Praça XV de Novembro, podemos encontrar outro local de lazer, um antigo estádio de futebol que em 1947 viu a fundação do Internacional, que ganhou o Torneio de Inauguração do estádio ao vencer o time do Cruzeiro, que mais tarde se uniram tornando-se a Sociedade Esportiva São Borja. Os jogadores treinavam e moravam no pavilhão embaixo da arquibancada do Stadium General Vargas que, depois de desativado, foi utilizado por muito tempo para sediar circos e parques de diversão.

Na atualidade, o Parque Esportivo General Vargas (Figura 7), nome dado em homenagem a Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Dorneles Vargas, é conhecido como “Parcão” e tem sido local para realização de eventos, apresentações artísticas e música, lazer e recreação. Possui, também, quadras poliesportivas, pista de skate e academia popular.



Figura 7: Parque Esportivo General Vargas  
Fonte: Soares et al. (2018)

No Parque Esportivo General Vargas há dois pórticos (Figura 8) construídos com as pedras gres (arenito) e pedra itacuru, utilizadas anteriormente pelos jesuítas no período reducional. De acordo com a Lei Municipal n. 3.491 de 1º de julho de 2005, são incluídos no Patrimônio Histórico do Município de São Borja, os pórticos do antigo Estádio General Vargas, localizados no entorno do referido sítio, na Rua General Marques e Travessa Pedro Carneiro Pereira.



Figura 8: Pórtico em pedra gres (arenito)  
Fonte: acervo do autor (2018)

#### 2.5.4 Praça Manoel do Nascimento Vargas

A Praça General Manoel do Nascimento Vargas recebeu o nome do pai do ilustre cidadão são-borjense Getúlio Dorneles Vargas. /Manuel do Nascimento Vargas é nascido em 25 de novembro de 1844, natural de Passo Fundo, veio para são Borja apresentar-se no 28º Corpo de Cavalaria Provisória da Guerra Nacional. Em 1895, por meio do decreto assinado pelo Presidente Prudente de Moraes e pelo Ministro da Guerra, foi concedido ao Coronel Honorário do Exército Manoel do Nascimento Vargas as honras de General de Brigada pelos serviços, dedicação e bravura em Defesa da República e do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2013).

A Praça Manuel do Nascimento Vargas também conhecida como “Praça da Estação Férrea”, devido à existência do imóvel onde funcionava a Estação Férrea (Figura 9) inaugurado em 1913. O atual prédio foi construído seguindo os moldes dos outros prédios no Rio Grande do

Sul entre os anos de 1932 e 1937. Hoje, no local funciona o Centro Cultural de São Borja, o Arquivo Público Municipal e a Banda Municipal.

O prédio foi Tombado pelo município sobre a Lei N° 4.464, de 28 de novembro de 2011. O prédio do Centro Cultural de São Borja foi cedido pela Prefeitura Municipal pela Lei N°4.977, de 19 de dezembro de 2014 que “autoriza o Poder Executivo a conceder permissão de uso de imóvel ao Centro Cultural de São Borja”.

No local também funciona o Arquivo Público Municipal, que também não está em boas condições, pois a sala de armazenamento dos documentos não possui ventilação adequada, além da umidade e infiltração do telhado. A Banda Municipal também faz uso do local para ensaios e guarda dos instrumentos.



Figura 9: Prédio da Estação Férrea  
Fonte: Soares et al. (2018)

Nesta praça encontra-se o “Monumento de Resistência de São Borja” (Figura 10), idealizado pela escritora e artista plástica “Mikita” Cabeleira e produzido pelos artistas plástico José Kura e seu filho Marco Kura vindos de Corrientes na Argentina. Este monumento representa e faz homenagem aos 150 anos da “Resistência de São Borja” na Guerra do Paraguai e os embates ocorridos na localidade.

Por ocasião da véspera do dia 10 de junho de 1865, cerca de 600 paraguaios, entraram no município pela a foz do Rio Icamaquã, que fica a frente da cidade de San Tomé, na Argentina, sendo que no dia posterior, navegando pelo rio, escolheram cinco locais para desembarque de suas tropas, Barranca Pelada, Porto do Passo, Porto do Cemitério, Porto da Barranca Pelada e Porto do Lugo. (CARDOZO; CESCO, 2017)



Figura 10: Monumento a Resistência de São Borja  
Fonte: Soares et al. (2018)

A defesa de São Borja fora realizada por um pequeno efetivo. De acordo com Cardozo e Cesco (2017),

Os responsáveis pela defesa de São Borja era um efetivo de cavalaria, formado por homens da Guarda Nacional. O ataque teve início com seis canhões paraguaios que atiravam de território Argentino em direção à cidade de São Borja. Os paraguaios atravessaram o rio Uruguai e receberam a resistência de 30 guardas nacionais, tendo como comandante o Major Rodrigues Ramos, tendo este combate acontecido na barranca Pelada. Quanto ao desembarque dos paraguaios não houve dificuldade, sendo que a dificuldade era para os defensores da cidade, pois se tratava de um período de enchentes, o que causava grandes transtornos para a população da cidade. (CARDOZO; CESCO, 2017, p. 3)

Entre os Heróis da Resistência de São Borja se destaca Leocádio Francisco que ao saber da invasão dos paraguaios, encilhou seu cavalo, pegou as armas e se apresentou para defender sua Pátria e lutar contra os paraguaios ao lado dos seus amigos e após investir pela terceira vez contra os inimigos, ferindo-os com sua lança, retornou para mais uma investida, tendo sido ferido e junto com seu cavalo tombam no campo de batalha.

Outros dois lugares de memória remetem à história da Guerra do Paraguai, o primeiro é o Museu Memorial João Manuel Mena Barreto localizado no 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada (2º R. C. MEC.), que reúne algumas armas utilizadas durante a guerra e uma cruz que marca o local da batalha de resistência de São Borja, ocorrida em 10 de junho de 1865. O segundo lugar de memória é o “Cemitério Paraguaio”, marcado por uma cruz, próximo ao Cais do Porto que se tornou local de homenagem aos combatentes paraguaios que perderam sua vida em São Borja.

### 2.5.5 Praça Assis Brasil

A Praça Assis Brasil (Figura 11), localizada no Bairro do Passo, próximo ao Rio Uruguai, com destaque para o Ginásio Municipal Cleto Dória Azambuja. A praça atualmente é arborizada e possui uma academia popular com diversos equipamentos de ginástica e um parque infantil destinado à recreação ao ar livre, dedicado especialmente às crianças e pré-adolescentes.

Em sua atual vizinhança, está a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, o Grupo Nativista Boitató, a Polícia e a Receita Federal, a Escola Estadual Olavo Bilac e a Universidade Federal do Pampa. Entre os últimos investimentos realizados na infraestrutura da praça esta à pavimentação asfáltica da Rua Tiradentes entre as Ruas Monsenhor Patrício Petit Jean e Vereador Alberto R. Benevenuto.



Figura 11: Praça Assis Brasil  
Fonte: Soares et al. (2018)

## 2.6 Os museus de São Borja

Os museus, atualmente, desenvolvem um papel importante na preservação da história e do patrimônio cultural local e mesmo regional. No interior destes locais são encontrados artefatos que representam elementos do passado e do presente. As formas de vida animal e vegetal, os elementos da natureza, a forma de ocupação do espaço e do trabalho desenvolvido pelos seres humanos têm a capacidade de despertar sensações que muitas vezes remetem o indivíduo ao imaginário e às lembranças. Acendem-se valores e sentimentos de pertencimento ou de admiração, pela cultura representada.

De acordo com o *International Council of Museums* (ICOM) “a missão do museu é a de adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural.” (ICOM, 2006, p. 96)

O Art.1º da Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de Museus traz a definição de museus como:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Essas características do museu atual permitem um nível de comunicação da exposição com seu público ofertando conhecimento na forma de textos, imagens, sons que possibilitam sensações e emoções que realçam a experiência. Também é possível considerar a ampliação da comunicação do museu nas exposições virtuais ou cyber exposições, catálogos digitais e usos de redes sociais.

Os museus são parte fundamental para o desenvolvimento do turismo a nível local e regional. De acordo com o Art.2º da Lei n. 11.904, são princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional. . (BRASIL, 2009)

A proteção das peças individuais ou mesmo de coleções não quer dizer a guarda ou arquivamento das mesmas, mas sim de promover maneiras com que possa ser exposta ao olhar, conhecimento e estudo por parte dos estudantes, visitantes e turistas. O conhecimento da história do lugar permite o reconhecimento do patrimônio cultural e o sentimento de pertencimento que leva a identidade cultural do indivíduo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) atualmente existem 3.785 museus no Brasil, 464 deles estão no estado do Rio Grande do Sul, sendo cinco localizados na cidade de São Borja. Os museus da cidade apresentam parte da história da missão jesuítica de São Francisco de Borja, da vida e fazeres da estância, da vida e realizações dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart e a História do antigo Regimento de Cavalaria e da invasão paraguaia no Brasil, através das terras de São Borja. Guardam, também, valores culturais como identidade e os saberes locais.



Em São Borja há museus de responsabilidade administrativa municipal, federal e do Grupo amador de arte “Os Angueras”, que possuem exposições permanentes e outras, temporárias. Sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, são abertos ao público, expondo parte do patrimônio histórico e cultural do local, apresentam fatos históricos ocorridos na cidade, que repercutiram na região, no país e até mesmo em outros países da América Latina, a exemplo do Museu Memorial João Manuel Mena Barreto que traz à luz do conhecimento a história da Guerra do Paraguai e seus personagens.

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, os museus de São Borja um total de 14.744 visitantes. O levantamento divulgou ainda que 7.432 foram moradores de São Borja, 5.354 de outras cidades do Rio Grande do Sul, 1.795 de outros Estados do Brasil e 131 do exterior.

O Museu Casa de Getúlio Vargas recebeu 5.544, sendo 2.388 de moradores da cidade. De outras localidades gaúchas foram 2.310 os visitantes, 809 de outros Estados e 37 de outros países. O Memorial João Goulart recebeu 3.694 visitantes, incluindo 1.208 moradores de São Borja. Das demais cidades do Rio Grande do Sul vieram 1.800 turistas, 643 de outros Estados e 43 do exterior.

O Museu Ergológico da Estância recebeu 3.028 visitantes. Deste total, 2.255 foram de moradores locais e 521 de outras cidades gaúchas. De outras regiões brasileiras vieram 240 turistas e de outros países, 13. Por fim, o Museu Missioneiro recebeu 2.477 visitantes. De moradores de São Borja foram 1.611 os que estiveram conferindo o patrimônio cultural do museu. Já 725 turistas vieram de outras cidades gaúchas. De outros Estados brasileiros foram 103 e 38 de outros países.

### **2.6.1 Museu Apparício Silva Rillo**

O Museu Municipal Apparício Silva Rillo (Figura 12), conhecido como “Museu Missioneiro”, mantém em exposição permanente artefatos do período reducional jesuítico e motivos religiosos em arte barroca. De acordo com Retamozo *et al.* (2015, p. 27) “ainda existem em São Borja 83 peças confeccionadas no período reducional, sendo sete de posse da igreja, 40 do Museu Apparício Silva Rillo, 35 de particulares e uma está desaparecida ou foi queimada.”



Figura 12: Museu Municipal Apparício Silva Rillo  
Fonte: acervo do autor (2018)

O Museu foi instalado no prédio localizado a Travessa Albino Pfeiffer nº 84, Centro, no ano de 1969, com o objetivo de ser um espaço de resguardo à exposição de peças relacionadas à história da cidade. Em 1974, passou a denominar-se Divisão de Biblioteca, Museu e Arquivo Municipal. De acordo com a Lei Municipal n. 2559/1997, passou a denominar-se Museu Municipal Apparício Silva Rillo, como forma de homenagear o poeta, compositor e historiador que muito se dedicou à história de São Borja continuando a utilizar o mesmo prédio utilizado para a Biblioteca Municipal Getúlio Vargas.

O museu tem como Missão: tornar-se um local de intercâmbio entre pessoas, culturas e conhecimentos, através da divulgação e valorização da história missioneira, preservando assim, por meio de ações culturais que atuam e interagem com a sociedade de São Borja, de forma dinâmica e contemporânea, amparada através de estudos e pesquisa. O museu passou por requalificação em 2006 ganhando expositores iluminados e espaço para exposição temporária de coleções de arte contemporânea e mostra de fotografias e outros eventos culturais (Figura 13).



Figura 13: Museu Municipal Aparício Silva Rillo – espaço interno  
Fonte: acervo do autor (2019)

Entre os artefatos missioneiros encontra-se um quadro pintado a óleo, (Figura 14), único encontrado nos povos missioneiros, objeto intitulado Pintura Primitiva, datado entre os séculos XVII / XVIII. Em sua descrição constam as seguintes informações: Pintura sobre madeira representando Nossa Senhora do Socorro. Apresenta na parte superior uma meia abóboda ladeada por torres. Imagem catalogada pelo IPHAN com registro RS/0910001-0054.



Figura 14: Pintura Primitiva: Nossa Senhora do Socorro  
Fonte: acervo do autor (2019)

De acordo com Pinto (2010) a importância da arte barroca contida no estatuário presente no território missioneiro, tem “destaque na redução de São Francisco de Borja, que é uma mostra dos trabalhos artísticos de um dos maiores escultores da época, o italiano Irmão Brasanelli”. Colvero (2009) também destaca que o estatuário missioneiro encontrado no Museu Apparício Silva Rillo e nas demais reduções jesuíticas, pode equiparar-se com os grandes centros de produção artística da Europa.

[...] importante participação do irmão Jose Brasanelli, religioso que passou nove anos da sua vida nesta redução, deixando um legado barroco de grande importância. É de sua autoria, a imagem esculpida do padroeiro da antiga redução: Padre Francisco de Prada e Gandia; além da edificação da antiga igreja. Brasanelli foi tão importante para o desenvolvimento artístico na América Meridional, que muitos estudiosos, sintetizaram-no como o maior artista que havia existido entre os Trinta Povos da Companhia de Jesus. (COLVERO, 2009, p. 5)

Entre as obras contendo motivos religiosos expostas no Museu Apparício Silva Rillo estão duas imagens de Santo Antônio de Pádua (Figura 15). As imagens estão catalogadas pelo IPHAN com registro RS/92.0001.0003 e RS/92.0001.0005.



Figura 15: Imagem Missioneira: Santo Antônio de Pádua  
Fonte: acervo do autor (2019)

## 2.6.2 Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto

O Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto (Figura 16) faz homenagem ao combatente nascido em 24 de janeiro de 1824, em Porto Alegre/RS. Assentou praça como voluntário em 1º de julho de 1839, no 1º Regimento de Cavalaria. Participou da campanha da província, até a pacificação do Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1851 e 1852, participou da Campanha contra Rosas e Oribe, tendo atuado no ataque a Paisandú, no Uruguai. Na primeira fase da Guerra do Paraguai, teve atuação decisiva no Combate de São Borja, a 10 de junho de 1865, impedindo a continuação do avanço paraguaio na Província do Rio Grande do Sul. O ano de 1868 foi glorioso para João Manoel, distinguindo-se particularmente no dia 21 de dezembro, ocasião em que se apoderou das trincheiras do Piquisiri, atacando-as de flanco por ordem de Caxias e ficando senhor de mais de 30 canhões. No ataque de Peribebeuí, João Manoel foi ferido mortalmente e faleceu a 12 de agosto de 1869. (2º R. C. MEC., 2019)



Figura 16: Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto  
Fonte: acervo do autor (2019)

O museu apresenta a história do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada, cuja criação deu-se a partir do 6º Regimento de Cavalaria Ligeira, tendo sido criado com o Plano de Reorganização do Exército, baixado pelo Decreto n. 10015 de 18 de agosto de 1888. Entretanto, foi organizado somente em 1889, na cidade de Jaguarão. Em 1897, o então 6º Regimento de Cavalaria Ligeira foi transferido para São Borja, a fim de integrar a linha divisória do Comando da Fronteira das Missões, ocupando as instalações do Quartel Velho, no Bairro do Passo, no dia 22 de abril.

A “Sala Histórica Leocádio das Chagas” (Figura 17) tem um rico e variado acervo de armamentos, uniformes, materiais, fotografias e troféus que ajudam a contar a história do “Regimento João Manoel” em mais de um século de existência. Também faz parte do acervo, a Espada e a Lança que pertenceram ao Brigadeiro João Manoel Menna Barreto e que foram utilizadas por ele durante a Guerra da Tríplice Aliança. Em expositor de vidro apresentando efeito giratório, com iluminação adequada, encontra-se a “Cruz Grande” retirada do velho quartel, atualmente no acervo do museu, homenageia aqueles que foram mortos na invasão de São Borja ocorrida em 10 de junho de 1865, durante a Guerra do Paraguai. (2º R. C. MEC., 2019)



Figura 17: Sala Histórica Leocádio das Chagas  
Fonte: acervo do autor (2019)

O espaço é aberto ao público desde que não haja eventos no regimento que impeçam a visita, guiada por um militar responsável pelo memorial. Neste sentido, a visita segue agendamento prévio, realizado através de contato telefônico.

### 2.6.3 Museu Casa de Getúlio Vargas

A casa que abriga o Museu Casa de Getúlio Vargas (1882-1954), foi construída no ano de 1910 (Figura 18), cujo terreno foi presente de casamento do pai de Getúlio Vargas, o Sr. Manuel do Nascimento Vargas. Em março de 1911, Getúlio após se casar com dona Darcy Sarmanho, mudou-se para o local onde nasceram os cinco filhos do casal.

A casa é testemunha do início da trajetória política que transformou Getúlio Vargas em líder nacional. Foi nela que, já eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação política hegemônica no Estado do Rio Grande do Sul, com muitas Intendências Municipais e também hegemônicas na Assembleia Legislativa e na Presidência do Estado, advogava e participava da política local. Vargas encerraria seu período de residência na casa de São Borja em 1923, quando assumiu a cadeira de deputado federal, fixando a partir de então, residência no Rio de Janeiro com toda a família. Após cinco mandatos de Antônio Augusto Borges de Medeiros na Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, Vargas assume através do voto e pelo PRR o governo do Rio Grande do Sul, mantendo-se até 1930, quando assume a Presidência do Brasil através do movimento político conhecido como Revolução de 1930, mantendo-se ali ininterruptamente até 1945 e retornando pelas eleições de 1950, suicidando-se por fim, no Palácio do Catete em agosto de 1954.



Figura 18: Museu Casa de Getúlio Vargas  
Fonte: acervo do autor (2014)

A casa sempre permaneceu com a família Vargas. No ano de 1982 o filho mais velho, Luthero Vargas, idealizou o museu em forma de associação entre amigos. Logo depois, Luthero

compra parte de seus irmãos e a doa para a Prefeitura Municipal de São Borja em 1984 passando a responsabilidade de sua manutenção para o município.

É térrea, edificada em alvenaria de tijolos, implantada sobre o alinhamento do passeio público. A fachada principal possui características ecléticas, com elementos decorativos em massa, como pilastras, cimalkhas, molduras de portas e janelas. É uma fachada simétrica, com a porta principal no eixo central e duas janelas laterais com caixilhos de vidro. A cobertura original era em telhas francesas, depois substituídas por telhas de zinco.

O museu faz guarda e exposição de objetos pessoais, móveis e outros objetos. No primeiro ambiente de visitação encontra-se uma escrivaninha que pertenceu a Vargas, enquanto advogava na cidade de São Borja. Em outro cômodo da casa, está exposta a urna confeccionada a pedido do Presidente, para simbolizar a União Nacional, onde dirigentes de cada estado depositaram uma porção de terra de sua região. Este espaço também passou por requalificações ganhando novos painéis, expositores e painéis (Figura 19) e uma sala para projeção de vídeos que relatam os feitos de Vargas em sua vida familiar e política. (IPHAE/RS, 1994)



Figura 19: Expositores e painéis  
Fonte: acervo do autor (2014)



#### 2.6.4 Memorial João Goulart

O Memorial João Goulart está instalado na casa que pertenceu à família do ex-presidente da república. Trata-se de uma casa de esquina, com portão alto, construída em alvenaria e coberta com telhas de barro. Fachada de características ecléticas, se sobressaindo no entorno.

A residência reflete o nível sociocultural dos proprietários da época. A casa foi construída em 1927 e nela o ex-presidente João Goulart (Figura 20), conhecido como Jango, viveu sua infância e juventude.

Em diferentes períodos, estiveram, no local, personagens de destaque da nossa história, como o próprio Getúlio Vargas, que influenciou profundamente Jango em sua visão política. No museu há um piano de cordas que pertenceu à família de Jango e que hoje serve para realização de oficinas de música e apresentações culturais. O jardim costuma receber decoração referente a datas comemorativas, a exemplo dos dias atuais em que se prepara para a Páscoa, além de promover apresentações artísticas e culturais. (IPHAE/RS, 1994)



Figura 20: Memorial João Goulart  
Fonte: acervo do autor (2019)

#### 2.6.5 Museu Ergológico da Estância

O Museu Ergológico da Estância (Figura 21) foi criado em 10 de outubro de 1982, pelo Grupo Amador de Arte “Os Angueras”. O museu é ergológico, pois seu tema central é o trabalho e a herança material e imaterial do povo campeiro que viveu nas estâncias da região das missões

e fronteira. Além de manter em exposição permanente objetos, móveis, utensílios e veículos antigos, preservando também artefatos que descrevem a evolução do homem do campo para a vida na cidade, até meados de 1950.



Figura 21: Museu Ergológico da Estância  
Fonte: acervo do autor (2019)

O acervo (Figura 22) formou-se a partir da doação dos amigos do grupo, que se reuniam no salão “Os Angueras”, para eventos como bailes e cafés coloniais cujo ingresso era um objeto antigo. Com o passar do tempo, começaram a ser doados mobiliários, máquinas e peças de maior tamanho compondo o que hoje representa a vida na estância contada no Museu Ergológico da Estância. (SOARES *et al.*, 2018)



Figura 22: Acervo do Museu Ergológico da Estância  
Fonte: acervo do autor (2019)

O local interno ao museu é amplo dando as condições para abrigar apresentações culturais, reuniões e palestras. Os jardins do Museu Ergológico da Estância (Figura 23) se mantêm como na estância são mantidos “o cercado das casas”, a grama aparada, mantidas as arvores também espaçoso e aconchegante para contemplação e para realização de eventos culturais e de lazer.



Figura 23: Jardins do Museu Ergológico da Estância  
Fonte: acervo do autor (2019)

Apesar de terem sido realizadas requalificações na estrutura física dos museus de São Borja, grande parte desta mudança de paradigma advém da temporada nacional de eventos, coordenada pelo IBRAM, que realiza anualmente a Semana Nacional dos Museus, abrangendo temas com o objetivo de que as instituições e as comunidades possam refletir sobre suas contribuições para a memória local.

É neste sentido que a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer anualmente desenvolvem atividades diversas, atraindo professores e alunos da rede pública municipal, estadual e federal. Pessoas da comunidade, turistas e estudiosos também aproveitam a oportunidade de conhecer os museus e envolverem-se nas atividades anualmente propostas. Em maio de 2019 promoveu-se o diálogo com permanências, singularidades e inovações, a 17ª Semana Nacional de Museus abrangeu o tema: Museus como Núcleos Culturais: O Futuro das Tradições.

## **2.7 A Cruz Missioneira**

A cruz adotada por todos os povos missioneiros tornou-se referência regional, sendo um símbolo de ligação entre a cidade atual e redução de São Francisco de Borja, contribuindo com a identidade missioneira presente no lugar. A cruz Missioneira apresenta seus braços duplos e extremidades trifoliadas com suas folhas mediais cortadas retas e assemelha-se à cruz de Caravaca e à própria cruz de Lorena, tendo importância histórica para a cidade. No entanto, não foi utilizada durante a confecção do Brasão de São Borja.

A cruz de Caravaca, Patriarcal e a cruz de Lorena possuem como diferencial a existência de braços duplos simetricamente atravessados pela haste, localizados próximo do topo. Sua semelhança com a cruz de Lorena traz o entendimento de sua constituição, pois, a versão mais antiga desta cruz apresentava ambos os braços do mesmo tamanho, e que, quando, mais tarde, superando essa homologia o braço superior passou a ser menor que o inferior com a função de subentender a instrução “INRI”, essa variação recebeu a denominação de cruz Patriarcal, contudo, tão só de uso eclesiástico restrito a distinção arquiépiscopal ou patriarcal e significava, por sua disposição particularíssima, fé redobrada, proteção e devoção. (O'DONNELL, 2015, p. 48-49)

Assim, o mesmo significado e entendimento da importância da “fé redobrada” fora utilizado no símbolo adotado pelas reduções jesuíticas. No entanto, diferentemente da cruz de Lorena e cruz Patriarcal, cujas extremidades são trifoliadas, a cruz de Caravaca possui singular diferenciação nas suas extremidades, cujas folhas são cortadas verticalmente.

O modo de fixação da cruz também interfere em seu significado, para O'Donnell (2015), sendo a cruz:

[...] fixada em três degraus referia-se à subida de Jesus ao calvário, ou a cruz dos Arcanjos (em reverência à tríade São Miguel, São Gabriel e São Rafael) ou, ainda, simbolizava três virtudes teológicas – fé, esperança e caridade –; se, no entanto, tivesse extremidades mistas trifoliadas, simbolizava a trindade; se finalmente, cortasse extremidades trifoliadas, tornava-se por indicativo o espírito militar dos jesuítas. (O'DONNELL, 2015, p. 53)

Conforme observado por O'Donnell (2005), na grande variedade de obras do período reducional – pias, lápides, sinos, baixos relevos de pórticos, portais e inúmeros entalhes decorativos – há inúmeras formas de uso da cruz. A cruz existente em São Miguel é semelhante à cruz de Caravaca, enquanto que “outro exemplar procedente de São Lourenço, esta em tudo igual à de São Miguel, sem trifólios e sem corte nas folhas mediais e da haste”.

Estas diversas formas utilizadas na região dos Sete Povos das Missões fez com que a comissão formada para criar o Brasão de São Borja tivesse por “opção a posteriori pela cruz de Lorena não firmada nas laterais do escudo, com dimensões apropriadas às regras heráldicas e extremidades travadas”. (O'DONNELL, 2015, p. 62)

A cruz Missioneira como símbolo do período reducional não encontrou espaço para materializar-se, no Brasão de São Borja, instituído pela Lei municipal n. 381, de 13 de novembro de 1962, período que coincide com o mandato presidencial de João Goulart. No entanto, por trás do Brasão, cruzando em diagonal, em suas cores, duas lanças indígenas e, sotopostas, duas de cavalaria. Restando a cruz Missioneira materializar-se nos dias atuais junto à Igreja Matriz, frente à Praça XV de Novembro, junto ao Porto, no Bairro do Passo; também nos trevos de acesso a São Borja, no Bairro Cabeleira e no acesso à Ponte Internacional conforme Figura 24, com destaque para uma casa do pássaro “João de Barro” na posição mais alta.



Figura 24: Cruz Missioneira no acesso à Ponte Internacional  
Fonte: acervo do autor (2019)

## 2.8 As Fontes Missioneiras

Dentre os elementos do patrimônio cultural material de São Borja estão duas construções do período missioneiro as quais são popularmente chamadas de “Fontes Missioneiras”. Estes elementos são encontrados em outras reduções jesuíticas tanto no Brasil como na Argentina e no Paraguai onde foi desenvolvido o modelo de reduções jesuíticas.

As construções e a urbanização destes locais permitiram a proteção das fontes de água daquele período. No sítio arqueológico de São Miguel das Missões (declarado Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, pela UNESCO em 1983), a “Fonte de São Miguel das Missões” (Figura 25) é atualmente visitada por turistas contribuindo com a oferta turística local e regional.



Figura 25: Fonte de São Miguel das Missões – RS  
Fonte: acervo do autor (2018)

De acordo com as Figuras 26 e 27, vimos que na cidade de Santa Ana na Província de Misiones, na Argentina, também existe uma fonte de água utilizando materiais semelhantes para protegê-la. Assim como no passado, a urbanização, cuidado e manutenção poderiam vitalizar as fontes de São Pedro e de São João Batista, ambas na cidade de São Borja como forma de proteger este patrimônio cultural da cidade. Ao realizar investimento nos acessos internos e externos, no paisagismo, nos recursos de acessibilidade e mobilidade urbana, poderiam tornar o local apto ao lazer, descanso e contemplação.



Figura 26: Fonte de Santa Ana, Misiones – Argentina  
Fonte: acervo do autor (2015)



Figura 27: Fonte de Santa Ana, Misiones – Argentina  
Fonte: acervo do autor (2015)

Em São Borja, podemos encontrar o registro da existência de fontes de água já utilizadas no período da redução jesuítica e que continuaram a ser utilizadas e mantidas no período que sucedeu o domínio espanhol na região. De acordo com Rodrigues (2014), é possível perceber que a fonte de São Pedro continuava a despertar o interesse público no século XIX.



[...] a Fonte São Pedro é a primeira cacimba comunal no núcleo urbano de São Borja. A fonte no período reducional era guardada e cuidada com muito esmero pelos Jesuítas, pois dela dependia a vida na Redução. Toda em Pedra Grês, algumas pedras com entalhes. A fonte servia para abastecer de água a Missão. Atas da Câmara Municipal de 14 e 16 de julho de 1835 já relatavam a precariedade das Fontes e sua importância para a cidade, assim como sua estatuária e remanescentes do período Jesuítico. Já no arquivo municipal consta relatório da Câmara local para Câmara Provincial datado de 02 de julho de 1861, em que solicita recursos para manutenção da fonte e faz relato da precariedade da única fonte de água potável da comunidade. (RODRIGUES, 2014, p. 38)

Dado interesse de verificar a continuidade do interesse público na manutenção das fontes, se recorreu aos registros públicos de São Borja onde se verificou que nos anos de 1877, 1885, 1886, 1889, 1890, as fontes de São Pedro, São João Batista, “fonte de perto da lagoa” e “fonte da chácara do Felipe” receberam atenção e cuidados que podem ser verificados através dos livros contábeis da Câmara Municipal. Livros estes que se encontram no Arquivo Público Municipal de São Borja localizado no “Prédio da Estação Férrea”.

Em 1877 foram gastos 400 réis para ajuntar as lajes que estavam extraviadas e 1500 réis para transporte das mesmas para a fonte de São Pedro. No mesmo ano foram gastos 4800 réis para limpeza da fonte de São João e 800 réis para limpeza na “fonte da chácara do Felipe”.

No ano de 1886 foram gastos 3300 réis para limpeza na Fonte de São Pedro, 3600 réis na Fonte de São João e 2400 réis na “fonte perto da lagoa”. Em 1898, foram gastos 60 mil réis, em 1890, a quantia de 30 mil réis e em 1885 totalizaram 2200 réis, todos aplicados para limpeza da fonte de São Pedro.

Todos esses investimentos no cuidado com as fontes, existentes naquele período, denotam a necessidade de se preservar as fontes de água potável existentes na época. Atualmente a importância se dá ao valor da História e do Patrimônio Cultural atribuído ao período jesuítico e sua continuidade durante o domínio português, até os dias atuais. O local não possui infraestrutura de atendimento e por isso não há quantificação e qualificação dos visitantes.

### **2.8.1 A Fonte de São Pedro**

A construção da Fonte de São Pedro segue o mesmo padrão de construção da fonte existente no sítio arqueológico de Santa Ana, na *Provincia de Misiones*, na Argentina. No período reducional, as fontes representavam local para abastecimento de água limpa para a população e para os animais, merecendo cuidado especial até mesmo quanto à segurança do local.

A Fonte de São Pedro (Figura 28), localizada na Rua Félix da Cunha, possui atualmente uma estrutura em forma de galpão coberta de zinco (anteriormente coberta de telhas de barro),

que torna o local sombreado, favorecendo inclusive o desenvolvimento de limo e fungos que por consequência, tornam a água com coloração esverdeada. Algumas ações realizadas no passado modificaram as características de sua construção original, a construção de escadas com uso de pedras para facilitar o acesso em seu interior e o uso de uma camada de piche para manter o local limpo trazem perdas ao Patrimônio Histórico Cultural de São Borja. (RODRIGUES, 2011) Essas manutenções, realizadas sem o devido reconhecimento da importância histórica destes elementos patrimoniais, acabam por não contribuir para sua preservação.



Figura 28: Fonte de São Pedro  
Fonte: acervo do autor (2019)

### **2.8.2 A Fonte de São João Batista**

A Fonte de São João Batista (Figura 29), localizada a Rua Bomplan é atualmente um local preservado principalmente por ser o ponto de chegada da procissão realizada durante a festa de “São Joãozinho Batista”, como chamam os populares. A colaboração dos moradores é fundamental para a preservação da fonte, já que muitas pessoas estabeleceram suas residências no terreno de acesso à fonte.



Figura 29: Fonte de São João Batista  
Fonte: acervo do autor (2019)

A procissão realizada na noite do dia 23 de junho, em homenagem a São João Batista, conforme a tradição popular local, tem se mantido apesar das mudanças ocorridas com o passar do tempo. A tradição atual preserva a procissão e o “banho do santo”. No entanto, o percurso foi alterado, pois a imagem de São João Batista deixou de ser banhada na “Praça da Lagoa” para ser banhada na fonte que leva seu nome.

A procissão não passa mais em frente à Igreja Matriz, onde anteriormente o padre realizava a bênção sobre os fiéis durante o festejo. Os cantos de louvação seguem até que a imagem de São João Batista retorne à casa da festeira no bairro Paraboi, em São Borja.

Segundo Retamozo *et al.* (2015), a procissão de São João Batista, em São Borja, surge com:

[...] a promessa de uma viúva que teve seu filho único levado à Guerra do Paraguai (1964-1870). A promessa da viúva era de que seu filho voltasse ileso do confronto, se tal pedido fosse aceito, todos os anos faria uma festa em honra ao santo. Com o filho de volta à sua mão trazendo na bagagem uma estatuazinha de madeira encontrada nos campos de batalha, justamente de São João Batista, começou a festa que se estende até os dias de hoje, porém se incorporaram a procissão vários elementos profanos.” (RETAMOZO *et al.*, 2015, p. 38)

A festa em homenagem a São João Batista teria começado após o término da Guerra do Paraguai, segundo Rillo e O’Donnell (2004, p. 58), “essa mulher passou a “festar” São João em sua casa – um rancho supõe-se, em algum local nos subúrbios da pequena Vila de então, em zona onde apenas viviam pobres e desertados de bens materiais.” O autor também afirma não saber os motivos que levaram à festa transformar-se em procissão e, tampouco, os motivos para que a imagem fosse banhada durante a procissão.

As comemorações ocorridas no mês de junho em todo o país têm seu início com Santo Antônio, no dia 13, após comemorar-se São João Batista, no dia 24 e, por fim, São Pedro no dia 29. Mesmo não contendo os elementos de uma prática religiosa executada no estado do Rio Grande do Sul, a procissão de São João Batista, realizada anualmente em São Borja, desperta a atenção de católicos, umbandistas e outras pessoas da comunidade. As características atuais da procissão a qualificam como uma festa profana.

As Festas Folclóricas apresentam caráter ideológico, conservando a memória coletiva de um grupo de indivíduos. Os símbolos, alegorias e até mesmo vestimentas, fazem parte dos elementos culturais do tema ou da região onde a festa está inserida. De acordo com Funari e Pinsky (2009) as festas católicas populares brasileiras são divididas em três tipos, de acordo com três componentes estruturais:

- Religiosos – ministrados por sacerdotes ou por pessoas autorizadas pela igreja, como missa, procissão, bênção, novena e reza;
- Profano-religiosos – ministrados por leigos com aprovação do sacerdote homenageando as figuras sacras, de modo alegre e festivo: levantamento do mastro, bailado como congado, Folia de Reis, Império do Divino do Rosário, Pastorinhas;
- Profanos – têm caráter de diversão. Visam segurar os visitantes nas festas: leilões, danças, comidas, barraquinhas e folguedo de Judas, Bumba-meu-boi, Pau-de-sebo, cavalhada e outros. (FUNARI e PINSKY, 2009, p. 38)

Assim, as festas juninas, que no Sudeste homenageiam Santo Antônio, São João e São Pedro, assim como em São Borja, perderam componentes religiosos, mas mantêm os bailados, a queima de fogos e as comidas típicas regionais. Em São Borja a procissão de São João Batista tem conservado mais elementos profanos à medida que perdeu elementos religiosos como exemplos a organização da procissão antes realizada pela paróquia e a bênção do padre aos participantes da procissão.

## **2.9 Tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação no turismo**

Atualmente, o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contribui para evolução dos meios de transporte, locação de veículos, reserva de hospedagem, divulgação de destinos turísticos e comercialização de pacotes de viagens. O uso de sistemas e aplicativos permite o processamento de uma infinidade de informações, promovendo a comunicação entre prestadores de empresas produtoras de bens e serviços, organismos públicos e usuários de serviços turísticos.

As TICs contribuem para a evolução das políticas públicas, programas governamentais e demais ações nos mais diversos setores da economia brasileira.

Ao referir-se às novas tecnologias, Bissoli (1999) afirma que:

As novas tecnologias oferecem possibilidades de racionalidades e procedimentos de trabalho mais simples, fáceis e seguros, além de representar um instrumento de controle de qualidade. A informática é uma ferramenta para o profissional de turismo. Atualmente ela está presente em muitas das atividades cotidianas, e não poderia deixar de estar no setor de turismo, onde facilita significativamente atividades como planejamento e desenvolvimento turístico, hotelaria e agências de viagens. (BISSOLI, 1999, p. 15)

Assim, o uso das TICs pode melhorar o controle na administração de projetos, cálculos e na geração de relatórios, potencializando o trabalho dos envolvidos no processo decisório. Novos instrumentos de venda e *marketing* digital atingem públicos cada vez mais distantes, através da *internet*.

Bissoli (1999) afirma que:

O ambiente moderno possibilita um desempenho ou resultado profissional positivo, como: economia de mercado, competição acirrada, busca por maior produtividade, informações de natureza decisória imediatas, processo rápido de tomada de decisão, o cliente como objeto final e estratégia bem definida para um crescimento balanceado. (BISSOLI, 1999, p. 65)

O uso das TICs possibilita a divulgação de um maior número de informações capazes de influenciar a tomada de decisão, seja na esfera pública ou na privada. A viabilização do planejamento turístico voltado a atender públicos cada vez mais exigentes, em um mercado cada vez mais competitivo. A tecnologia aplicada aos espaços públicos de turismo permite o desenvolvimento de novas formas de experimentação da cidade, devido às formas de informação e comunicação utilizadas para esse fim.

### **3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A abordagem da pesquisa utilizou métodos que se valeram do estudo bibliográfico e documental e pesquisa de campo. Assim, foi possível compreender a importância da acessibilidade nos espaços públicos de turismo, identificar a legislação, as políticas públicas e a ação da administração pública na gestão do turismo. Ao avaliar cada atrativo turístico se buscou identificar sua representatividade quanto a história e identidade cultural.

Para Gil (2008, p. 27), as pesquisas dessa natureza têm como objetivo “a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Logo, foi através da pesquisa exploratória, que se realizou o estudo de caso e a avaliação da acessibilidade dos espaços públicos de turismo na cidade de São Borja (Figura 30).

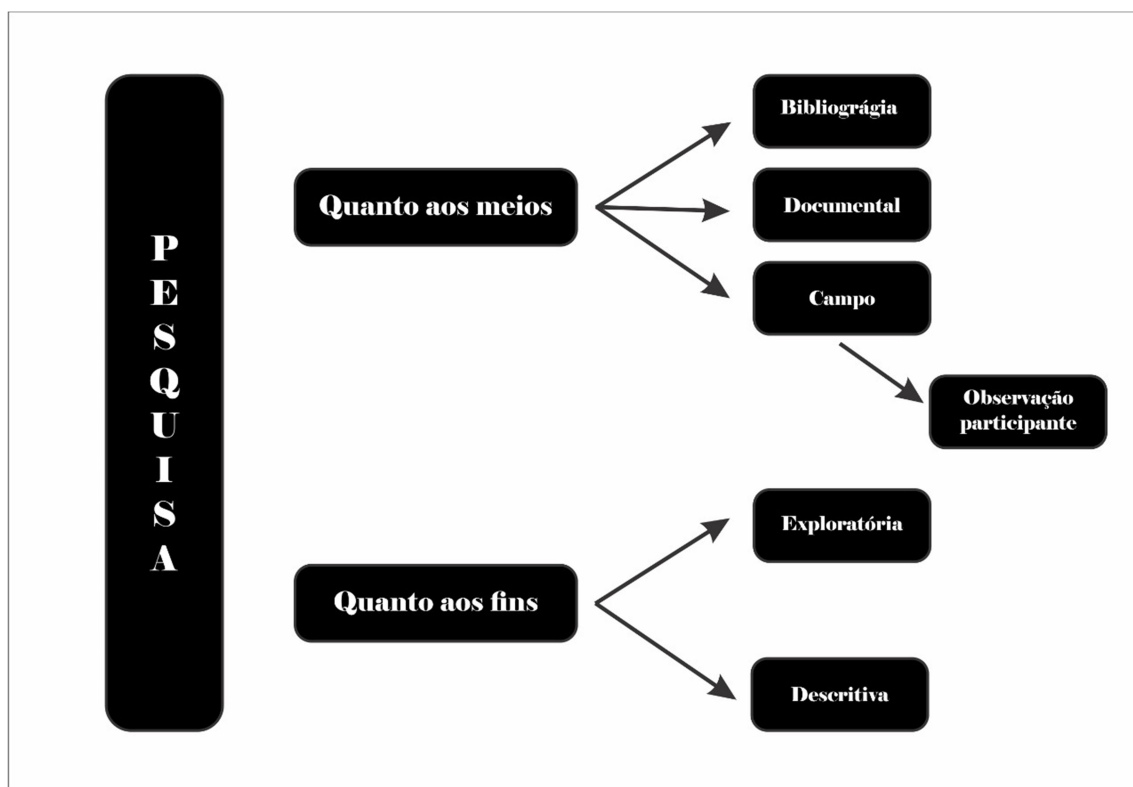


Figura 30: Metodologia da Pesquisa  
 Fonte: Araújo (2020) com base em Vergara (2006)

De acordo com Stufflebean (2001),

[...] o estudo de caso analisa o programa em sua área geográfica, cultural, contextos organizacionais e históricos, examinando atentamente suas operações e como utiliza insumos e processos para produzir resultados. Emprega vários métodos para obter e integrar múltiplas fontes de informação. O estudo de caso deve ser orientado para as questões de maior interesse para as principais audiências da avaliação. O avaliador deve, portanto identificar e interagir com as partes interessadas do programa. (STUFFLEBEAM, 2001, p. 34)

Assim, a pesquisa tratou do estudo sobre: Política Pública, Legislação e Avaliação o que permitiu a elaboração de um Relatório Técnico e o desenvolvimento de um aplicativo *mobile*. O Relatório Técnico está apresentado no formato PDF ou impresso, enquanto o aplicativo *mobile* está disponível na *Web*. O aplicativo apresenta informações sobre acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, um canal de comunicação entre o usuário e o administrador do aplicativo, *links* para os documentos e leis que justificam a pesquisa e uma galeria de fotos capazes de contribuir com informações qualificadas para os turistas.

A avaliação da acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo, na cidade de São Borja, proporcionou identificar os investimentos já realizados pela administração pública e avaliar a necessidade de implantar adaptações com o objetivo de cumprir com a legislação vigente. O padrão de qualidade estabelecido pela legislação guiou esse estudo.

A pesquisa de campo realizou coleta direta de dados pela aplicação do Roteiro de Inspeção e Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo MTUR (BRASIL, 2011, p. 18-22). Sendo eles: a) Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade: Dados Gerais da Organização/Estabelecimento; b) Roteiro de Inspeção – Verificação da Acessibilidade da Edificação; e, c) Roteiro de Inspeção – Verificação da Acessibilidade do Passeio Público. O roteiro encontra-se nos Anexos: 1, 2, 3, 4 e 5.

Através da utilização desse roteiro, foi possível identificar os investimentos já realizados pela administração pública. Constatou-se, também, que os recursos de acessibilidade são insuficientes para tornar acessíveis os espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, de acordo com a legislação vigente que estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados no projeto, construção, instalação e adaptação dos meios urbano e rural.

Como forma de coletar a impressão das pessoas que visitam os museus, foi aplicado o “Questionário: Acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja” (Apêndice 2), tendo sido elaborado a partir do “Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo” e disponibilizado para respostas espontâneas por um período de 30 dias, nos museus Apparício Silva Rillo, Museu Casa de Getúlio Vargas e Memorial João Goulart. Os resultados comprovaram os dados da pesquisa de campo, além de expor a falta de conhecimento da legislação vigente e dos termos técnicos incomuns ao cotidiano das pessoas não deficientes, mas que se apresentam extremamente importantes para elas e para as pessoas que atendem aos visitantes e turistas nos espaços públicos destinados ao turismo.

Foi possível notar a pouca ocorrência de visitantes que se declararam pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. No entanto, ao analisar suas respostas ao questionário, notou-se um conhecimento de termos técnicos e legais. Por fim, os questionários contribuíram para a pesquisa, demonstrando conhecimento por parte das pessoas que os responderam sobre o tema da pesquisa.

Para melhor ilustrar esta avaliação, buscar-se-á apresentar algumas das características relevantes pertencentes a cada um dos espaços públicos avaliados. Para tal, levou-se em consideração a análise dos dados coletados, através dos quais foi possível identificar a necessidade de maiores investimentos, para que os espaços públicos avaliados obtenham os recursos de acessibilidade necessários para melhor atender à pessoa com deficiência.

De acordo com a pesquisa, na legislação vigente o gestor público tem a necessidade de adotar medidas ao construir ou requalificar as edificações, para que elas tenham os requisitos mínimos de acessibilidade a fim de às atender. No entanto, não se deseja aqui realizar uma

avaliação métrica rigorosa com base nos princípios da engenharia civil, de acordo com a ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 16537, mas sim utilizá-la como referencial do padrão de qualidade a ser seguido, para ser utilizado junto às demais leis que concedem direitos à pessoa com deficiência favorecendo a tomada de decisões por parte dos gestores públicos.

### **3.1 Relatório Técnico – “Tur Acessível São Borja”**

O Relatório Técnico apresentará a avaliação da acessibilidade dos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, utilizando a descrição dos recursos de acessibilidade existentes nos espaços públicos e imagens, para melhor ilustrar a própria avaliação realizada. Optou-se por apresentar a avaliação utilizando quadros que proporcionam comparativos dos espaços públicos com relação aos itens avaliados.

Utilizou-se, também, ilustrações para apontar algumas das sugestões apresentadas no relatório. Por fim, incluiu-se uma lista de palavras e suas definições, a partir da ABNT NBR 9050, indispensáveis à melhor compreensão da avaliação realizada. Para melhor localização as definições foram incluídas no Apêndice 3 - Definições.

#### **3.1.1 Avaliação da acessibilidade nas praças e parques de São Borja**

Na Praça XV de Novembro, os recursos de acessibilidade, em sua maioria, são existentes. Porém, não apresentam a qualidade necessária para fornecer acessibilidade com autonomia e segurança em todos os itens avaliados. A presença de pisos táteis é limitada ao piso de alerta no entorno da praça não possuindo pisos táteis direcionais em toda a sua extensão. As placas verticais foram fixadas sob o piso tátil, tornando-se obstáculos. As calçadas internas da praça carecem de requalificação e os tratamentos de desníveis também não correspondem ao desejável, apesar de ser possível identificar alguns recursos de acessibilidade já implantados.

Atualmente, há dois sanitários acessíveis, destinados às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Possui área de transferência para a bacia sanitária com barras horizontais na lateral e no fundo, para apoio e transferência, afixadas a oitenta centímetros do piso conforme especificado na ABNT NBR 9050.

Em especial, na praça XV de Novembro, as rampas de acesso apresentam dimensões adequadas (Figura 31), o Símbolo Internacional de Acessibilidade (SAI) e pisos táteis de alerta. Apresentam faixas de segurança bem sinalizadas, com manutenção periódica que normalmente são respeitados pelos condutores de veículos.





Figura 31: Rampa, pisos táteis e faixas de segurança na Praça XV de Novembro  
Fonte: acervo do autor (2018)

A sinalização indicativa externa, tanto para pedestres como para veículos, é de fundamental importância para os espaços públicos de turismo. O poder público local é responsável pela fixação de placas indicativas. O Conselho Nacional de Trânsito é o órgão oficial que normatiza a sinalização em espaços públicos.

As placas e sinais de trânsito colaboram para a circulação das pessoas, na Praça XV de Novembro há uma vaga de estacionamento para pessoas com deficiência e uma vaga para idosos, ambas com placa de sinalização vertical (Figura 32), localizadas em frente à prefeitura municipal.



Figura 32: Sinalização na Praça XV de Novembro  
Fonte: acervo do autor (2018)

A Praça Deputado Maurício Goulart Loureiro (Figura 33), possui uma única edificação, um sanitário público, atualmente em péssimo estado de conservação, carece de requalificação em seu interior, instalação de equipamentos e pintura externa. Apresenta falta de divisórias, equipamentos com defeito e falta de acessórios para acessibilidade.

A praça não possui sinalização tátil ou sinalização Braille. Possui um telefone público, porém, sem recursos de acessibilidade. Há rampas de acesso em duas esquinas da praça, no entanto são inadequadas, por não possuir as medidas exigidas pela ABNT NBR 9050 ou possuem obstáculos, diminuindo a autonomia e a segurança para as pessoas com deficiência, na condição de mobilidade reduzida ou pessoa em cadeira de rodas.



Figura 33: Rampa e faixa de segurança na Praça Deputado Maurício Goulart Loureiro  
Fonte: acervo do autor (2018)

No Parque Esportivo General Vargas, os recursos de acessibilidade, são existentes, porém não apresentam a qualidade necessária, de acordo com as exigências da ABNT NBR 9050. Um exemplo dessa falta de qualidade está representado na Figura 34, onde a rampa construída sem contemplar os requisitos da ABNT, conduz o pedestre ou a pessoa em cadeira de rodas a uma faixa de segurança que se encerra na guia do canteiro em frente ao posto de serviços automotivos. A autonomia e a segurança dos recursos de acessibilidade devem acolher a pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida de um local seguro e acessível até outro seguro e acessível, formando uma rota. Verificou-se também a existência de obstáculos próximos às rampas, falhas nas grades de escoamento de águas pluviais e a não disponibilidade de pisos táteis.



Figura 34: Rampa e faixa de segurança no Parque Esportivo General Vargas  
Fonte: acervo do autor (2018)

No local não há banheiros construídos em alvenaria, há apenas dois banheiros químicos, construídos de fibra e metal. Debaxo da arquibancada construíram-se escritórios administrativos para o departamento de esporte da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Neste local, há dois banheiros que são colocados à disposição do público feminino, para uso durante eventos, enquanto o público masculino permanece utilizando banheiros químicos, na área externa.

A sinalização e as placas de trânsito são parcialmente existentes, podendo ser realizadas melhorias e ampliação do seu uso, para melhor comunicação. Há uma vaga reservada a pessoas com deficiência e duas vagas para idosos, ambas com sinalização vertical. Não possui telefone nos limites do parque.

A Praça Manuel do Nascimento Vargas possui guias de concreto para delimitar a pista de rolamento de veículos, porém não há calçadas no entorno e no interior da praça. A praça não possui rampas acessíveis de acordo com a ABNT NBR 9050. O piso é recoberto por grama e apresenta desníveis, como se observar na Figura 35. A praça não possui banheiro de uso público, nem piso tátil ou sinalização Braille. Não há vagas reservadas para pessoas com deficiência ou para idosos. O local pode ser explorado pelo turismo, devido aos equipamentos existentes, entre eles a Estação Férrea, o arquivo municipal, o mercado público e os murais que retratam a Guerra do Paraguai. No entanto, seria necessário realizar investimentos em mobilidade urbana e implantação de recursos de acessibilidade.



Figura 35: Piso de grama na Praça Manoel do Nascimento Vargas  
Fonte: acervo do autor (2018)

A Praça Manoel do Nascimento Vargas, espaço público que se ateuve a análise, é o meio onde ocorre a recepção dos visitantes, é nele que turistas e visitantes utilizam parte de seu tempo, identificam o lugar, seus personagens, sua história, sua identidade cultura e valores. Esses espaços são gratuitos ou possuem um custo baixo para visitação. Neste espaço público, há a ação das pessoas envolvidas no atendimento ao público, devendo ter a sensibilidade de perceber as dificuldades e encontrar maneiras de saná-las, sem constranger as pessoas com deficiência, permitindo-lhes autonomia e dignidade, ao realizar a visitação em tais ambientes. A hospitalidade e a cordialidade devem ser constantes.

Nos Quadros 12, 13, 14 e 15, apresentar-se-á a avaliação da acessibilidade de acordo com o Resumo do Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade. A avaliação permite realizar comparações entre as praças e parques em estudo assim como, obter uma visão abrangente dos investimentos necessários.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Pça. XV de Novembro	Pça. Deputado Marcírio Goulart Loureiro,	Parque Complexo Esportivo General Vargas	Praça Manuel do Nascimento Vargas	Praça Assis Brasil
Acessos externos à edificação	Estado de conservação das calçadas	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
	Especificação do tipo de piso externo (calçadas)	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante
	Guias rebaixadas	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
	Rampas acessíveis	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada
	Sinalização tátil de alerta em interferências	Existente parcial	Inexistente total	Inexistente total	Inexistente total	Inexistente total
Acessos privados à edificação	Estado da conservação da circulação interna	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
	Especificação do tipo de piso (dentro do lote)	Antiderrapante e antitrepidante	Antiderrapante e antitrepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante
	Circulação e acessos	Parcialmente acessíveis	Parcialmente acessíveis	Parcialmente acessíveis	Parcialmente acessíveis	Parcialmente acessíveis

Quadro 12: Acessos a edificação  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

De acordo com a avaliação, percebe-se que as rampas existentes na Praça XV de Novembro, são adequadas. Nas demais praças, são inadequadas porque não cumprem com as medidas exigidas pela ABNT NBR 9050, o que não impede de serem utilizadas. No entanto, falham na autonomia e segurança das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida e, por consequência, falham na inclusão social. Essas pessoas deixam de frequentar locais que não possuem condições favoráveis a um deslocamento autônomo e seguro.

As praças avaliadas, em sua maioria, apesar de possuírem vagas de estacionamento para idosos e para pessoas com deficiência, não possuem vagas para estacionamento junto a passeio rebaixado (Figura 36) ou vagas para estacionamento em baias avançadas no passeio, recursos que contribuiriam para a segurança e autonomia das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. No entanto, esta prática de oferecer recursos de acessibilidade no passeio público não é comum nas cidades da região.

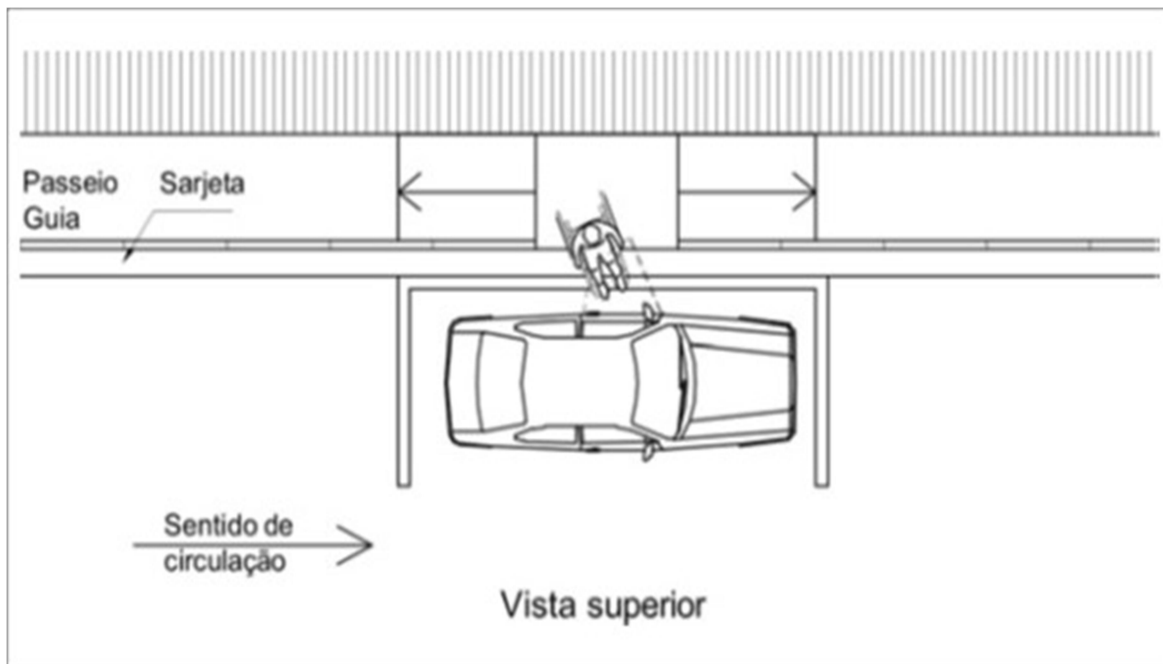


Figura 36: Vagas para estacionamento junto a passeio rebaixado  
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015, p. 63)

<b>Dados Gerais da Organização / Estabelecimento</b>		<b>Pça. XV de Novembro</b>	<b>Pça. Deputado Marcílio Goulart Loureiro,</b>	<b>Parque Complexo Esportivo General Vargas</b>	<b>Praça Manuel do Nascimento Vargas</b>	<b>Praça Assis Brasil</b>
<b>Sanitários</b>	<b>Quantidade de sanitários acessíveis</b>	Atende a recomendação legal	Exige requalificação e manutenção	Inferior ao mínimo legal	Não possui sanitários	Exige requalificação e manutenção
	<b>Localização de acordo com a edificação</b>	Rota acessível	Rota acessível	Localizado em rota não acessível	Não possui sanitários	Rota acessível
	<b>Disposição dos acessórios</b>	Parcialmente dentro da faixa de alcance	Exige requalificação e manutenção	Inexistente	Não possui sanitários	Exige requalificação e manutenção
	<b>Instalação das barras de apoio</b>	Existe local adequado apenas	Exige requalificação e manutenção	Inexistente	Não possui sanitários	Exige requalificação e manutenção
	<b>Largura da porta</b>	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm	Não possui sanitários	Entre 80 cm e 89 cm
	<b>Acessórios adequados da porta</b>	Inexistente	Exige requalificação e manutenção	Inexistente	Não possui sanitários	Exige requalificação e manutenção
<b>Autonomia e segurança</b>	<b>A edificação permite autonomia e segurança</b>	Possui autonomia e segurança	Possui autonomia e segurança, porém o local exige requalificação e manutenção.	Possui autonomia e segurança, porém o local exige requalificação e manutenção.	Possui autonomia e segurança, porém o local exige requalificação e manutenção.	Possui autonomia e segurança, porém o local exige requalificação e manutenção.
<b>Pisos táteis de alerta</b>	<b>A edificação possui pisos táteis de alerta</b>	Apenas em parte dos locais necessários	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário
<b>Pisos táteis direccionais</b>	<b>A edificação possui pisos táteis direccionais</b>	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário	Em nenhum local necessário

Quadro 13: Avaliação dos Sanitários  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

O Parque Complexo Esportivo General Vargas possui sanitários utilizados pelo Departamento de Esportes que são postos à disposição do público feminino, em dias de eventos. O público masculino utiliza banheiros químicos distribuídos no parque, de acordo com a necessidade do evento. A avaliação acima descreve características apenas do sanitário de uso feminino.

As Praças Deputado Marcílio Goulart Loureiro e Assis Brasil, estão em situação muito similar. Ambas possuem prédios em alvenaria, porém em péssimo estado de conservação e uso. De acordo com a ABNT NBR 9050, a requalificação destes deve contemplar requisitos de acessibilidade, promovendo a inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

A Praça Manuel do Nascimento Vargas não possui banheiros ou sanitários construídos. Nos dias em que ocorrem eventos são colocados à disposição do público banheiros químicos de acordo com a necessidade.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Pça. XV de Novembro	Pça. Deputado Marcílio Goulart Loureiro,	Parque Complexo Esportivo General Vargas	Praça Manuel do Nascimento Vargas	Praça Assis Brasil
Sinalização Braille	Sinalização em batentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes
	Sinalização em corrimão e circulações	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados
	Em mapas táteis	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados
Sinalização de equipamentos	Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis	Possui sinalização nos sanitários, rampas e vagas de estacionamento.	Possui sinalização nas rampas e vagas de estacionamento.	Possui sinalização nas rampas e vagas de estacionamento	Possui sinalização nas rampas e vagas de estacionamento.	Possui sinalização nas rampas e vagas de estacionamento.
Rampas, escadas e tratamento de desníveis.	Em qualquer tipo de desnível existente	Adaptados e utilizados, mas fora da exigência da NBR.	Adaptados e utilizados, mas fora da exigência da NBR.	Adaptados e utilizados, mas fora da exigência da NBR.	Adaptados e utilizados, mas fora da exigência da NBR.	Adaptados e utilizados, mas fora da exigência da NBR.

Quadro 14: Sinalização de equipamentos e tratamento de desníveis  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Embora o relevo da localização das praças seja plano, os aspectos da construção civil mantiveram pequenos desníveis que exigiram tratamento com uso de degraus, escadas e mesmo canais de escoamento de águas pluviais. O uso adequado de rampas com declividade aceitas pela ABNT NBR 9050, contendo corrimãos apropriados, são necessários para autonomia e segurança de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

A utilização de recursos de acessibilidade, como a sinalização Braille, os mapas táteis e a sinalização sonora, importantes para a pessoa com deficiência visual, são pouco utilizados na cidade. As construções recentes de prédios de instituições privadas e públicas têm mostrado um caminho a ser seguido na promoção da inclusão social. Alguns recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual são encontrados nos prédios do Fórum, da Promotoria de Justiça, da Universidade Federal do Pampa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e das agências bancárias que atuam no município.



Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Pça. XV de Novembro	Pça. Deputado Marcílio Goulart Loureiro,	Parque Complexo Esportivo General Vargas	Praça Manuel do Nascimento Vargas	Praça Assis Brasil
Estacionamento ou locais de embarque e desembarque	Sobre a existência do serviço	Local adequado para estacionamento	Local adequado para estacionamento	Local adequado para estacionamento	Local adequado para estacionamento	Local adequado para estacionamento
	Sobre a distância do acesso a edificação	Distância confortável dos sanitários	Distância confortável dos sanitários	Distância confortável do Departamento de Esportes e sanitários	Não possui edificação	Distância confortável do Ginásio Esportivo Cleto Dória Azambuja e sanitários
	Referente ao estacionamento	Possui sinalização vertical	Nenhuma sinalização	Possui sinalização vertical	Nenhuma sinalização	Nenhuma sinalização
Mobiliário, bebedouro, telefone acessível e TPS	Existência de mobiliário	Possui um telefone público convencional e um telefone público acessível	Possui um telefone público convencional	Possui um telefone público convencional fora dos limites do parque	Não existe telefone público	Não existe telefone público
Comunicação sonora para pessoas com deficiência	Comunicação sonora	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe

Quadro 15: Estacionamento, Mobiliário e Comunicação.

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Mesmo sem as guias rebaixadas para desembarque com segurança, as vagas para idosos e pessoas com deficiência, aliadas à existência de vias de pedestres em boas condições, tornam-se locais adequados ao desembarque. É imprescindível a atenção dada às sinalizações verticais, rampas de acesso e às faixas de segurança.

Os poucos telefones públicos que restam estão, na maior parte do tempo, com defeito ou em desuso. O crescente uso de aparelhos de telefonia móvel e a crescente comunicação através de redes sociais pela *internet* têm contribuído para a diminuição do uso destes equipamentos.

### 3.1.2 Avaliação da acessibilidade nos museus de São Borja

Durante a restauração e a ampliação do Museu Getúlio Vargas, reinaugurado em 3 de julho de 2015, foi construído um prédio para sua administração no qual foi devidamente depositada uma reserva técnica de aproximadamente 1.050 livros e documentos pertencentes a Getúlio Vargas e uma biblioteca contendo inúmeras obras que relatam a trajetória social e política dele. Esse acervo pode ser consultado por estudantes e pesquisadores, mediante agendamento, enquanto que as demais obras da biblioteca são de livre acesso ao público. O prédio da Administração do Museu possui dois andares, fato que exigiu a construção de escadas e instalação de um elevador permitindo a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Observa-se neste museu, a sala que contém a urna que foi utilizada, temporariamente, para guardar os restos mortais do ex-presidente. Esta sala apresenta um pequeno desnível que dificulta o acesso das pessoas em cadeira de rodas, fato que poderia ser perfeitamente resolvido com uma rampa móvel capaz de ser utilizada sem prejuízo aos demais visitantes e sem alterar a condição do piso original, também preservado pelo tombamento do prédio. No entanto, uma vez resolvido o acesso, essa pessoa teria dificuldades em realizar a rotação de 180° para retornar, pois o espaço é menor que o recomendado pela ABNT NBR 9050 (p. 8) que é de um metro e meio, havendo a necessidade de realocar a mobília neste ambiente.

Em sua parte externa, o museu tem sua acessibilidade prejudicada, pois não há uma calçada rebaixada que promova a concordância de nível entre a calçada e o carroçável da Avenida Presidente Vargas. Não há rampas de acesso entre o carroçável das vias e o passeio público destinado aos pedestres, nem mesmo uma faixa de segurança, que se houvessem, poderia facilitar o acesso ao museu. No interior dos museus de São Borja não há mapas ou sinalizações táteis, ou informações utilizando sinalização Braille nos locais indicados na ABNT NBR 9050.

Durante a ocorrência de fortes ventos houve o desprendimento e queda de parte da fachada do Museu Getúlio Vargas, devido a isto, a porta principal de acesso não está sendo utilizada, assim a rampa de que leva a porta lateral passa a ser o acesso principal ao prédio, o que torna todos os visitantes iguais não havendo distinção quanto à acessibilidade. Esta edificação é térrea e não possui degraus em seu interior, o que permite fácil circulação de pessoas com deficiência ou na condição de mobilidade reduzida.

No prédio da Administração, os sanitários destinados ao uso público possuem dois boxes destinados às pessoas com deficiência. Possuem área de transferência para a bacia sanitária (Figura 37), barras horizontais na lateral e no fundo, para apoio e transferência, afixada a oitenta

centímetros de altura do piso conforme especificado na NBR 9050, e barras horizontais na pia e nas portas dos respectivos boxes.



Figura 37: Sanitários acessíveis no Museu Getúlio Vargas  
Fonte: acervo do autor (2014)

O piso trepidante das calçadas externas e as rampas nos museus de São Borja não são impedimento para pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida. No entanto, uma pessoa com mobilidade reduzida, incapaz de subir degraus de escadas ou em cadeira de rodas, encontrará dificuldades no Memorial Casa de João Goulart, que apresenta três degraus em seu acesso principal. No interior do imóvel, há três degraus de escada que levam a uma varanda. A visita poderá ser feita acessando primeiramente o jardim, recoberto por gramado e utilizando-se as calçadas internas que levam à rampa de acesso lateral (Figura 38). Esse caminho leva ao primeiro cômodo da casa, na entrada principal e, a partir daí visitar outros ambientes, devendo-se sair e retornar por onde entrou e acessar novamente o prédio através da própria varanda ou de uma sala em mesmo nível, com acesso para o jardim. Somente assim é possível visitar, de maneira autônoma, todos os cômodos da casa onde viveu o ex-presidente. Nesta varanda, junto à cozinha ocorrem exposições, projetos culturais e oficinas de música. O ambiente dispõe de um piano de cordas que pertenceu à família de João Goulart.

O sanitário, no interior da casa, não é adaptado. Porém uma pessoa com deficiência pode utilizar outro sanitário adaptado, existente no interior da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer anexo ao Memorial João Goulart. A porta possui largura entre oitenta e noventa centímetros de largura, o espaço interno permite a transferência com uso das barras de

apoio existentes junto à bacia sanitária. A rota não é acessível devido à necessidade de atravessar o jardim recoberto pelo gramado mantido com grande cuidado e limpeza.



Figura 38: Rampa de acesso à entrada principal do Memorial João Goulart  
Fonte: acervo do autor (2018)

O Museu Apparício Silva Rillo é construído em um único pavimento, o que não gera maiores dificuldades de locomoção a pessoas com deficiência, e divide o mesmo prédio da Biblioteca Municipal. É o único que dispõe de um local capaz de acomodar grupos de visitantes durante a espera pela visita, pelo fato de haver um espaço maior destinado aos usuários da biblioteca.

A visita em pequenos grupos favorece pessoas com mobilidade reduzida, dando-lhes oportunidade de desfrutar de uma boa visita de contemplação das obras da estatuária missioneira pertencentes à exposição permanente do museu. É frequente a existência de exposições temporárias como a realizada por Fernando Rodrigues em novembro de 2019 que apresentou o tema: Exposição Itinerante - Identidade e Imaginária jesuítico-missioneira da Redução de São Francisco de Borja. Altares particulares da idolatria ao fogo.

Conforme a Figura 39, observamos que no acesso principal ao Museu Municipal Apparício Silva Rillo, a entrada principal do museu possui rampa de acesso, ligando o passeio externo ao seu interior. O piso é trepidante e antiderrapante, porém, sem corrimãos em suas laterais, diminuindo a segurança de acesso.



Figura 39: Rampa de acesso ao Museu Municipal Apparício Silva Rillo  
Fonte: acervo do autor (2018)

O museu apresenta sanitários adaptados, porém não que contemplam todos os itens exigidos pela ABNT NBR 9050, pois mantém armários em seu interior, utilizando o espaço de transferência reservado para pessoas em cadeira de rodas. Também não possui barras de apoio vertical e horizontal nem espelhos inclinados e maçanetas do tipo alavanca.

Há existência de faixas de travessia de pedestres com rampas, porém, não possuem as medidas, de acordo com a ABNT NBR 9050, apresentando irregularidades no piso ou na ligação entre a rampa e o carroçável da via, onde deveria haver uma faixa de segurança. Nos museus Casa de Getúlio Vargas e Museu Municipal Apparício Silva Rillo há uma vaga reservada para pessoas com deficiência e uma vaga para idosos, ambas com sinalização vertical e Sinalização Internacional de Acessibilidade (SAI) (Figura 40), o que colabora para a circulação das pessoas e para o trânsito de veículos.



Figura 40: Sinalização frente ao Museu Casa de Getúlio Vargas  
Fonte: acervo do autor (2018)

O Museu Ergológico de Estância apresenta jardins e calçadas com degraus e obstáculos que dificultam a locomoção de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, o que não impede a visita com auxílio de um acompanhante. De acordo com a Figura 41, identificam-se calçadas com pisos táteis, sinalização vertical e existência de faixas de segurança externas à edificação. O local é constantemente visitado por pessoas que se encantam com a paisagem do lugar e aproveitam para descansar e passear pelos jardins. Possui reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para idosos com uso de SAI.



Figura 41: Vista parcial do jardim e da fachada do Museu Ergológico da Estância  
Fonte: acervo do autor (2018)

O Museu Espaço Cultural Brigadeiro João Manoel Menna Barreto, localizado no interior do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada, utiliza-se da estrutura física do regimento em todos os seus aspectos, desde o estacionamento, a recepção, as calçadas externas e internas. No interior do regimento encontra-se a Praça Capitão Lago “Herói da Resistência de São Borja” localizada em rota acessível a “Sala Histórica Leocádio das Chagas” (Figura 42), sala esta que abriga o acervo do memorial. O estacionamento, no interior do regimento, contém placas de sinalização de trânsito e vagas para pessoas com deficiência e para idosos. Utiliza tecnologias para ampliar o conteúdo histórico e documental do memorial, através de uma tela interativa, possibilitando acesso a textos, documentos e vídeos relativos à história do regimento, do memorial e de seu patrono, da Força Expedicionária Brasileira, entre outros temas afins.



Figura 42: Vista parcial da Praça Capitão Lago “Herói da Resistência de São Borja”  
Fonte: acervo do autor (2019)

Há uma rampa de acesso ao prédio, que carece de adaptação, com uso de corrimão. A caminho do museu estão os sanitários, que não possuem recursos de acessibilidade, porém seu mobiliário permite adaptação com ampliação das aberturas das portas e a criação de área de transferência com a colocação de barras verticais e horizontais.

As calçadas externas e internas são antiderrapantes e trepidantes, porém no interior do prédio elas passam à condição de antiderrapante e antitrepidante. A porta de acesso ao museu possui largura superior a um metro, quando totalmente aberta e o espaço interno permite uma boa locomoção entre a exposição e os móveis favorecendo a visitação e a contemplação dos artefatos ali expostos.

Estes locais devem receber melhorias na infraestrutura de acordo com a legislação vigente para que possam oferecer produtos e serviços de qualidade. Caberá à administração pública promover a implantação de recursos de acessibilidade necessários para que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida possam exercer o direito de ir e vir com autonomia e segurança, o que é indispensável para sua inclusão social e que possibilitem a prática de atividades salutaras relacionados ao lazer e turismo na cidade de São Borja.

Nos Quadros 16, 17, 18 e 19, estão expostas as avaliações da acessibilidade, de acordo com o Resumo do Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade. Ela permite realizar comparações entre os museus em estudo e a ter uma visão abrangente dos investimentos a serem realizados.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância	Memorial João Manuel Mena Barreto
Acessos externos à edificação	Estado de conservação das calçadas	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
	Especificação do tipo de piso externo (calçadas)	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante
	Guias rebaixadas	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada
	Rampas acessíveis	Adequadas	Adequada	Adequada	Parcialmente adequada	Adequada
	Sinalização tátil de alerta em interferências	Inexistente total	Existente parcial	Inexistente total	Existente parcial	Inexistente total
Acessos privados à edificação	Estado da conservação da circulação interna	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
	Especificação do tipo de piso (dentro do lote)	Antiderrapante e antitrepidante	Antiderrapante e antitrepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante
	Circulação e acessos	Acessíveis	Acessíveis	Parcialmente acessíveis	Acessíveis	Acessíveis

Quadro 16: Avaliação dos acessos externos e internos dos museus de São Borja  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Os acessos internos e externos são formados por calçadas e rampas que conduzem as pessoas das vias de pedestres ao interior dos museus. A instalação de guias rebaixadas poderá contribuir para a segurança no embarque e desembarque.

A instalação de barras de apoio e corrimãos junto às rampas de acesso do Museu Apparício Silva Rillo e do Museu Ergológico da Estância, poderão contribuir para a segurança e autonomia das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. De acordo com a Figura 43, os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.



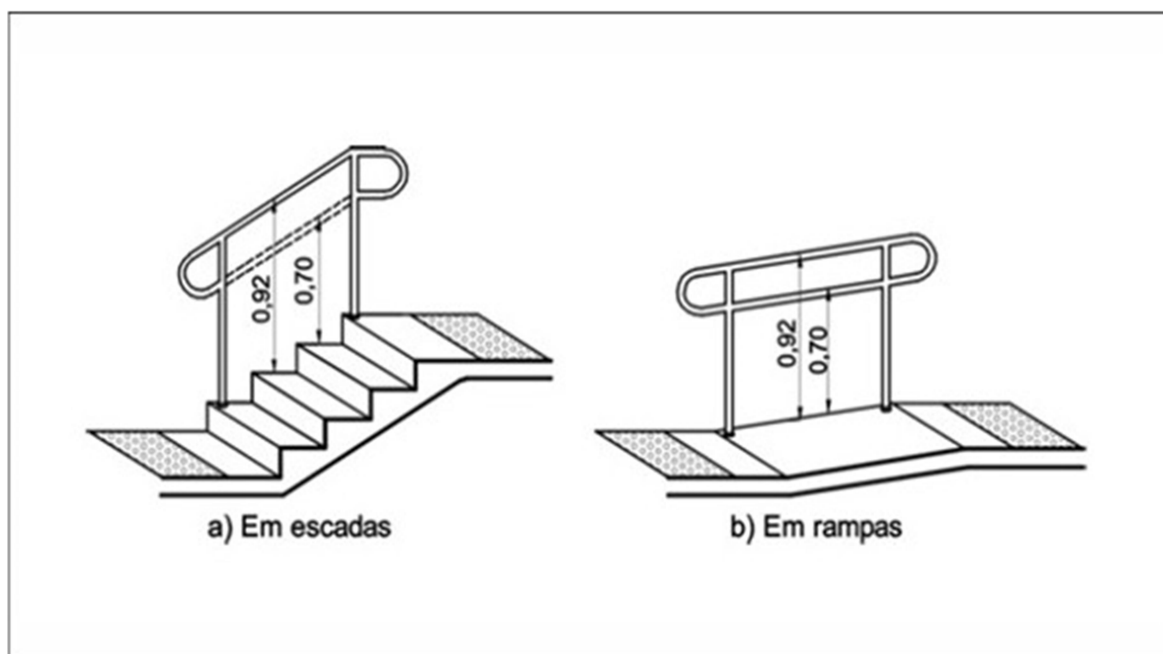


Figura 43: Altura dos corrimãos em rampas e escadas - exemplos  
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015, p. 47)

A avaliação da circulação e acessos privados à edificação demonstrou que os museus são acessíveis internamente por permitirem o livre deslocamento das pessoas entre os cômodos e os artefatos em exposição. O Memorial João Goulart foi considerado parcialmente acessível, devido à existência de três degraus em seu interior, o que impossibilita o acesso a pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, do acesso principal até a varanda e a cozinha da casa.

Por se tratar de um prédio tombado pelo IPHAN não é permitido realizar requalificações em sua estrutura interna. Foram, então, colocadas rampas externas que permitem o acesso através do jardim o que possibilita visitação em todos os cômodos da casa que pertenceu ao ex. presidente João Goulart.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância	Memorial João Manuel Mena Barreto
Sanitários	Quantidade de sanitários acessíveis	Atende a recomendação legal	Atende a recomendação legal	Atende a recomendação legal	Inferior ao mínimo legal	Inferior ao mínimo legal
	Localização de acordo com a edificação	Está em rota acessível	Está em rota acessível	Esta em rota não acessível	Está em rota acessível	Está em rota acessível
	Disposição dos acessórios	Dentro da faixa de alcance	Dentro da faixa de alcance	Dentro da faixa de alcance	Dentro da faixa de alcance	Dentro da faixa de alcance
	Instalação das barras de apoio	Não possui barras de apoio	Possui barras de apoio nos sanitários e lavatórios	Apenas um sanitário possui barras de apoio	Não possui barras de apoio	Não possui barras de apoio
	Largura da porta	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm	Entre 80 cm e 89 cm
	Acessórios adequados da porta	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Autonomia e segurança	A edificação permite autonomia e segurança	Em todos os equipamentos e atividades	Em todos os equipamentos e atividades	Em todos os equipamentos e atividades	Em todos os equipamentos e atividades	Em todos os equipamentos e atividades
Pisos táteis de alerta	A edificação possui pisos táteis de alerta	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Pisos táteis direcionais	A edificação possui pisos táteis direcionais	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Quadro 17: Avaliação dos sanitários dos museus de São Borja

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

O Museu Casa de Getúlio Vargas possui sanitários acessíveis à disposição do público masculino e feminino, localizados junto ao prédio administrativo anexo ao museu, que possuem os recursos de acessibilidade necessários para proporcionar segurança e autonomia às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O Memorial João Goulart possui um sanitário acessível, atualmente com indicação para uso masculino. O de uso feminino não apresenta recursos de acessibilidade. Os sanitários à disposição do público são localizados junto à Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer localizado em prédio anexo ao memorial. A rota que liga o museu aos sanitários oferece dificuldades devido à grama do jardim, a desníveis e irregularidades no piso.

O Museu Municipal Apparício Silva Rillo possui sanitários em boas condições, porém, não foram construídos recursos de acessibilidade. O espaço para barras está sendo utilizado por um armário de serviço. Sua simples remoção não é suficiente para a promoção da acessibilidade,

pois junto às bacias sanitárias deveria haver áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal (Figura: 44), com a instalação das barras de apoio para proporcionar segurança e autonomia às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

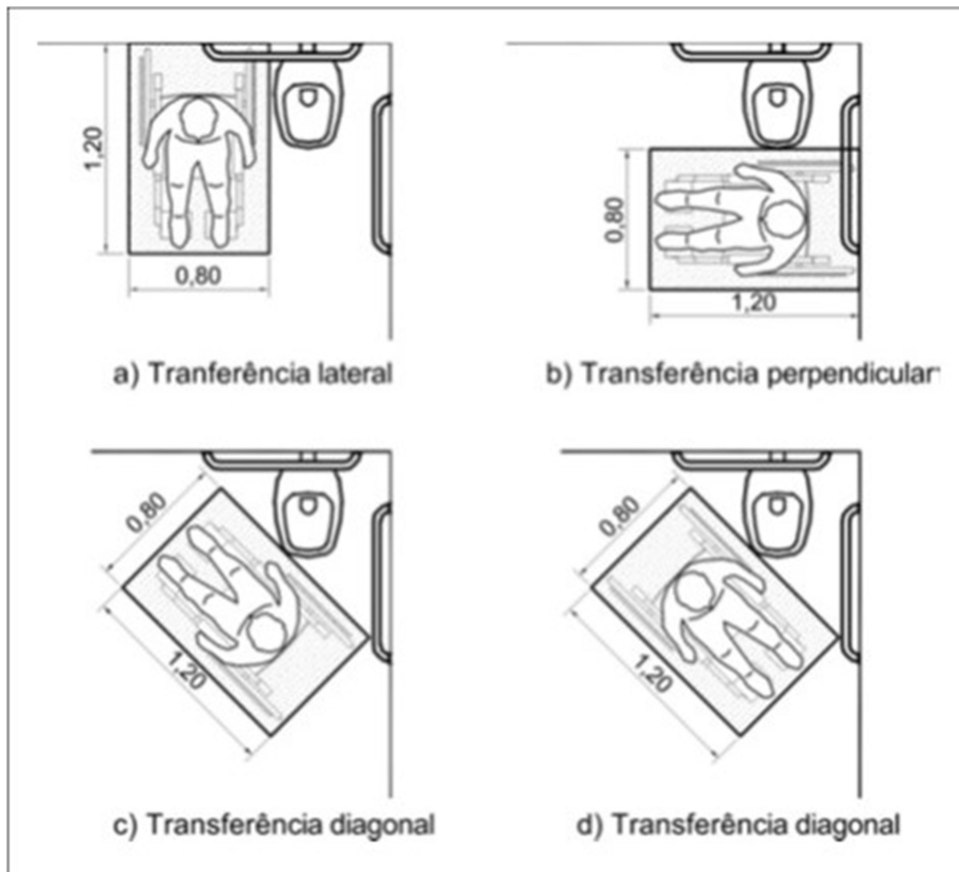


Figura 44: Áreas de transferência para bacia sanitária  
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015, p. 66)

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância	Memorial João Manuel Mena Barreto
Sinalização Braille	Sinalização em batentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes	Em nenhuma das portas existentes
	Sinalização em corrimão e circulações	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados
	Em mapas táteis	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados	Em nenhum dos locais indicados
Sinalização de equipamentos	Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis	Existe sinalização junto aos sanitários	Existe sinalização junto aos sanitários	Existe sinalização junto aos sanitários	Não existe sinalização em equipamentos	Não existe sinalização em equipamentos
Rampas, escadas e tratamento de desníveis.	Em qualquer tipo de desnível existente	Todos os desníveis são tratados adequadamente	Todos os desníveis são tratados adequadamente	Os desníveis são tratados em parte	Os desníveis são tratados em parte	Os desníveis são tratados em parte

Quadro 18: Sinalização de equipamentos e tratamento de desníveis

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Os museus de São Borja têm rampas e desníveis que representam dificuldades às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Em todos os museus há tratamento de desníveis que permitem a visitação e contemplação de elementos da história e do patrimônio cultural. No entanto, identifica-se a necessidade de aprimoramento de tais recursos, utilizando os meios e as medidas em conformidade com a legislação, em especial a ABNT NBR 9050. Os museus Apparício Silva Rillo e Casa de Getúlio Vargas apresentam tratamentos de desníveis adequados. No Memorial João Goulart a rota que conduz ao sanitário acessível necessita de melhorias que podem ser realizadas com a construção de uma calçada ligando o memorial à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O Símbolo Internacional de Acessibilidade – SAI é atualmente utilizado nas portas dos sanitários enquanto a utilização de sinalização Braille, mapas táteis e a sinalização sonora, importantes para a pessoa com deficiência visual, não são utilizados nos museus da cidade. A utilização destes recursos de acessibilidade poderia contribuir para que pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida pudessem receber a devida atenção.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (2014), a sinalização e indicação interna deve informar sobre espaços, galerias, exposições, eventos, segurança, acessibilidade, serviços

disponíveis e os limites a serem respeitados. “Essas informações, fundamentais para a visita, precisam ser visíveis, legíveis, bem conservadas e bem iluminadas, de forma a contribuir para uma comunicação eficiente e uma visita agradável.” (IBRAM, 2014 p. 32)

A sinalização de segurança torna-se:

[...] imprescindível para o bom funcionamento dos museus e espaços culturais, essa sinalização compreende placas de extintores de incêndio, escadas e saídas de emergência, alertas sobre degraus e pisos escorregadios, entre outras que se façam necessárias. Além de garantir a maior segurança ao acervo e aos funcionários em casos de emergências, a sinalização em placas oferece maior tranquilidade ao visitante quanto à sua própria segurança. (IBRAM, 2014 p. 33)

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância	Memorial João Manuel Mena Barreto
Estacionamento ou locais de embarque e desembarque	Sobre a existência do serviço	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque
	Sobre a distância do acesso a edificação	Distância confortável do acesso principal	Distância confortável do acesso principal	Distância confortável do acesso principal	Distância confortável do acesso principal	Distância confortável do acesso principal
	Referente ao estacionamento	Estacionamento em via pública com sinalização vertical de reserva de vaga para pessoa com deficiência e idoso	Estacionamento em via pública com sinalização vertical de reserva de vaga para pessoa com deficiência e idoso	Estacionamento em via pública em área de estacionamento rotativo	Estacionamento em via pública com sinalização vertical de reserva de vaga para pessoa com deficiência e idoso	Estacionamento em área privada com sinalização vertical de reserva de vaga para pessoa com deficiência e idoso
Mobiliário, bebedouro, telefone acessível e TPS	Existência de mobiliário	Não possui um telefone público, bebedouro acessível e TPS	Não possui um telefone público, bebedouro acessível e TPS	Não possui um telefone público, bebedouro acessível e TPS	Não possui um telefone público, bebedouro acessível e TPS	Não possui um telefone público, bebedouro acessível e TPS
Comunicação sonora para pessoas com deficiência	Comunicação sonora	Existe somente luz de emergência sem sinal sonoro	Existe somente luz de emergência sem sinal sonoro	Existe somente luz de emergência sem sinal sonoro	Existe somente luz de emergência sem sinal sonoro	Existe somente luz de emergência sem sinal sonoro

Quadro 19: Estacionamento, mobiliário e comunicação  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

As praças e os museus de São Borja não possuem guias rebaixadas para desembarque com segurança. No entanto é possível identificar o uso de sinalização vertical para reservar vagas para

idosos e pessoas com deficiência, à exceção do Memorial João Goulart cujo desembarque pode ocorrer no jardim, caso necessário. As vias de pedestres apresentam boas condições de manutenção, contribuindo para a segurança no desembarque.

A comunicação e a sinalização sonora são realizadas através de recursos auditivos utilizados para chamar a atenção do ouvinte. De acordo com a ABNT NBR 9050, as rotas de fuga e as saídas de emergência devem ser sinalizadas com informações visuais e sonoras. Atualmente os museus possuem apenas luzes de emergência.

### 3.1.3 Avaliação da acessibilidade nas Fontes Missioneiras de São Borja

A Fonte de São João Batista e Fonte de São Pedro apresentam calçadas externas sem conservação apresentando desníveis e irregularidades, os locais também não dispõem de rampas de acesso e guias rebaixadas, como apresentado no Quadro 20. Também não receberam placas indicativas de reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para idoso.

O acesso interno à Fonte de São Pedro é de piso de chão recoberto de grama espontânea e apresenta irregularidades e desníveis que dificultam a mobilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. A fonte está coberta por um galpão e apresenta degraus que impedem maior aproximação. Não há ações de paisagismo, iluminação e locais de descanso.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Fonte de São João Batista	Fonte de São Pedro
Acessos externos à edificação	Estado de conservação das calçadas	Regular	Ruim
	Especificação do tipo de piso externo (calçadas)	Antiderrapante e trepidante	Antiderrapante e trepidante
	Guias rebaixadas	Inexistente	Inexistente
	Rampas acessíveis	inexistente	inexistente
	Sinalização tátil de alerta em interferências	Inexistente	Inexistente
Acessos privados à edificação	Estado da conservação da circulação interna	Regular	Regular
	Especificação do tipo de piso (dentro do lote)	Antiderrapante e antitrepidante	Antiderrapante e antitrepidante
	Circulação e acessos	Parcialmente acessível	Parcialmente acessível

Quadro 20: Avaliação dos acessos externos e internos as Fontes Missioneiras  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Ambas as Fontes Missioneiras não apresentam sanitários ou estruturas de apoio. A Fonte de São João Batista apresenta calçadas irregulares, com desníveis que representam dificuldades às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Ao se chegar à fonte, o piso é recoberto por grama natural. Por fim, conclui-se que Fontes Missioneiras de São Pedro e São João Batista não possuem recursos de acessibilidade que permitam mobilidade com autonomia e segurança às pessoas com deficiência.

### 3.2 Acessibilidade e Tecnologia: Aplicativo Mobile “Tur Acessível São Borja”

A tecnologia da informação tem a capacidade de contribuir com uma multiplicidade de áreas do conhecimento principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico cada vez mais influente na sociedade atual. De acordo com Keen (1993)

*[...] Information Technology Concept is more comprehensive than data processing, information systems, engineering distinction between Information Technology and Information Systems, restricting to the first expression only the technical aspects, while the second would correspond to issues related to the flow work, people and information involved. Other authors, however, use the term information technology covering both aspects, such as software, computer or hardware and software, as it also involves human, administrative and organizational aspects. (KEEN, 1993, p. 23)<sup>4</sup>*

Entende-se que a tecnologia da informação abrange o uso de computadores e sistemas operacionais, de sistemas para processamento de dados e software destinados à comunicação, jogos e entretenimento. É notório que, nos últimos anos, houve uma significativa popularização da utilização dos celulares inteligentes (*smartphones*), que realizam muitas operações, além da simples ligação telefônica entre dois aparelhos.

Com essa capacidade de diversificar, a utilização de dispositivos móveis, o campo de desenvolvimento de aplicações para as mais diversas áreas de conhecimento e difusão de informações, aumentou amplamente, nesses últimos tempos. Ao acordar, muitas pessoas já acessam a internet de dispositivos *mobile* para consultar redes sociais, contatos, aplicativos de notícias, financeiros e compras. Conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (LOURENÇO, 2014), os brasileiros passam cerca de 4 horas e 59 minutos diários conectados à *internet* por aparelhos *mobile*.

Os dispositivos móveis (*smartphone*) estão presentes no cotidiano das pessoas expandindo

---

<sup>4</sup> [...] O Conceito de Tecnologia da Informação é mais abrangente que processamento de dados, sistemas de informação, distinção de engenharia entre Tecnologia da Informação e Sistemas de Informação, restringindo à primeira expressão apenas os aspectos técnicos, enquanto o segundo corresponderia a questões relacionadas ao fluxo de trabalho, pessoas e informações envolvidas. Outros autores, no entanto, usam o termo tecnologia da informação que abrange ambos os aspectos, como software, computador ou hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, administrativos e organizacionais. (KEEN, 1993, p.23, tradução do autor)

sua capacidade de comunicação e interação com sistemas computacionais, independentemente de sua localização. Os *smartphones* proporcionam o uso de ferramentas diversas, sendo que muitas delas necessitam da Web para estar atualizadas enquanto que outras, já inseridas nos aparelhos, possuem aplicabilidade sem que haja uma conexão com *internet*.

O desenvolvimento de aplicações para *smartphones* traz o benefício de aproximar informações úteis através de equipamentos amplamente usados por todos. Segundo Corradi (2011) a ciência da informação de que se fala é apresentada da seguinte forma:

A ciência da informação tem como objeto de estudo a informação em distintos ambientes. Os estudos em ciência da informação direcionam-se aos processos de geração, coleta, transmissão, assimilação e uso da informação. Para a autora esses processos criam mecanismos capazes de otimizar o gerenciamento de informações por meio da utilização de novas tecnologias no estabelecimento de interfaces com diferentes disciplinas científicas. (CORRADI, 2011, p. 35)

O avanço da tecnologia nas últimas décadas está em constante evolução. Praticamente quase todas as residências possuem televisores, rádios, computadores e *smartphones*. De acordo com o IBGE (2019) há duzentos e trinta milhões de telefones celulares ativos no Brasil, o que contribui para justificar o desenvolvimento de um sistema mobile, que segue em desenvolvimento, com o intuito principal de difundir informações sobre este projeto de pesquisa.

O aplicativo em desenvolvimento está direcionado à plataforma *Android* e *iOS*, podendo ser instalado em *Smartphones* e *Tablets*. Seu desenvolvimento é devido à demanda observada pela comunidade acadêmica por um meio de comunicação capaz de proporcionar informações atualizadas e de qualidade à comunidade local e aos turistas.

A divulgação dessa pesquisa tem como objetivo a inovação e a utilização de máquinas e equipamentos desempenhando uma nova função, divulgando um produto técnico capaz de contribuir com a economia local e regional. De acordo com a Lei n. 10.973/2004, o termo inovação refere-se à introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a um produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. (BRASIL, 2004)

O processo de desenvolvimento desse software, por meio de métodos convencionais de *Software Engineering*, partiu do levantamento de requisitos, com base em análise da pesquisa de campo já existente, apresentada no início deste trabalho. Desenvolveu-se, através da *Unified Modeling Language* (UML), diagramas de *Use Case*, Classes, e da Prototipação, nos seus variados níveis.

Durante o processo, buscou-se construir uma identidade visual que permitisse o



reconhecimento do produto através de um logotipo. A Figura 45 apresenta a identidade visual “Tur Acessível São Borja”.



Figura 45 – Identidade visual “Tur Acessível São Borja”

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

A Figura 46 apresenta o *QR Code* compartilhado através do Whats app, para divulgar o produto e atrair pessoas que contribuam com sugestões para qualificar o aplicativo mobile. Entre as pessoas que receberam o *QR Code* do aplicativo estão docentes do Instituto Federal Farroupilha, pessoas com deficiência e outros colaboradores do projeto.



Figura 46 – *QR Code* do aplicativo

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Na Figura 47 apresentam-se as telas inicialmente elaboradas como protótipo de média fidelidade (não disponibilizam interação com o usuário, telas estáticas), onde quatro telas surgem: (1) tela inicial, (2) acesso a pontos turísticos da cidade de São Borja, (3) acesso a museus da cidade e, por fim, (4) apresentação de um ponto turístico específico.

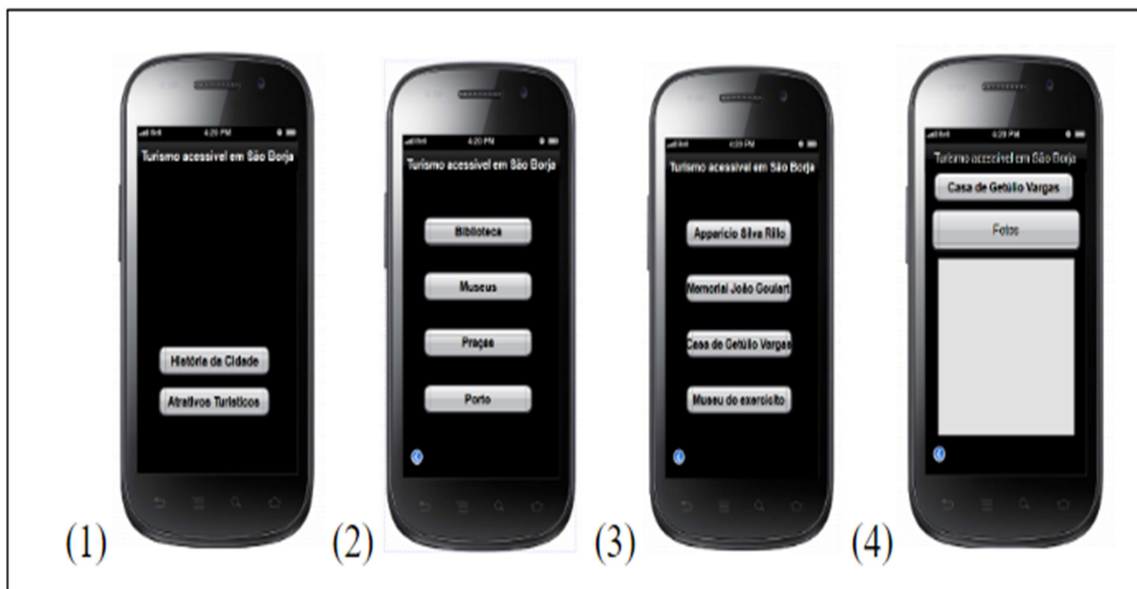


Figura 47: Protótipos de média fidelidade  
Fonte: elaborado pelo autor (2019)

A partir da prototipação de média fidelidade concluída, o desenvolvimento do projeto, deu-se através da implementação do sistema, por meio de um programa de computador que reúne características e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de software, utilizando o *Model-View-Controller* que separa a representação da informação do que está no modelo, o que é de acesso do programador e o que é visto pelo usuário do aplicativo. Seguindo-se à modelagem de dados, elaborada de forma bastante simplificada, pois, trata-se de um sistema que apresentará informações para serem consultas pelo usuário. No entanto, informações, fotos e impressões dos usuários poderão ser enviadas através do canal de comunicação que envia e-mail para o gestor do aplicativo.

A seguir é apresentado o protótipo de alta fidelidade que oferece interatividade entre as telas e o usuário. A Figura 48: Sequência de telas do aplicativo – Turismo Acessível – obtidas através de *print screen*, apresenta a tela inicial, seguida do Menu de navegação no sistema, o menu de opções de espaços públicos avaliados quanto à acessibilidade, o Museu Casa de Getúlio Vargas sendo a opção escolhida e, por fim, a visualização das fotos apresentando os recursos de acessibilidade, uma breve história do local e a avaliação da acessibilidade.

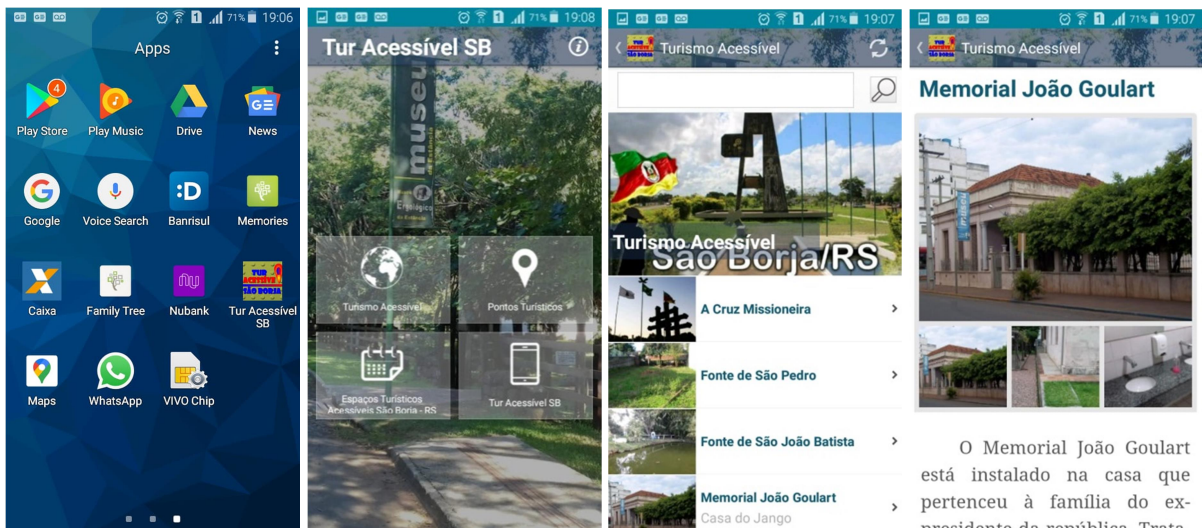


Figura 48: Sequência de telas do aplicativo – Turismo Acessível  
 Fonte: elaborado pelo autor (2019)

A Figura 49: Sequência de telas do aplicativo – Turismo Acessível, obtidas através de *print screen*, opção Localização de Ponto Turístico, apresenta a tela de Pontos Turísticos apresentados sob o mapa onde foi identificado o Museu Ergológico da Estância. Depois de identificado o ponto turístico fez-se a escolha da opção de localização através do aplicativo *Google Maps* e um direcionamento desde o ponto de origem até o ponto turístico avaliado quanto à acessibilidade, neste caso o local de origem, a cidade de Alegrete também no Rio Grande do Sul. O mesmo processo pode ser realizado entre os pontos turísticos a serem visitados realizando-se de forma rápida e inteligente.

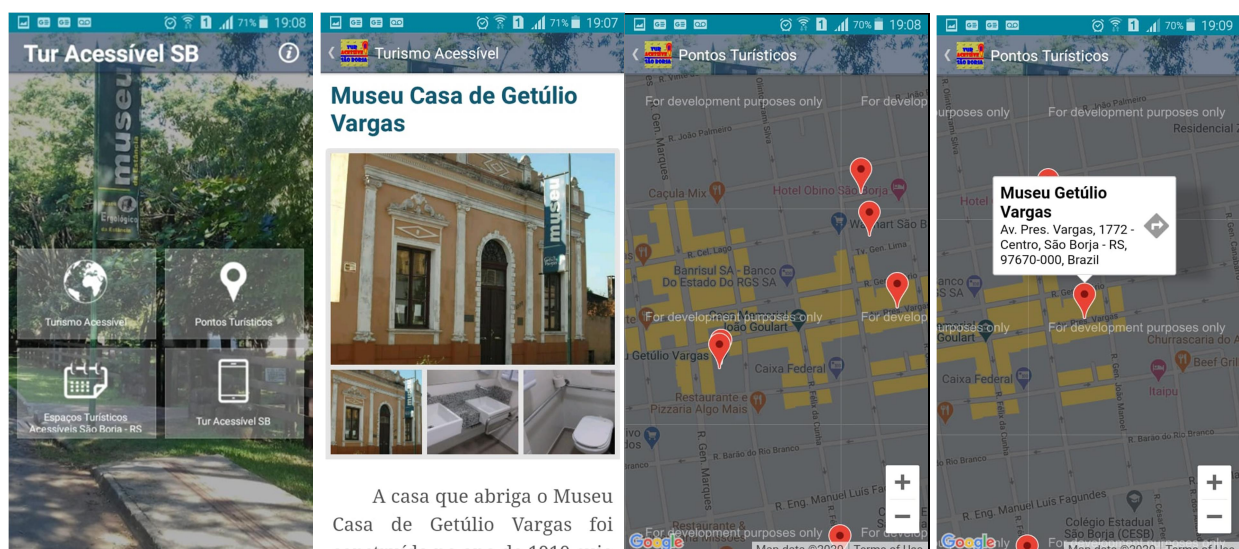


Figura 49: Sequência de telas do aplicativo – Localização de Ponto Turístico  
 Fonte: elaborado pelo autor (2019)

A Figura 50: Sequência de telas do aplicativo – Turismo Acessível, obtidas através de *print screen*, opção Pesquisa e Informações apresentam possibilidade do usuário e contribui com

a pesquisa ou para enviar suas opiniões, sugestões e envio de imagens sobre acessibilidade aos pontos turísticos visitados. A tela permite a identificação do usuário e envio de *e-mail* para o administrador do sistema. A tela “Info” possibilita ao usuário compartilhar o aplicativo através de aplicativos de compartilhamento ou envio de *e-mails*.

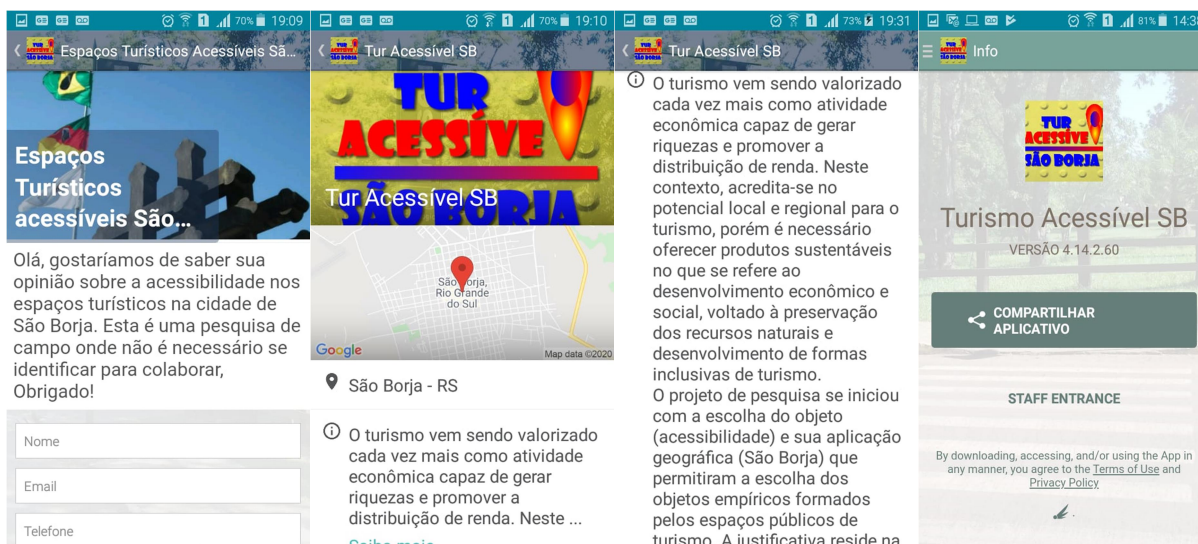


Figura 50: Sequência de telas do aplicativo – Pesquisa e Informações  
 Fonte: elaborado pelo autor (2019)

O sistema está disponibilizado na *Web* e repositório para acesso com uso de *Link* ou *QR Code*, podendo ser instalado em *smartphones* de usuários voluntários, para identificação de possíveis defeitos e promoção de melhorias que possam contribuir para o caráter informativo do mesmo. De acordo com Daroda (2012, p. 48) a “internet e sua crescente popularização permitem que partes do habitat das pessoas estejam presentes no espaço virtual e aos poucos a sociedade passa a se interligar em um universo capaz de aproximar culturas, idiomas e criar novas tecnologias simbólicas.”

A experimentação virtual é uma ferramenta capaz de desvendar mistérios e auxiliar os turistas a definir suas próximas viagens de turismo. O aplicativo pode contribuir para a divulgação dos atrativos turísticos do município e apresentar informações qualificadas e atualizadas sobre os recursos de acessibilidade disponíveis nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, contribuindo para a inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o setor de turismo é capaz de gerar riquezas e promover a distribuição de renda nos locais onde é desenvolvido, cada vez mais ele assume a responsabilidade de receber públicos – formados por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos – cada vez mais diversos. Pessoas que viajam em busca de conhecer a história, vivenciar a cultura e realizar descobertas. Pessoas que buscam recursos de saúde, qualidade de vida, ambientes de natureza preservada, aventura, descanso, lugares de contemplação, diversão, entretenimento ou mesmo a procura de grandes eventos esportivos, religiosos ou culturais.

Diferentes públicos que demandam por produtos e serviços que contenham uma multiplicidade de ofertas prontas a ser consumidas. Dentre um público tão diverso, estão as pessoas com deficiência ou na condição de mobilidade reduzida, que demandam por recursos de acessibilidade, para que possam exercer seu direito de ir e vir com autonomia, segurança e dignidade. A existência desses recursos qualifica a oferta turística local, promove a igualdade e a inclusão social.

As políticas públicas têm um papel importante para fomentar o desenvolvimento de planos, projetos, programas e ações capazes de realizar investimentos no setor de turismo. As leis que concedem direitos à pessoa com deficiência devem ter aplicação no plano material.

A adoção e a efetiva execução de normas que garantam à funcionalidade das edificações, vias públicas, meios de transporte, a comunicação e a informação possibilitará que sejam removidos obstáculos impostos às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, permitindo seu acesso aos edifícios, logradouros e meios de transporte. A inclusão social, com uma participação plena e efetiva na sociedade, permite que as pessoas com deficiência sejam recebidas em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte, cultura e turismo).

Assim, torna-se necessário realizar projetos de adequações e construções que contemplem os requisitos da ABNT além de considerar a função pública do mobiliário urbano posto a serviço da comunidade local e aos turistas. Igualmente importante é realizar manutenção e melhorias na sinalização de trânsito e sinalização turística, pois tais ações valorizam a comunicação da cidade com os visitantes e seus residentes.

Para que haja inclusão social se exige a implementação de recursos de acessibilidade permitindo que as pessoas com deficiência tenham mobilidade, segurança e autonomia. Na impossibilidade de oferta de recursos de acessibilidade podem ser proporcionadas rotas acessíveis ou mesmo meios digitais para que às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida possam

acessar os espaços públicos destinados ao turismo assim como acessar o patrimônio cultural e os bens culturais locais.

O turismo se mostra cada vez mais importante no contexto da economia nacional, pois contribui para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promove a inclusão social, pelo crescimento da oferta de trabalho e melhora a distribuição de renda. O turismo tem a capacidade de contribuir com a preservação ambiental, pois se utiliza do ambiente natural para instalar seus equipamentos. O meio ambiente continua sendo a matéria prima da atividade turística, por isso, é necessário identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos de turismo existentes e cumprir a legislação durante a elaboração de novos projetos.

A implantação dos recursos de acessibilidade permite que pessoas com deficiência acessem praças, parques, museus e as fontes missionárias na cidade de São Borja. Esses espaços públicos tem a capacidade de preservar a História e o Patrimônio Cultural material e imaterial da cidade além de oferecem o espaço ideal para os artefatos e monumentos que se tornam atrativos turísticos favorecendo equipamentos de lazer, alimentação e hospedagem. Esses equipamentos de turismo movimentam a economia local e geram empregos.

A legislação brasileira garante, sem distinção, a todos os cidadãos a igualdade entre as pessoas, o acesso à educação, a saúde, ao trabalho, a cultura e ao lazer. A mobilidade urbana e os investimentos em acessibilidade devem criar condições para todos, sem distinção, incluindo as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida para que tenham acesso aos locais onde a História e ao Patrimônio Cultural material e imaterial são evidenciados. Os espaços públicos destinados ao turismo na cidade mantém parte da História e Patrimônio Cultural local sendo necessário implementar recursos de acessibilidade nas vias públicas, sobretudo, nas ruas, calçadas, praças e parques permitindo acesso aos equipamentos turísticos, monumentos, artefatos, bibliotecas, museus, escolas, igrejas e outros prédios públicos assim como tenham acesso aos eventos culturais.

O arcabouço legal existente no Brasil é capaz de identificar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência reconhecendo a necessidade de dar-lhes atenção e proteção dos direitos adquiridos. Apesar dos muitos direitos alcançados por lei, ainda é necessário coloca-los em prática. Por esse motivo é exigido do poder público municipal, estadual e federal que sejam realizados planos, projetos, ações e mesmo campanhas que visem implementar as adequações necessárias para tornar os espaços públicos acessíveis.

A política pública deve ser vista como uma ferramenta de enfrentamento aos problemas identificados em meio à sociedade, uma forma de sanar ou minimizar seus efeitos negativos. As

políticas públicas, as leis, os programas, projetos e ações pautam a atuação do Estado na organização da sociedade. Assim, é necessário entender as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para então adaptar equipamentos e espaços públicos destinados ao turismo de modo eficaz conforme as normas estabelecidas e assumir o compromisso de promover a igualdade de oportunidade como um direito universal.

No entanto, cada cidadão tem por dever conhecer a legislação vigente, contribuindo para uma cidade mais receptiva às pessoas, sejam elas residentes ou turistas. A dádiva da hospitalidade de uma cidade e das pessoas que vivem nela está no dar, receber e retribuir, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Ao finalizar a pesquisa observou-se a necessidade de apresentar informações que venham a contribuir para a tomada de decisões de gestores públicos, empresários, OSCIPs, ONGs, associações e conselhos, entes da sociedade que, juntos, podem modificar o *status quo*. A elaboração de um relatório técnico e o aplicativo *mobile* têm por finalidade transmitir informações qualificadas, disponibilizando-as de maneira organizada. Com o uso metodologia e métodos aliados às tecnologias da informação e comunicação de que dispomos para ampliar a capacidade de abrangência destas informações.

Ao realizar a avaliação da acessibilidade nos espaços públicos, destinados ao turismo, na cidade de São Borja, constatou-se a grande necessidade de investimentos para efetivar o cumprimento das leis vigentes em nosso país. A importância das políticas públicas no processo de inclusão social das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida, é fundamental para que elas exerçam seu direito de ir e vir com mobilidade, segurança e autonomia. O Estatuto da pessoa com Deficiência, em seu Artigo 3º, considera a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, tornando-as um grupo que demanda por cuidado especial, pois carecem de nossa igual atenção, pelos desafios diários que enfrentam e pelas semelhanças com relação às dificuldades encontradas em seu dia-a-dia.

A avaliação mostrou que os esforços realizados para promover acessibilidade ainda se mostram insuficientes para atender à legislação e às necessidades da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida. Contudo, notou-se que os museus Casa de Getúlio Vargas e Memorial João Goulart, durante suas requalificação, tiveram investimentos em recursos de acessibilidade que permitiram a visita com mobilidade, autonomia e segurança. A sinalização de trânsito

com uso de faixas de segurança, placas verticais e uso do Símbolo Internacional de Acessibilidade (SAI) dispendo de vagas especiais para pessoas com deficiência e idosos, colaboram para uma boa comunicação entre a cidade, à população residente e os turistas.

Outro fator de destaque positivo é a proibição de veículos pesados no centro da cidade, pois preserva a pavimentação das ruas, a sinalização de trânsito e as edificações construídas com tecnologias e materiais menos resistentes aos impactos e vibrações provocadas pelo trânsito de veículos pesados. A Lei nº 5.225, de 08 de junho de 2017, dispõe sobre a implantação, exploração, manutenção, gestão e operação do sistema de estacionamento rotativo pago nas vias e logradouros públicos do município de São Borja, lei essa que também contribui para a organização e redução do fluxo de veículos contribuindo com a hospitalidade da cidade. A implantação da “Área Azul” reserva vagas para pessoa com deficiência e para o idoso cumprindo a legislação vigente favorecendo o fluxo de pessoas a pé ou meios alternativos de transporte como bicicletas e patinete, assim como, para o fluxo de pessoas em cadeira de rodas.

Também é possível destacar que a realização de atividades abertas a expressões culturais aliados, a utilização de mídias, programas e sistemas de comunicação ampliando a capacidade de interação entre o homem e o museu. Esta nova comunicação é realizada através de múltiplos meios de representação de informação envolvendo áudio, imagem estática, animação, gráficos e textos, além da existência de obras de arte, documentos, máquinas, utensílios e equipamentos que representam a evolução histórica do lugar. É preciso quebrar as barreiras físicas e arquitetônicas sem esquecer-se de promover meios que superem as barreiras intelectuais, educacionais e econômicas. O uso da tecnologia e os meios eletrônicos permitem que pessoas tenham acesso a espaços que de outra forma não teriam, seja pela distância e dificuldade de transporte, seja pelos recursos financeiros, ou seja, pelos aspectos culturais que separam o indivíduo da sociedade que deveria – ao invés de excluí-lo – acolhê-lo e integrá-lo.

Ao avaliar a acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja, se identificou a necessidade de se realizar investimentos na promoção de recursos de acessibilidade nas vias públicas, nas fontes missionárias, nos museus e nas praças e parques da cidade. Os investimentos para a promoção de recursos de acessibilidade na infraestrutura turística do município poderão contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência nos níveis de integração social, inclusão social e inclusão educacional.

Acredita-se na importância de incentivar a participação popular e de grupos de interesse nas discussões sobre acessibilidade. Estas discussões podem envolver legisladores e a administração municipal (prefeito, secretários e diretores), os partidos políticos, os sindicatos e os conselhos representativos, com o intuito de realizar estudos de viabilidade técnica e econômica,



com o objetivo de avançar na implementação de recursos de acessibilidade nos demais espaços públicos destinados ao turismo, na cidade de São Borja.

A necessidade de inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida na sociedade faz acreditar que essa pesquisa, aliada aos produtos técnicos apresentados, poderá contribuir para que uma parcela da sociedade, detentora de direitos e deveres previstos em lei, seja atendida satisfatoriamente. Realizar intervenções com o objetivo de oferecer produtos e serviços que contenham recursos de acessibilidade qualificam esses espaços e a oferta turística local, proporcionam maior contato das pessoas com a História e Patrimônio Cultural local, promovem a inclusão social e a segurança para a pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida, aspectos que representam qualidade para a sociedade como um todo.

Mesmo com tantas considerações cabe recomendar que a administração municipal possa:

- estimular a participação de empresas públicas e privadas na realização de investimentos no setor de turismo;

- realizar planos de desenvolvimento do turismo, com objetivos viáveis, utilizando recursos, métodos e técnicas disponíveis para organização do turismo local;

- promover capacitação para os envolvidos no processo de atendimento ao turista;

- orientar os usuários para o bom uso dos equipamentos existentes;

- incentivar a preservação da História e do Patrimônio Cultural material e imaterial de São Borja, assim como dos Bens Tombados;

- realizar investimento na mobilidade urbana e no transporte coletivo de forma que promova recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida;

- eliminar as barreiras arquitetônicas promovendo recursos de acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo;

- realizar implementação e manutenção das rampas de acesso e meio-fio rebaixado principalmente nos cruzamentos, para facilitar a travessia de cadeirantes e pessoa com mobilidade reduzida;

- realocar postes e lixeiras que estejam dificultando a circulação nas calçadas;

- preservar os recursos naturais existentes ainda abundantes no espaço urbano do município;

- reconhecer e respeitar a diversidade, aos processos culturais e a apropriação da cidade ao realizar adequação dos espaços urbanos às necessidades das pessoas com deficiência;

- buscar parcerias locais e regionais, dialogando com empresários, trabalhando em conjunto com municípios da região dos Sete Povos das Missões e municípios da Fronteira Oeste, explorando as características em comum; e,

- valorizar a origem missioneira e estimular a criação de roteiros turísticos nacionais e internacionais que valorizem não somente os Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul, mas também os trinta povos espalhados pelo Brasil, Argentina e Paraguai.

Atualmente vivemos um período de grande incerteza devido à pandemia provocada pela COVID-19, que modificou nosso modo de vida. Neste momento as pessoas estão mais reservadas em suas residências devido às orientações de isolamento social que determinou o fechamento das escolas e parte do comércio, as viagens tornaram-se menos frequentes, os espaços públicos destinados ao turismo estão fechados ou atendem por agendamento.

Devido essa situação acredita-se que é momento para o setor de turismo se organizar, fazer novos planos, repensar no turismo pós-pandemia. Para isso, cabe a Administração Pública desenvolver ações compatíveis com o período atual e suas restrições com o objetivo de preparar a estrutura física dos espaços públicos destinados ao turismo para estarem preparados quanto aos recursos de acessibilidade de forma que possam atender a demanda do turismo.

Ao qualificar a oferta turística local, será possível contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência, sejam elas turistas, sejam elas residentes interessadas em participar de forma plena da vida em sociedade, qualificação educacional e trabalho. O momento é oportuno para divulgar os atrativos turísticos locais acreditando que num tempo futuro as autoridades em saúde permitirão às pessoas a retomar a normalidade de suas vidas obedecendo aos protocolos destinados à preservação da saúde.

O uso de aplicativos e outros meios digitais poderão tornar-se indispensáveis para a divulgação do turismo local e regional. O uso de fotos e vídeos poderá contribuir para despertar o desejo das pessoas conhecerem e visitar tais locais, informar sobre a existência de protocolos de segurança a saúde poderá ser fator de qualidade dos serviços prestados.

No entanto, os meios de comunicação, apesar de sua grande contribuição, não substituirão as viagens, o relacionamento interpessoal, o acesso a novas culturas, a novas paisagens e novos horizontes. Apesar dos avanços tecnológicos ainda haverá a necessidade ou o desejo de viajar ao encontro de novas culturas e novas experiências.

A pesquisa sobre a História e o Patrimônio Cultural de São Borja proporcionou reconhecer as diferentes identidades culturais aqui existentes e identificar a relação das identidades culturais com os espaços públicos destinados ao turismo. Acreditar que o setor de turismo possa ser capaz de gerar riquezas e promover a distribuição de renda nos locais onde é

desenvolvido, nos leva a crer que é necessário promover os recursos necessários para atender os diferentes públicos que aqui vierem, mas neste momento se acredita ser necessário investir em recursos de acessibilidade para atender as necessidades das pessoas com deficiência em especial as pessoas com mobilidade reduzida que por suas características podem contribuir com o desenvolvimento do turismo na cidade de São Borja.

## REFERÊNCIAS

AGUN, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política, v.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015. ISSN: 2318-8499. Disponível em:

<<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>> Acesso em: 31 jul. 2018.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMORAS, Fernando Castro; RODRIGUES, Laércio Gomes. **Avaliação das políticas públicas**. Revista Espaço Acadêmico, v.9, n.101, p.135-138, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **ABNT NBR 9050, Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3 ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2015. Disponível em:

<[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)> Acesso em: 21 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. 1 ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2016. Disponível em:

<[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_176.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_176.pdf)> Acesso em: 21 mar. 2019.

BARBOSA, L. G. M. **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. Brasília: SEBRAE, 2011. Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Estudo\\_de\\_Competitividade\\_de\\_Produtos\\_Turxsticos.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Competitividade_de_Produtos_Turxsticos.pdf)> Acesso em: 10 set. 2018.

BENI, Mário Carlos, **Análise e Estrutura do Turismo**, 13 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo**. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Sistema de Turismo – SISTUR Estudo do Turismo face à Moderna Teoria de Sistemas**. Revista Turismo em Análise, v.1 n.1 (mai.1990). Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63854>> Acesso em: 18 fev. 2019.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte de sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1934.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 4 ed. Brasília, 2011. Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/images/ta/direitos/Convencao\\_Pessoas\\_Com\\_Deficiencia.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/ta/direitos/Convencao_Pessoas_Com_Deficiencia.pdf)>

Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)> Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)> Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)> Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm)> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL, **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm#view](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm#view)> Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm)> Acesso em: 7 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **LEI nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm)> Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Museus em números/Instituto Brasileiro de Museus.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 720. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus\\_em\\_Numeros\\_Volume\\_2A.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_2A.pdf)> Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022 Mais emprego e renda para o Brasil.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>> Acesso em: 7 set. 2019.

BURIOL, Juarez. **Planejamento estratégico municipal: comece pelo diagnóstico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2005.

CAIDEN, Gerald E.; CAIDEN, Naomi J. **Enfoques y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 52, n.4, pp. 78-101, out./dez. 2001.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **A Pesquisa em Hospitalidade**. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano V, n.2, pp.15-51, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/151>> Acesso em: 05 set. 2018.

CAMARGO, Luis Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CARDOZO, Isaac Carmo; CESCO, Suzana. **A Resistência de São Borja: seu legado patrimonial histórico para a fomentação do turismo de fronteira**. 3º Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura (MCult). Santo Ângelo, V.3, agosto, ISSN 2447-8865, 2017. Disponível em: <<http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2018/06/A-RESIST%C3%80ANCIA-DE-S%C3%83O-BORJA-SEU-LEGADO-PATRIMONIAL-HIST%C3%93RICO-PARA-A-FOMENTA%C3%87%C3%83O-DO-TURISMO-DE-FRONTIEIRA.pdf>> Acesso em: 4 jul. 2020.

CIAM. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

COLVERO, Ronaldo B. **São Borja e seu Patrimônio Quase Esquecido: O Caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes**. Congresso Internacional de História. DOI: 10.4025/4cih.pphuem.313, 2009.

COREDE FO. **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. São Borja, 2017.

CORRADI, Juliana Adne Mesa. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais: uma questão de diferença**. São Paulo: Unesp, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL SOBRE AUTENTICIDADE. **Carta Brasília**. 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

CONFERÊNCIA GERAL DA ONU SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Carta do Rio**. 1992. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Orientador: Enaldo N. Marques. 2012. 122 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/67063>> Acesso em: 05 nov. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 2008.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DYE, Thomas. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora UnB, 2006.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A Política da Avaliação de Políticas Públicas**, Revista Brasileira de Ciências Sociais – v.2, n.59, outubro, 2005, p.97-110. ISSN 0102-6909. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6969092005000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6969092005000300007&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 23 out. 2019.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas Públicas, n.21- jun. 2000.

FISCHMANN, Roseli, **Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação**. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40. jan/abr. ISSN 1413-2478 On-line version ISSN 1809-449X Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100013&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 02 jan. 2019.

FOLHA DE SÃO BORJA. **150 Anos Invasão Paraguaia em São Borja**. Caderno Especial, Folha de São Borja, ano 45, ed. 3925, 2015. Disponível em: <<http://www.folhadesaoborja.com.br/index.php/642-caderno-especial-10-06-15>>. Acesso em 10 jun. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

GAMA, Gheysa Lemes Gonçalves. **Turismo e Ditaduras: a Construção da Imagem através das Políticas de turismo**. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/São Paulo. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/116.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/191>> Acesso em: 13 mai. 2020.

GRINOVER, Lucio. **A Hospitalidade, a Cidade e o Turismo**. São Paulo: ALEPH, 2007.

GRINOVER, Lucio. **Nós, A Cidade, A Hospitalidade**. Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade, São Paulo, V. 11 N. 1, p. 224-234. 2019. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/191>> Acesso em: 23 set. 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HAM, C. e HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino, adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas, 1993.

ICOM. *Code of Ethics for Museums*. Paris: ICOM, 2006.

ICOMOS. **Carta do Turismo Cultural**. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

ICOMOS. **Declaração de São Paulo**. 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Thonson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu e Turismo: estratégias de cooperação**. Brasília, DF: IBRAM, 2014.

IPHAE. **Bem Tombado**, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1994. Disponível em: <<https://iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15641>> Acesso em: 15 mar. 2019.

IPHAE. **Bem Tombado**, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1994. Disponível em: <<https://iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15643>> Acesso em: 15 mar. 2019.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: <[http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei\\_federal/instrucao\\_01\\_2003.pdf](http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/instrucao_01_2003.pdf)> Acesso em: 23 mai. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, v.36, n.1, pp.51-72, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>> Acesso em: 1 set. 2019.

KEEN, P.G.W.: **“Information Technology And The Management Theory: The Fusion Map”**. IBM Systems Journal, v.32, n.1, pp.17-38, 1993.

LOURENÇO, Luana. **Brasileiro passa mais tempo na internet do que vendo TV**, Brasília, v.1. 2014/19/12/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/brasileiro-passa-mais-tempo-na-internet-que-vendo-tv>> Acesso em: 25 jun. 2019.

LOVATO, Ana Carolina e DUTRA, Marília Camargo. **Direitos Fundamentais e Direitos Humanos – Singularidades e Diferenças**. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwih7MXp6d7fAhXCEJAKHWVGB5YQFjABegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fonline.unisc.br%2Ffacadnet%2Ffanais%2Findex.php%2Fsidsp%2Farticle%2Fdownload%2F13217%2F2323&usg=AOvVaw1ZHrfYSbyCHbxQ3FIIHKHZ>> Acesso em: 08 jan. 2019.



LOHMANN, Paola Bastos. **A Inovação do Turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória.** Revista Acadêmica: Observatório de Inovação do Turismo. V.VII. Nº 2 (2012).

MACHADO, L. **Câmara faz homenagem ao artista José Kura.** Notícia da Câmara de São Borja. Câmara de Vereadores, São Borja, 2015. Disponível em: <[http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/noticia.php?id\\_not=2420](http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/noticia.php?id_not=2420)> Acesso em: 10 jun. 2018.

MAZARO, R. M. **Inovação em Turismo e Competitividade Regional: abordagem conceitual e ensaio de aplicação.** Revista Turismo em Análise, v.28, n.1, p.1-18, jan-abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 31 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Guia Muito Especial.** Brasília, 2011. Disponível em: <[www.guiamuito especial.org.br](http://www.guiamuito especial.org.br)> Acesso em: 12 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Acessível. Introdução a uma viagem acessível.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.turismoacessivel.gov.br/assuntos/5054-turismo-acessivel.html>> Acesso em: 07 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos.** Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/adaptar/VOLUME\\_II-Mapeamento e Planejamento-Acessibilidade em Destinos Turisticos.pdf](http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/adaptar/VOLUME_II-Mapeamento_e_Planejamento-Acessibilidade_em_Destinos_Turisticos.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5054-turismo-acessivel.html>> Acesso em: 12 jun. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **A inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho.** Brasília: Comissão de Estudos para Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho, 2001. Disponível em: <[http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/manual\\_ppd.pdf](http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/manual_ppd.pdf)> Acesso em: 04 fev. 2018.

MÓNICO, Lisete S, et. all. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447>> Acesso em: 29 out. 2018.

NACIONES UNIDAS. **Recomendaciones Internacionales para estadísticas de turismo 2008.** Madrid/Nueva York 2010. Disponível em: <[https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm\\_83rev1s.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1s.pdf)> Acesso em: 9 jun. 2019.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. **O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões.** São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2007. TESE. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/publico/TESE\\_CARMEM\\_REGINA\\_DORNELES\\_NOGUEIRA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/publico/TESE_CARMEM_REGINA_DORNELES_NOGUEIRA.pdf)> Acesso em: 02 jul. 2020.

O'DONNELL, Fernando O.M. **O Brasão de São Borja**. Porto alegre: Ponto Arte, 2015.

OLIVEIRA, Bruna Garcia e LAZARI, Rafael de. **Manual de Direitos Humanos**. 4 ed. Salvador, Juspodvim, 2018.

OMT. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO, Brasília, 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>> Acesso em: 15 dez. 2018.

ONU. **Recomendaciones Internacionales para Estadísticas de Turismo 2008**, Madrid/Nueva York 2010. Disponível em: <[https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm\\_83rev1s.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1s.pdf)> Acesso em: 2 abr. 2019.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011.

PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo. **Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina**. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales (EURE), vol.40 n.120, mayo 2014. Disponível em: <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612014000200007](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612014000200007)> Acesso em: 03 jul. 2020.

PINTO, Muriel. *et al.* **As paisagens culturais como instrumento de educação patrimonial para as missões jesuítico-guarani: o caso de São Borja-Brasil**. IPHAN - Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária, n.5, nov. 2014.

PINTO, Muriel. **Turismo cultural na Fronteira Missioneira Brasil-Argentina: Patrimônio, Identidade como atrativos Turísticos**, Revista Eletrônica de Turismo Cultural, v.04, ano 02. 2010. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.04\\_Muriel\\_Pinto.pdf](http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.04_Muriel_Pinto.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2019.

1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS. **Carta de Petrópolis**. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

1º ENCONTRO DOS GOVERNADORES DE ESTADO, SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA ÁREA CULTURAL, PREFEITOS DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS, PRESIDENTES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS. **Compromisso de Brasília**. 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

RETAMOZO, Alex Sander. *et al.* **História, memória e as paisagens da cidade histórica de São Borja**. 2.ed. Herval d'Oeste, SC: Polimpressos, 2015.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília : Iphan, 2014.

RILLO, Apparício Silva e O'DONNELL, Fernando O.M. **Populário são-borjense**. São Borja: Nova Prata, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989**. Disponível em: <[www.al.rs.gov.br/legis](http://www.al.rs.gov.br/legis)> Acesso em: 04 jul. 2020.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. **Resquícios Jesuíticos Missioneiros na Terra dos Presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo**. São Borja: UNIPAMPA, 2014.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. **A Fonte Missioneira de São Pedro: primeira cacimba comunal de São Borja**. Jornal Armazém da Cultura, novembro, p. 6-7. São Borja: 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3 ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências e Administração / UFSC. Brasília. CAPES: UAB, 2014.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS FILHO, João dos. **O Turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Santos 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r2365-1.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2020.

SANTOS, Marcia Maria Cappellano dos; PERAZZOLO, Olga Araujo. **Hospitalidade numa perspectiva coletiva: O corpo coletivo acolhedor**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 6(1), pp. 3-15, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ibhe.com.br/assets/conteudo/uploads/estudo---hospitalidade-numa-perspectiva-coletiva-20125a42fff6811e0.pdf>> Acesso em: 21 set. 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço técnica e tempo razão e emoção**. Hucitec. 2 ed. São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço geográfico: técnica tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hugitec, 1996.

SANTOS, Wederson Rufino dos. **Pessoas com deficiência: nossa maior minoria**. Revista de Saúde Coletiva. Versão impressa ISSN 0103-7331, versão On-line ISSN 1809-4481, vol.18 no. 3, Rio de Janeiro Set. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>> Acesso em: 21 jun. 2020.

SÃO BORJA. **Decreto Municipal nº 18.083 de 13 de maio de 2019**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/decreto/2019/1809/18083/decreto-n-18083-2019-regulamenta-a-lei-municipal-n-5505-de-13-de-maio-de-2019-que-acrescenta-metas-ao-anexo-ii-da-lei-municipal-n-5238-de-11-de-agosto-de-2017-plano-plurianual-ppa-2018-a-2021-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 02 jun. 2020.

SÃO BORJA. **Decreto Municipal nº 18.331 de 21 de janeiro de 2020**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/decreto/2020/1834/18331/decreto-n-18331-2020-abre-credito-adicional-suplementar-no-orcamento-geral-do-municipio-de-sao-borja-no-valor-de>>

[r-1476099-63-um-milhao-quatrocentos-e-setenta-e-seis-mil-noventa-e-nove-reais-e-sessenta-e-tres-centavos?q=Decreto+Municipal+n%C2%BA+18.331+de+21+de+janeiro+de+2020](http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/leis/1476099-63-um-milhao-quatrocentos-e-setenta-e-seis-mil-noventa-e-nove-reais-e-sessenta-e-tres-centavos?q=Decreto+Municipal+n%C2%BA+18.331+de+21+de+janeiro+de+2020)> Acesso em: 04 jul. 2020.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1874.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1876.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1877.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1878.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1878.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1879.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1881.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1885.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1885.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1886.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1886.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 1º semestre. Prefeitura Municipal.** 1889.

SÃO BORJA. **Documento de Despesas e Balancetes: 2º semestre. Prefeitura Municipal.** 1889.

SÃO BORJA. **Lei nº 4.464, de 28 de novembro de 2011.** Disponível em: <<http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/lei.php?lei=4464>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SÃO BORJA. **Lei nº 4.977, de 19 de dezembro de 2014.** Disponível em: <<http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/lei.php?lei=4977>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SÃO BORJA. **Lei nº 5.225, de 08 de junho de 2017.** Prefeitura Municipal. 1889. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2017/522/5225/lei-ordinaria-n-5225-2017-dispoe-sobre-a-implantacao-exploracao-manutencao-gestao-e-operacao-do-sistema-de-estacionamento-rotativo-pago-nas-vias-e-logradouros-publicos-do-municipio-em-conformidade-com-o-que-regulamenta-o-inciso-x-do-art-24-do-ctb-e-suas-alteracoes-e-da-outras-providencias>>  
Acesso em: 23 mai. 2020.

SÃO BORJA. **Relatório Circunstanciado da execução dos programas de governo e suas ações alcançadas no Exercício 2018**. Disponível em:  
<<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/acao-a-informacao/itemlist/category/59-relatorio-circunstanciado>> Acesso em: 21 jun.2020.

SÃO BORJA. **Relatório Circunstanciado da execução dos programas de governo e suas ações alcançadas no Exercício 2019**. Disponível em:  
< <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/acao-a-informacao/itemlist/category/59-relatorio-circunstanciado>> Acesso em: 22 jun.2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas com deficiência?** São Paulo, janeiro de 2005. Disponível em: <<https://direitoadm.com.br/como-chamar-a-pessoa-com-deficiencia/>>  
Acesso em: 11 mai. 2020.

SARAVIA, E. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). **Políticas públicas**, Brasília: ENAP, v.1, pp. 21-42, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. pp. 301-324.

SDH/PR. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

SECCHI, Leonardo, **Análise de Políticas Públicas, diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo, Cengage Learning, 2016.

2º R C MEC – REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, **Brigadeiro João Manoel Menna Barreto "Patrão do 2º R. C. MEC."**, 2019. Disponível em:  
<<http://www.2rcmec.eb.mil.br/patrão>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SPINDEL, Arnaldo. **O que são Ditaduras?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

STUFFLEBEAM, Daniel. **Evaluation models. New Directions for evaluation**. v. 2001, n. 89, p. 7-97, 2001.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Philype L.A.S. et al. **Projeto de Extensão, 1ª Amostra Fotográfica e Informativo de Turismo em São Borja**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. São Borja: Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. v. 8, n. 16, pp. 20-45, 2006.

STUFFLEBEAM, Daniel. **Evaluation models. New directions for evaluation.** v. 2001, n. 89, pp. 7-98, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

UNESCO, **Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris. 1972.

UNESCO. **Recomendação Paris.** 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

UNESCO. **Recomendação Paris.** 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

VARGAS, M. do N. **Causos dos Vargas e outras histórias.** Blogspot, 2013. Disponível em: <<http://causosdosvargas.blogspot.com/2013/02/manoel-do-nascimento-vargas.html>> Acesso em: 07 jun. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VESPUCIANA – ENCONTRO DE CIVILIZAÇÃO NAS AMÉRICAS. **Carta de Cabo Frio.** 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 23 jun. 2020.

WCED. **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.


WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner. *et al.*. **Plano estratégico de desenvolvimento da Região das Missões.** Santo Ângelo, FURI, 2017.

YAZIGI, E. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas.** São Paulo, Contexto, 2001.

# APÊNDICES

## 1: E-mail à Prefeitura de São Borja

Gmail - Re: Relatório Circunstanciado 2019 <https://mail.google.com/mail/u/0?ik=c60d1b356f&view=pt&sea...>

 **Claudio Araujo <cgsaiff@gmail.com>**

---

**Re: Relatório Circunstanciado 2019**  
2 mensagens

---

**Prefeitura São Borja** <imprensasb@gmail.com> 22 de junho de 2020 10:34  
Para: Claudio Araujo <cgsaiff@gmail.com>

Bom dia, em resposta aos dados solicitados encaminhamos o link contendo as informações pertinentes.

<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/itemlist/category/59-relatorio-circunstanciado>

----- Forwarded message -----  
De: **Claudio Araujo** <cgsaiff@gmail.com>  
Date: qua., 10 de jun. de 2020 às 12:09  
Subject: Relatório Circunstanciado 2019  
To: <gabinete@saoborja.rs.gov.br>

A/C  
Gabinete do Prefeito de São Borja  
Venho por meio deste solicitar o Relatório Circunstanciado 2019 ainda não publicado no Portal da Transparência da Prefeitura de São Borja. Sou aluno do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, já tendo realizado minha defesa restando apenas fazer algumas considerações solicitadas pela banca.  
Minha pesquisa esta relacionada a Secretaria de Turismo da qual gostaria de ter informações sobre Orçamento e suas ações e o relatório Circunstanciado contribui com minha pesquisa. Desde já agradeço pela atenção e informações.  
Sem mais para o momento.

--  
Cláudio Gabriel Soares Araújo  
Fone Whats: 55996771984

Em seg., 22 de jun. de 2020 às 10:31, ritieli ramos belmonte <doesb@saoborja.rs.gov.br> escreveu:  
Caro Sr(a),

Atenciosamente

belmonte, ritieli ramos

--- Mensagem original ---  
**Assunto:** Fwd: Relatório Circunstanciado 2019  
**De:** "gabinete do prefeito" <gabinete@saoborja.rs.gov.br>  
**Para:** "São Borja, Decom Prefeitura" <imprensa@saoborja.rs.gov.br>, "Decom" <doesb@saoborja.rs.gov.br>  
**Data:** 22-06-2020 7:58

Caro Sr(a),

1 of 5 24/06/2020 08:33

2: Questionário: Acessibilidade nos espaços públicos destinados ao turismo na cidade de São Borja

ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO TURISMO NA CIDADE DE SÃO BORJA

**CONDIÇÃO DO ENREVISTADO**

- a. ( ) Pessoa não deficiente ou acompanhante
- b. ( ) PCD – Pessoa com deficiência
- c. ( ) PMR – Pessoa com mobilidade reduzida
- d. ( ) PO – Pessoa obesa
- e. ( ) PCR – Pessoa em cadeira de rodas

**ACESSOS EXTERNOS A EDIFICAÇÃO**

**Estado de conservação das calçadas**

- a. ( ) Bom
- b. ( ) Regular
- c. ( ) Ruim
- d. ( ) Péssimo

**Especificação do tipo de piso externo (calçadas)**

- a. ( ) Antitrepicante
- b. ( ) Derrapante
- c. ( ) Antitrepicante
- d. ( ) Trepicante

**Guias rebaixadas**

- a. ( ) Adequada
- b. ( ) Inadequada

**Rampas acessíveis**

- a. ( ) Acessíveis
- b. ( ) Parcialmente acessíveis
- c. ( ) Inacessíveis

**ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO**

**Estado de conservação da circulação interna**

- a. ( ) Bom
- b. ( ) Regular
- c. ( ) Ruim
- d. ( ) Péssimo

**Especificação do tipo de piso (dentro do lote)**

- a. ( ) Antitrepicante
- b. ( ) Derrapante
- c. ( ) Antitrepicante
- d. ( ) Trepicante

**Circulações e acessos**

- a. ( ) Acessíveis
- b. ( ) Parcialmente acessíveis
- c. ( ) Inacessíveis

**Pesquisador: Cláudio Gabriel Soares Araújo**

Tecnólogo em Gestão de Turismo  
Especialista em Gestão da Qualidade  
Especialista em Gestão Pública Municipal  
Discente do PPGPP/UNIPAMPA

**ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS**

**Os ambientes internos são acessíveis**

- a. ( ) Acessíveis
- b. ( ) Parcialmente acessíveis
- c. ( ) Inacessíveis

**Quanto às circulações internas principais**

- a. ( ) Acessíveis
- b. ( ) Parcialmente acessíveis
- c. ( ) Inacessíveis

**SANITÁRIOS**

**Quantidade de sanitários acessíveis**

- a. ( ) Bom
- b. ( ) Regular
- c. ( ) Ruim
- d. ( ) Péssimo

**Localização de acordo com a edificação**

- a. ( ) Bom
- b. ( ) Regular
- c. ( ) Ruim
- d. ( ) Péssimo

**Disposição dos acessórios**

- a. ( ) Bom
- b. ( ) Regular
- c. ( ) Ruim
- d. ( ) Péssimo

**Instalação das barras de apoio**

- a. ( ) Existentes e em local adequado (vaso ou pia)
- b. ( ) Existentes porém em local inadequado
- c. ( ) Inexistente

**Largura da porta**

- a. ( ) Acessíveis
- b. ( ) Parcialmente acessíveis
- c. ( ) Inacessíveis

**Acessórios adequados da porta**

- a. ( ) Barra horizontal
- b. ( ) Maçaneta horizontal
- c. ( ) Maçaneta tipo alavanca

**AUTONOMIA E SEGURANÇA**

**A edificação permite autonomia e segurança**

- a. ( ) Em todos os equipamentos/atividades
- b. ( ) Apenas em parte das atividades
- c. ( ) Não há autonomia em equipamentos/atividades



### 3: Definições

- **acessibilidade:** Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.
- **acessível:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.
- **adaptável:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.
- **adaptado:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.
- **adequado:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.
- **altura:** Distância vertical entre dois pontos.
- **área de aproximação:** Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança.
- **área de resgate:** Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.
- **área de transferência:** Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se.
- **barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental:** Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.
- **calçada:** Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.
- **calçada rebaixada:** Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.
- **circulação externa:** Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a, áreas públicas, como passeios, calçadas, vias para pedestres, faixas

de travessia de pedestres, passarelas, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos drenantes entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais.

- **deficiência:** Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.
- **desenho universal:** Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.
- **elemento:** Qualquer dispositivo de comando, acionamento, comutação ou comunicação. São exemplos de elementos: telefones, intercomunicadores, interruptores, torneiras, registros, válvulas, botoeiras, painéis de comando, entre outros.
- **equipamento urbano:** Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.
- **espaço acessível:** Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.
- **faixa elevada:** Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa de travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via.
- **faixa livre:** Área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres.
- **faixa de travessia de pedestres:** Sinalização transversal às pistas de rolamento de veículos, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via - Código de Trânsito Brasileiro.
- **fatores de impedância:** Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros.
- **foco de pedestres:** Indicação luminosa de permissão ou impedimento de locomoção na faixa apropriada - Código de Trânsito Brasileiro.
- **guia de balizamento:** Elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.

- impraticabilidade: Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade.
- linha-guia: Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizem bengala de rastreamento.
- local de reunião: Espaço interno ou externo que acomoda grupo de pessoas reunidas para atividade de lazer, cultural, política, social, educacional, religiosa ou para consumo de alimentos e bebidas.
- mobiliário urbano: Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados.
- orla de proteção: Elemento edificado ou instalado, destinado a constituir barreira no piso para proteção de árvores, áreas ajardinadas, espelhos d'água e espaços similares.
- passarela: Obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres - Código de Trânsito Brasileiro.
- passeio: Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separado por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinado à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro.
- pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.
- piso cromo-diferenciado: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual.
- piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.
- rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.
- requalificação: Intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais.
- rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.

- rota de fuga: Trajeto contínuo, devidamente protegido proporcionado por portas, corredores, antecâmaras, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço externo, protegido do incêndio.
- superfície de trabalho: Área para melhor manipulação, empunhadura e controle de objetos.
- tecnologia assistiva: Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência.
- uso comum: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).
- uso público: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.
- uso restrito: Espaços, salas ou elementos internos ou externos que são disponibilizados estritamente para pessoas autorizadas (exemplos: casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e espaços similares).
- visitável: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível.

## ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo

Segue abaixo o modelo de questionário que poderá ser utilizado:

### ROTEIRO DE INSPEÇÃO - MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE

#### DADOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO / ESTABELECIMENTO

Dados do estabelecimento pesquisado		
Nome do estabelecimento:		Sigla:
<input type="checkbox"/> Empresa <input type="checkbox"/> Órgão Público <input type="checkbox"/> OS/ONG/OSCIP <input type="checkbox"/> Outro:		
Setor: <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Serviço Público <input type="checkbox"/> Serviço Assistencial <input type="checkbox"/> Outro:		
Localização: <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Urbana Coordenadas Geográficas:		
Endereço:		CEP:
Nome do respondente:		Cargo:
Telefone 1:	Telefone 2:	FAX:
E-mail:		Site:
Outro contato na instituição (nome e cargo):		

Dados das instalações / edificação	
Área (em m <sup>2</sup> ):	Pavimentos:
Habite-se: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Registro / Alvará de Funcionamento: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Estabelecimento tombado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal

Check list de verificação inicial do estabelecimento	Sim	Não
Empresa / organização possui atendimento direto ao consumidor?		
Empresa / organização presta atendimento regulamente a turistas?		
Empresa / organização possui produto ou serviço de interesse para o turista?		
Empresa / organização tem serviços disponíveis com foco de mercado voltados para um consumidor com deficiência?		
Empresa / organização possui pessoal treinado em assuntos de acessibilidade?		
Caso negativo, empresa / organização tem interesse em qualificar seu pessoal para o bem atender em turismo acessível?		
Empresa / organização já possui instalações que atendem a algum requisito de acessibilidade implantadas ou em implantação?		
Caso negativo, empresa / organização tem interesse em adaptar suas instalações para a acessibilidade?		

Anexo 2: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo

Descrição do Serviço Prestado pela Organização	
Detalhe, tanto quanto possível, as características básicas da edificação e do serviço prestado, especialmente os locais de acesso e circulação de pessoas. Descreva os serviços e produtos de interesse turístico.	
Dados do Pesquisador	
Nome:	Data da pesquisa:
Dados Inseridos em Banco de Dados: ( ) Sim ( ) Não	
Observações:	

## ROTEIRO DE INSPEÇÃO VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

### ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

#### Estado de conservação das calçadas

- a.( ) Bom
- b.( ) Regular
- c.( ) Ruim
- d.( ) Péssimo

#### Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

- a.( ) Antiderrapante e antitrepidante
- b.( ) Antiderrapante e trepidante
- c.( ) Derrapante e antitrepidante
- d.( ) Derrapante e trepidante

#### Guias rebaixadas

- a.( ) Adequada
- b.( ) Inadequada
- c.( ) Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.( ) Adaptáveis

#### Rampas acessíveis

- a.( ) Adequada
- b.( ) Inadequada
- c.( ) Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.( ) Adaptáveis

### Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

- a.( ) Existente total
- b.( ) Inexistente total
- c.( ) Existente parcial
- d.( ) Não existe interferência

### ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

#### Estado de Conservação da circulação interna

- a.( ) Bom
- b.( ) Regular
- c.( ) Ruim
- d.( ) Péssimo

#### Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

- a.( ) Antiderrapante e antitrepidante
- b.( ) Antiderrapante e trepidante
- c.( ) Derrapante e antitrepidante
- d.( ) Derrapante e trepidante

#### Circulações e acessos

- a.( ) Acessíveis
- b.( ) Parcialmente acessíveis
- c.( ) Inacessíveis

## Anexo 3: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo

### ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a.( ) 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.( ) Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.( ) Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.( ) Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.( ) Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.( ) 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a.( ) Possuem largura superior a 1,20m
- b.( ) Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c.( ) Possuem largura entre 0,80cm e 1m
- d.( ) Não são acessíveis

### SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a.( ) Superior ao mínimo legal
- b.( ) Atende a recomendação legal
- c.( ) Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a.( ) Rota acessível em todos os pavimentos
- b.( ) Rota acessível em apenas um pavimento
- c.( ) Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a.( ) Dentro da faixa de alcance
- b.( ) Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c.( ) Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a.( ) Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b.( ) Existentes porém em local inadequado
- c.( ) Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d.( ) Inexistente

Largura da porta

- a.( ) Igual ou superior a 1m
- b.( ) Entre 90 cm e 99 cm
- c.( ) Entre 80 cm e 89 cm
- d.( ) Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a.( ) Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b.( ) Barra horizontal e material resistente
- c.( ) Maçaneta horizontal e material resistente
- d.( ) Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e.( ) Maçaneta tipo alavanca

### AUTONOMIA E SEGURANÇA

A edificação permite autonomia e segurança

- a.( ) Em todos os equipamentos e atividade
- b.( ) Apenas em parte das atividades
- c.( ) Na maioria dos equipamentos e atividade
- d.( ) Não há autonomia em equipamentos e atividades

### PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a.( ) Em todos os locais necessários
- b.( ) Apenas em parte dos locais necessários
- c.( ) Em nenhum local necessário

### PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a.( ) Em todos os locais necessários
- b.( ) Apenas em parte dos locais necessários
- c.( ) Em nenhum local necessário

## Anexo 4: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo

### SINALIZAÇÃO BRAILLE

#### Sinalização em batentes

- a.( ) Em todas as portas existentes
- b.( ) Apenas em partes das portas existentes
- c.( ) Em nenhuma das portas existentes

#### Sinalização em corrimão e circulações

- a.( ) Em todos os locais indicados
- b.( ) Apenas nos locais indicados
- c.( ) Em nenhum dos locais indicados

#### Em mapas táteis

- a.( ) Em superfícies inclinadas
- b.( ) Na parede
- c.( ) Em nenhum dos locais indicados

#### Em cardápios

- a.( ) Somente o Braille
- b.( ) Na versão tinta e Braille
- c.( ) Não existe

### SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

#### Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis

- a.( ) Existe em todos os elementos acessíveis
- b.( ) Existe na maioria dos elementos acessíveis
- c.( ) Existe em parte dos elementos acessíveis
- d.( ) Não existe SIA

### RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS

#### Em qualquer tipo de desnível existente

- a.( ) Todos desníveis tratados adequadamente
- b.( ) Adaptados e utilizados, mas fora da norma
- c.( ) Maioria dos desníveis tratados adequadamente
- d.( ) Parte dos desníveis tratados adequadamente
- e.( ) Não existe tratamentos ou adaptações

### RECEPÇÕES

#### Sobre as quantidades de assentos

- a.( ) Atende à norma
- b.( ) Inferior a recomendação legal, possível de adaptação
- c.( ) Não atende à norma

#### Sobre o atendimento às pessoas

- a.( ) Atende a PCR\*, PMR\* e PO\*
- b.( ) Atende PCR e PMR
- c.( ) Atende PMR e PO
- d.( ) Atende PCR e PO
- e.( ) Atende apenas PMR
- f.( ) Não atende a PCR, PMR e PO

#### Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a.( ) Atende através da linguagem de sinais
- b.( ) Não atende

### ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE /

#### DESEMBARQUE

##### Sobre a existência do serviço

- a.( ) Local adequado para embarque e desembarque
- b.( ) Local adequado para estacionamento
- c.( ) Local inadequado para embarque e desembarque
- d.( ) Local inadequado para estacionamento
- e.( ) Não existe local adequado para embarque e desembarque

##### Sobre a distância do acesso à edificação

- a.( ) Distância confortável do acesso principal
- b.( ) Distância confortável do acesso secundário
- c.( ) Não existe o serviço na edificação
- d.( ) Distância incômoda para qualquer acesso

##### Referente ao estacionamento

- a.( ) Possuem sinalização vertical
- b.( ) Possuem sinalização horizontal
- c.( ) Nenhuma sinalização



## Anexo 5: Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade, apresentado pelo Ministério do Turismo

### MOBILIÁRIO, BEBEDOURO, TELEFONE ACESSÍVEL E TPS

**Mobiliário - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)**

- a.( ) 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.( ) Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.( ) Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.( ) Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.( ) Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.( ) 10% ou menos dispositivos adequados

**Bebedouro - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)**

- a.( ) 100% - Todos são adequados e acessíveis
- b.( ) Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.( ) Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.( ) Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.( ) Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.( ) 10% ou menos dispositivos adequados

**Telefone acessível - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)**

- a.( ) 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.( ) Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.( ) Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.( ) Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.( ) Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.( ) 10% ou menos dispositivos são adequados

**TPS - Dispositivos adequados e acessíveis à utilização dos serviços (em %)**

- a.( ) 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.( ) Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.( ) Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.( ) Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.( ) Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.( ) 10% ou menos dispositivos adequados

### COMUNICAÇÃO SONORA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

**Comunicação sonora**

- a.( ) Está associada à sinalização visual em rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos
- b.( ) Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência auditiva
- c.( ) Não existe

\*PCR - Pessoa em Cadeira de Rodas

\*PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida

\*PO - Pessoa Obesa